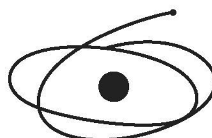
REVISTA BRASILEIRA DE POLÍTICA INTERNACIONAL

Ano XXI nº 81-84 1978



ISSN 0034-7329





INSTITUTO BRASILEIRO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS

Revista Brasileira de Política Internacional
(Rio de Janeiro: 1958-1992; Brasília: 1993-)

Sede: *Universidade de Brasília*
Pós-Graduação em História - ICC - Ala Norte
70910-900 Brasília DF, Brasil

Correspondência: Caixa Postal 4400
70919-970 Brasília - DF, Brasil
Fax: (55.61) 307 1655
E-mail: ibri@unb.br
http://www.ibri-rbpi.org.br
Site Brasileiro de Relações Internacionais:
http://www.relnet.com.br

O Instituto Brasileiro de Relações Internacionais - IBRI, é uma organização não-governamental com finalidades culturais e sem fins lucrativos. Fundado em 1954 no Rio de Janeiro, onde atuou por quase quarenta anos, e reestruturado e reconstituído em Brasília em 1993, o IBRI desempenha desde as suas origens um importante papel na difusão dos temas atinentes às relações internacionais e à política exterior do Brasil. O IBRI atua em colaboração com instituições culturais e acadêmicas brasileiras e estrangeiras, incentivando a realização de estudos e pesquisas, organizando foros de discussão e reflexão, promovendo atividades de formação e atualização para o grande público (conferências, seminários e cursos). O IBRI mantém um dinâmico programa de publicações, em cujo âmbito edita a Revista Brasileira de Política Internacional - RBPI, Meridiano 47 – Boletim de Análise de Conjuntura em Relações Internacionais e livros sobre os mais diversos temas da agenda internacional contemporânea e de especial relevância para a formação de recursos humanos na área no país.

Projeto de Digitalização

Em 2004 o IBRI comemora cinquenta anos da sua fundação, com a convicção de que desempenhou, e continuará desempenhando, a sua missão de promover a ampliação do debate acerca das relações internacionais e dos desafios da inserção internacional do Brasil. Para marcar a data, o Instituto leva a público a digitalização da série histórica da Revista Brasileira de Política Internacional, editada no Rio de Janeiro entre 1958 e 1992, composta por exemplares que se tornaram raros e que podem ser acessados em formato impresso em poucas bibliotecas.

Equipe

Coordenador: *Antônio Carlos Moraes Lessa.*

Apoio Técnico: Ednete Lessa.

Assistentes de Pesquisa: *Paula Nonaka, Felipe Bragança, Augusto Passalaqua, João Gabriel Leite, Rogério Farias, Carlos Augusto Rollemberg, Luiza Castello e Priscila Tanaami.*

RBPI

Ano XXI nº 81-84 1978

ARTIGOS

INSTITUTO BRASILEIRO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS

Fundado em 1954

O Instituto Brasileiro de Relações Internacionais é uma associação cultural independente, sem fins lucrativos, mantida por contribuição de seus associados. doações de entidades privadas e subvenções dos poderes públicos. É seu objetivo promover e estimular o estudo imparcial dos problemas internacionais, especialmente dos que interessam à política exterior do Brasil.

PRAIA DE BOTAFOGO, 186
RIO DE JANEIRO, RJ — BRASIL

REVISTA BRASILEIRA DE POLÍTICA INTERNACIONAL

REVISTA BRASILEIRA DE POLÍTICA INTERNACIONAL

VOL. XXI — 1978 — N.º 81/84

SUMÁRIO

A Revista Brasileira de Politica Internacional, editada trimestralmente pelo *Instituto Brasileiro de Relações Internacionais,* sob a orientação de seu Conselho Curador, não traduz o pensamento de qualquer entidade governamental nem se filia a organizações ou movimentos partidários. As opiniões expressas nos estudos aqui publicados são da exclusiva responsabilidade de seus autores.

Diretor:

CLEANTHO DE PAIVA LEITE

Secretária:

ENEIDA NOGUEIRA RIGUEIRA

Supervisão Gráfica e Revisão:

ORLANDO FERNANDES

Direção e Administração:

PRAIA DE BOTAFOGO, 186 — TEL.: 551-0598

22250 — Rio de Janeiro — RJ — BRASIL

Assinatura anual: Cr$ 60,00 — Para o exterior: US$ 20,00

Número avulso: Cr$ 30,00 — Para o exterior: US$ 10,00

Composto e Impresso nas oficinas gráficas da Editora Gráfica Luna Ltda.

Rua Barão de São Félix, 129 — Rio de Janeiro

REVISTA BRASILEIRA DE POLíTICA INTERNACIONAL

VOL. XXI — 1978 — N.º 81/84

SUMMARY

REVISTA BRASILEIRA DE POLÍTICA INTERNACIONAL

Instituto Brasileiro de Relações Internacionais

ENDEREÇO/ADDRESS

Praia de Botafogo, 186
22250 — Rio de Janeiro — RJ — BRASIL
Telefone: 551-0598

Exchange is requested
Solicita-se Permuta

ASSINATURAS

Brasil: Cr$ 60,00 — Foreign Countries: US$ 20,00
Número avulso: Cr$ 30,00 — Single number: US$ 10,00

O BRASIL E O CARIBE

Cleantho de Paiva Leite

O propósito deste artigo * é examinar de forma sumária, alguns fatos e circunstâncias que possam contribuir para esclarecer as relações atuais e futuras entre o Brasil e o Caribe. O tema é novo, e o material disponível bastante escasso. O resultado final, portanto, não será provavelmente um quadro coerente, mas será talvez um esquema de análise contendo sugestões para outras pesquisas.

Com exceção de monografias sobre questões de limites, não existe nenhum estudo sistemático das relações do Brasil com a América Latina nem mesmo com os Estados Unidos. As relações do Brasil com os países da América Central e do Caribe não atraíram a atenção de pesquisadores brasileiros nem de estrangeiros. Este artigo é, portanto, uma primeira tentativa, a ser seguida, espera-se por estudos mais detalhados dos tópicos mencionados.

Antes mesmo de considerar as relações do Brasil com o Caribe e os seus interesses na área, a primeira indagação é exatamente esta: o que é o Caribe? [1]

Numa base estritamente geográfica, e muito difundida, o Caribe coincidiria com as "Antilhas" da concepção espanhola, isto é

---

* O texto segue, quase literalmente, o trabalho com o título "Brazil and the Caribbean", apresentado pelo autor na Conferência sobre "Contemporary trends and issues in Caribbean international affairs" realizada em maio de 1972, pelo *Institut de Relações Internacionais da University of the West Indies,* Saint Augustine, Trinidad.

[1] "A primeira questão... é enganadora em sua simplicidade, até que as suas confusões aparecem claramente: o que é o Caribe? Crassweler, Robert D., — *The Caribbean Community, Changing Societies and U.S. Policy* (Praeger, New York, 1972) p. 6.

incluíria apenas territórios insulares: as grandes Antillas (Cuba, Jamaica, Haiti, Santo Domingo, Porto Rico), as "pequenas Antillas" ou Ilhas do Caribe propriamente ditas (Ilhas Virgens, Antigua, Guadalupe, Dominica, Granada, Barbados, Trinidad, Tobago, Martinica, as Ilhas de Sotavento e as Bahamas). Numa concepção mais ampla, o Caribe incluiria as Bermudas (ao Norte) Belize (ou Honduras Británicas) e todos os seis paises da América Central (Guatemala, Honduras, Salvador, Costa Rica, Nicarágua e Panamá) a leste, e a Venezuela e as três Guianas (antiga Guiana Britânica, hoje Guiana; antiga Guiana Holandesa, hoje Surinam; a Guiana Francesa) Curaçao e outras ilhas menores associadas à Holanda.

Nessa concepção mais ampla da área do Caribe, estão incluídos vários países da América Central com uma longa história de participação nos organismos regionais interamericanos e nas relações internacionais do que se convencionou chamar *América Latina*. Entretanto, nem sempre esses países da *América Central* se consideram parte do *Caribe*. Muitos cidadãos de Salvador, da Costa Rica ou do Panamá responderiam negativamente se lhes perguntassem se fazem parte do Caribe.

Cuba, Haiti e República Dominicana, embora países independentes e também ativos participantes do sistema latino-americano, estão geograficamente, sem dúvida, na área do Caribe. O mesmo acontece com a ilha de Porto Rico. Entretanto, o problema do futuro político de Porto Rico que tem sido deliberadamente excluído de deliberações nos organismos regionais americanos, figura ativamente nos debates de organismos das Nações Unidas, em virtude do disposto no Capítulo XI da Carta das Nações Unidas. (Declarações sobre os Territórios não-autônomos).

Neste vasto conjunto de ilhas e territórios continentais ocorrem os mais diversos tipos de regimes políticos: países independentes, territórios associados (como Porto Rico ou Curaçao), territórios semi-independentes (como várias das Pequenas Antillas), "coloniais" no mais puro sentido da expressão, departamentos integrantes dos países metropolitanos (Guadalupe, Martinica, Guiana Francesa). Alguns desses territórios são às vezes agrupados em "Commonwealth Caribbean", "Caribe Hipánico", "Caribe Francês". Sem dúvida não é fácil sob o aspecto do "status político" encontrar uma característica comum que servisse de critério para classificar os "países e territórios do Caribe".

Independentemente do nível atual de autonomia política, do seu passado colonial ou de sua vinculação com metrópoles extracontinentais, pode-se entretanto identificar na maioria desses países e territórios certas características — raciais, econômicas, so-

ciais — que são também semelhantes a regiões e grupos importantes da sociedade brasileira.[2]

A história da maioria desses países e territórios apresenta desde o século XVI alguns traços comuns: a descoberta e a colonização espanhola, à procura de ouro e prata, buscando ampliar os horizontes do mundo cristão e substituir, por fontes americanas, o suprimento de especiarias provenientes do Oriente. Depois, a intensa rivalidade das potências coloniais da Europa e os interesses comerciais das cidades e das corporações (Inglaterra, Países Baixos, etc.) transferiram para as "Índias Ocidentais" a luta pelo poder e pelos negócios que caracterizava a civilização capitalista do século XVI.[3]

A organização das plantações de açúcar foi provavelmente o aspecto mais freqüente nas ilhas que atraíram colonização européia no primeiro século dos descobrimentos. E, do mesmo modo como aconteceu no processo de colonização portuguesa no Brasil, se estabeleceu desde logo um tráfico intenso de imigrantes, brancos e negros, para as colônias e a remessa periódica de caixas de açúcar para os mercados da Europa Ocidental.

É verdade que nos primeiros anos — tanto no Brasil como nas Índias Ocidentais — as atividades principais eram outras: no Brasil, a procura do páu-brasil e nas Índias Ocidentais pequenos cultivos de algodão e de fumo. Mas já na segunda metade do Século XVI, o cultivo do açúcar passou a predominar nas Índias Ocidentais, sobretudo depois da chegada a Barbados e à Guiana, em 1654 dos judeus holandeses expulsos do Nordeste Brasileiro depois da guerra de libertação.[4]

Com a expansão das plantações de açúcar nas Antilhas, aumentou a competição nos mercados europeus. Na Inglaterra, entre

---

2 As opiniões divergem sobre a existência de uma "mentalité antillaise" comum. Compare-se por exemplo o ensaio: "Social Life of the Caribbean" de Maingot, Anthony P. (in *The United States and the Caribbean*, editado por Tad Szulc, Prentice Hall, New Iork, 1971), e o artigo de Collart, Yves "Mentalité Collective et Fondements de la Politique Etrangère aux Antilles: le cas de Territoires Anglophones" in *Relations Internationales*, Nº 2, Nov. 1974, onde ele diz "Esta sociedade plural... a sociedade antilhana parece condenada por muito tempo a uma incansável procura de sua identidade, que tem prioridade sobre qualquer outra consideração."

3 Veja o importante estudo contemporâneo sobre a história das Índias Ocidentais do atual Primeiro-Ministro de Trinidad, que é um *scholar* de primeira categoria: Williams, Eric — *From Columbus to Castro*: *the History of the Caribbean* 1942-1969 (Andre Deutsch, London, 1970). Ver também seu trabalho anterior numa tradução brasileira: *Capitalismo e Escravidão*, (CEA, Rio de Janeiro 1975) 295 p.

4 Azevedo, J. Lucio de, *Épocas de Portugal Econômico* (Livraria Clássica Editora, Lisboa, 3a. edição, 1973). É curioso observar que o capítulo no livro de João Lúcio de Azevedo é intitulado: "O império do açúcar" e no livro de Eric Williams, "O Rei Açúcar".

1643 e 1692 os preços diminuíram para a metade e o açúcar que era um produto de luxo na sociedade européia passou a ser acessível à grande parte da população.

Na verdade, o Brasil não sofreu tão fortemente a competição do açúcar produzido nas Antilhas como se esperava.[5] Cinqüenta anos depois de terem os holandeses sido forçados a deixar o Brasil e de muitos deles se terem fixado nas colônias das Antilhas, a indústria açucareira no Nordeste Brasileiro ainda era próspera e os preços do açúcar só diminuiram mais para o fim do século.

Para as Índias Ocidentais, a implantação dos engenhos de açúcar, foi, como disse Williams, uma "revolução econômica". Barbados, onde os holandeses vindos do Brasil ensinaram os segredos do cultivo e da fabricação do açúcar, substituiu a ilha "Hispaniola" com o primeiro produtor de açúcar do Caribe. Mas os holandeses se tinham espalhado, não apenas em Barbados, mas também na Guadalupe e na Martinica. Jamaica e Saint Tho-Thomas também seguiram a mesma tendência e a ampliação da cultura da cana-de-açúcar e a proliferação dos engenhos de açúcar foi a causa de uma competição violenta entre as próprias possessões britânicas, dinamarquesas, holandesas, espanholas e francesas do Caribe.

As conseqüências da forte competição entre as ilhas do Caribe não foram apenas de natureza econômica, mas também de tipo político e até psicológico — como assinala Williams.[6]

Na Europa, Portugal e Espanha perdiam o seu antigo monopólio; enquanto na Inglaterra, na França e na Holanda se desenvolvia rapidamente o comércio do açúcar, se instalavam entrepostos, cresciam fortunas de companhias e de particulares proprietários de plantações e engenhos de açúcar nas Ilhas do Caribe.

Como no Brasil, a monocultura do açúcar trouxe inevitavel mente, a importacão de trabalhadores para o Caribe, a princípio brancos, degredados, da própria Europa, e logo em seguida negros escravos comprados na Costa da África, às vezes com transbordo nas ilhas portuguesas ou espanholas do Atlântico (Açores, Cabo Verde e Canárias).

A maior concentração de negros, a princípio, foi nas capitanias onde se desenvolvia a cultura do açúcar, estendendo-se depois a outras regiões do país. Isto explica porque ainda hoje nos núcleos da Bahia, Pernambuco e Estado do Rio de Janeiro existe

---

5 Azevedo, J. Lucio de, *idem*, p. 267.

6 Williams, Eric, *From Columbus to Castro*, p. 116: "As contribuições formidáveis que o açúcar tem dado à psicologia do Caribe contemporâneo, deve ser acrescentada esta outra, que não é de modo algum a menos importante: que o açúcar engendrou e nutriu uma rivalidade intercolonial, um ponto de vista isolacionista, um provincianismo que é quase uma enfermidade, os quais estão entre as mais notáveis características (do Caribe) e que são os mais difíceis de erradicação da mentalidade das Índias Ocidentais do século XX".

a maior concentração de negros ou de mestiços da população brasileira.

Enquanto no Brasil o processo de miscigenação foi relativamente intenso, dando lugar a uma população altamente misturada, parece que nas Índias Ocidentais o processo foi diferente. Para isso talvez tenha contribuído o sistema do plantador ausente ("absentee landlord") enquanto no Brasil os colonizadores portugueses realmente se transferiram para o Brasil e se instalavam nos seus próprios engenhos.

A grande extensão do Brasil favoreceu outras alternativas de atividade econômica: além das culturas agrícolas, como o algodão, o cacau, o milho e mais tarde o café e as culturas de clima temperado no Sul do país, a pecuária extensiva (o chamado "ciclo do couro") cedo contribuiram para diversificar a pauta de exportação do Brasil.

Nas ilhas do Caribe, com poucas exceções, a monocultura do açúcar teve uma influência muito maior. Nas grandes ilhas (Jamaica, Hispaniola, Trinidad) a importância relativa do "Rei Açúcar" foi maior e mais duradoura. Um interessante tema de pesquisa seria comparar a situação econômica e social das colônias do Caribe com zonas mais acentuadas — ou quase exclusivamente — dedicadas à cultura do açúcar como Pernambuco no Nordeste Brasileiro.

No começo do século XVIII, já quando declinava de importância a cultura do açúcar no Brasil, o Major Palheta, vindo do Pará, visitou na Guiana francesa as plantações de café. Graças à cortesia da esposa do Governador francês, Madame d'Orvilliers, o Major Palheta recebeu e levou de volta para o Brasil algumas sementes de café que fez plantar no Pará. Essa é a origem do café brasileiro, que hoje, no mercado mundial, juntamente com o açúcar, contribui substancialmente para a balança de pagamentos do país.

Mas a Guiana Francesa não está ligada à história do Brasil apenas como a fonte de onde vieram as primeiras sementes de café. Durante mais de um século a fronteira entre as possessões da chamada "França Equinocial" e as terras de Portugal ao norte da foz do Amazonas estiveram em disputa. Discutia-se sobre qual o verdadeiro limite entre a Guiana Francesa e o Pará, e qual o verdadeiro rio descoberto por Pinzon. Ocorriam tentativas de ocupação de franceses em território português, e vice-versa. No fim do século XVIII pequenos núcleos de povoadores em Caiena e no Oyapoc assinalavam a presença das duas potências coloniais européias.

Quando Napoleão Bonaparte invadiu Portugal em 1808, a família real de Portugal transferiu para o Rio de Janeiro a sede do Império. O Príncipe Regente (D. João VI) decidiu levar às possessões francesas na América a guerra que o Imperador francês lhe fizera na Europa. Ao fazê-lo, atendia também a um velho pro-

jeto de comandantes da região amazônica que, para repelir as constantes incursões de franceses, defendiam a conveniência de ser o território da Guiana ocupado por forças luso-brasileiras.

Nos primeiros dias de janeiro de 1809, uma expedição militar, integrada inclusive por "voluntários" do Pará, e auxiliada por pequenos navios da Marinha da Inglaterra (aliada do Príncipe D. João contra Napoleão) avançou pela costa da Guiana e ocupou Caiena, onde o Governador francês Victor Hugues se rendeu com toda sua tropa. Durante cerca de nove anos autoridades brasileiras administraram a Guiana. O território foi restituído em 8 de novembro de 1817 aos franceses que haviam negociado a sua devolução no Congresso de Viena e através de negociações diretas com representantes do governo português concluídas em Paris em 28 de agosto de 1817.[7]

Entretanto problemas e pequenas disputas com os franceses ocorreram durante o século passado e só no começo deste século, uma sentença arbitral do Presidente da Suíça, Walter Haeger, fixou a fronteira no Rio Oyapoc como o limite entre o Brasil e a Guiana Francesa.[8]

Embora o Brasil e a França tenham mantido relações de amizade durante mais de um século, em 1940, com a ocupação da França pelas tropas da Alemanha nazista, o território da Guiana Francesa novamente tornou-se um problema para a segurança do Brasil, dada a posição que possivelmente viriam a tomar a maioria dos países do Continente no Conflito europeu.

Desde 1938, o Governo dos Estados Unidos começou a se preocupar com a ameaça que representaria, para as instalações de defesa norte-americana no Caribe, a eventual ocupação do Nordeste Brasileiro por forças inimigas.[9]

---

7 Holanda, Sérgio Buarque de, (ed.) *História Geral da Civilização Brasileira,* 1880) 423 p. "A Guiana é uma vasta região da América equinoxial... quatro nações dividem hoje este território... O Brasil, a Holanda e a Inglaterra aproveitaram os desastres de nossas guerras marítimas e dos erros dos nossos governos para reduzir a menos de dois terços nossa antiga colônia." (La France Equinoxiale, p. 134).

8 Gaffarel, Paul. *Les Colonies Françaises,* (Librairie Germer Bailliere, Paris Tomo II, Vol. 1, (Difel, São Paulo, Rio de Janeiro, 1976) pp. 278-299.

9 "Em 1939 a proteção do saliente brasileiro contra a agressão do Eixo tornou-se a pedra de toque dos planos militares Americanos para defender a frente Atlântica do hemisfério", Conn, Stetson and Fairchild, Byron. *The framework of hemisphere defense* (U.S. Department of Army, Washington, D.C. 1960) Para uma análise típica da importância do Caribe para a defesa dos Estados Unidos, ver Rippy, J. Fred, *The Caribbean Danger Zone* (G.P. Putman's Sons, New York, 1940). Depois de um relato bastante franco das políticas intervencionistas dos Estados Unidos no Caribe, em face da ameaça totalitária da Alemanha em 1940 escreve Rippy: "A extensão e firmeza dos controles do Caribe dos Estados Unidos são provavelmente dimensionados pela concepção do Governo dos Estados Unidos da magnitude e proximidade da amea-

Nas longas e difíceis negociações entre o Brasil e os Estados Unidos que se seguiram, envolvendo a possibilidade de construção de bases navais, aéreas e do exército em território brasileiro, várias formas de participação do Brasil no esforço de defesa do Hemisfério foram examinadas. O Presidente Roosevelt chegou a pedir ao governo brasileiro para guarnecer a Guiana Holandesa e as Ilhas Açores. Outra sugestão dos militares americanos seria uma "troca" de tropas brasileiras e americanas, deslocando-se um contingente com tropas brasileiras para Porto Rico. Esses planos foram abandonados, principalmente devido à oposição do governo e dos militares brasileiros contra a presença de tropas norte-americanas em território brasileiro.

Mais tarde, depois de ter o Brasil declarado guerra aos países do Eixo, em agosto de 1942, essa política foi modificada e tropas do exército e da força aérea brasileira, juntamente com tropas norte-americanas, participaram da campanha militar na Europa, além das missões de patrulhamento naval em extensas áreas do Caribe (a partir de Trinidad) e do Atlântico Sul.

Em fins de 1942, militares brasileiros, ansiosos de participar ativamente na guerra, chegaram a sugerir aos militares norte-americanos uma operação de desembarque de tropas brasileiras na Guiana Francesa (então sob o controle do governo de Vichy) e até mesmo em Dakar.

As numerosas viagens de militares brasileiros aos Estados Unidos e às instalações militares e navais na zona do Caribe e ao Quartel-General do Exército norte-americano localizado na Guiana Britânica (depois transferido para o Recife), certamente proporcionaram, pela primeira vez, a numerosos oficiais brasileiros do Exército, da Marinha e da Força Aérea um conhecimento de primeira mão de vários territórios da área do Caribe e de seus problemas. As dificuldades de abastecimento de petróleo, por sua vez aumentaram a importância da rota Venezuela—Trinidad—Costa Leste do Atlântico, ao longo da qual se concentraram muitas das atividades de patrulhamento naval e aéreo das unidades brasileiras.

A partir do término da 2a. Guerra, e, em parte, como resultado da experiência adquirida durante a Guerra, intensificaram-se no Brasil os estudos sobre aspectos geopolíticos e de segurança do desenvolvimento nacional. Criou-se uma consciência, cada vez mais generalizada, da importância das relações internacionais não

ça externa. Se um perigo parece próximo e gigantesco, os controles serão intensificados e ampliados. A doutrina Monroe será invocada com maior freqüência e haverá novas demandas por mais bases navais, mais canais, talvez mesmo por mais protetorados." "E, por causa do alcance dos... instrumentos tecnológios em poder dos agressores, a política da dominação contra dominação por potências de fora pode ser aplicada a regiões além do Golfo e do Caribe. Talvez abranja toda a América Latina para o Sul...". p. 254.

só no Continente, mas também nas áreas adjacentes como o Atlântico Sul, a África e o Caribe.

Em trabalho recente[10] sobre a reformulação da doutrina estratégica brasileira para o Atlântico Sul, eram definidas as quatro rotas marítimas principais do ponto de vista da economia nacional. Dentre elas, a primeira era a Rota Costeira entre o Rio da Prata e Trinidad que é, por sinal, a segunda rota de importância para o transporte de petróleo (proveniente da Venezuela).

Não há dúvida que o progresso da tecnologia de armamentos e da construção de aviões e navios de guerra contribuiu para reduzir as distâncias. A região do Caribe, que antes poderia ser considerada distante e estranha aos interesses do Brasil — econômicos, políticos, estratégicos — certamente está hoje muito mais próxima em face da expansão e da maior complexidade e diversidade das relações econômicas internacionais do Brasil.

Não se deve esquecer que vários dos produtos básicos de exportação dos países do Caribe — açúcar, café, cacau, algodão — so igualmente produtos importantes da pauta de exportação do Brasil. Como qualquer país do Caribe, o Brasil está profundamente interessado em problemas tais como manutenção de preços adequados e estáveis das matérias primas; luta contra tentativas de "dumping" e aviltamento de preços; formação de estoques (*buffer stocks)* protetores; mecanismos de financiamentos compensatórios da queda de receitas das exportações, financiamento internacional em termos concessionais para projetos de desenvolvimento econômico, etc.. Essa coincidência de problemas e de pontos de vista tem aproximado o Brasil e os países do Caribe, especialmente nos organismos internacionais como a UNCTAD, na FAO, no GEPLACEAçúcar, no SELA, na CEPAL, no Banco Interamericano, na OEA, etc.. Embora o tema não seja, no Brasil, inteiramente pacífico, a posição oficial do governo brasileiro tem sido coerentemente do lado de países do Terceiro Mundo (Grupo dos 77) e de firme defesa dos países em desenvolvimento nos Diálogos da Conferência Norte-Sul.

Além de participar ativamente de organismos internacionais, regionais e sub-regionais, o Brasil vem organizando seus próprios esquemas de cooperação técnica e financeira numa base bilateral com vários países da América Latina, da África e do Caribe.

Como conseqüência do seu rápido desenvolvimento industrial, o Brasil tornou-se bastante dependente do suprimento regular de matérias primas minerais e vegetais. Em relação a alguns desses produtos, o Brasil está promovendo a exploração de suas próprias reservas (cobre, bauxita, minério-de-ferro, manganês, carvão, petróleo) e o desenvolvimento da manufatura de produtos

---

10 Freitas, Almirante Paulo, I.R., "Uso do Mar", em *Hora Presente* (São Paulo ano VI, nº 17) também publicado em *Estrategia* (Buenos Aires, nºs 37 e 38)

industriais. Por estes motivos, o Brasil acompanha com interesse a evolução das negociações na Guiana e na Jamaica em relação aos investimentos estrangeiros no setor de mineração, que são da maior importância para a economia desses dois países e que certamente afetarão o mercado internacional de matérias primas *(commodities)*.

Através de programas de bolsas de estudo, técnicos, administradores, médicos e agrônomos de vários países centro-americanos têm utilizado as facilidades universitárias brasileiras para treinamento e pós-graduação. A Escola Interamericana de Administração da Fundação Getúlio Vargas e o Instituto Brasileiro de Administração Municipal (IBAM) tem sido particularmente ativos nos setores de sua especialidade. Missões de assistência técnica do IBAM tem cooperado com os governos da Costa Rica, Panamá, Honduras e Guatemala na melhoria do nível da administração e governo local desses países. Recentemente, bolsistas da Guiana e do Suriname participaram no Rio de Janeiro de cursos de treinamento organizados especialmente para um pequeno grupo de administradores de países ex-colônias britânicas que incluía, além daqueles representantes de países do Caribe, funcionários da Tanzânia, Ghana e de outros países africanos de língua inglesa. Essas atividades se inserem no quadro da cooperação que o Brasil vem proporcionando, desde o início do Programa Ampliado de Assistência para o Desenvolvimento (PNUD) das Nações Unidas e dos Programas da Organização dos Estados Americanos (OEA), através de bolsas e serviços técnicos para certos países menos desenvolvidos.

O programa de desenvolvimento da Amazônia despertou certamente o interesse dos brasileiros para os problemas dos territórios e países vizinhos do Norte, alguns deles fontes importantes de matérias primas para o desenvolvimento industrial do país (carvão da Colômbia, cobre do Peru, petróleo da Venezuela).

O Itamaraty tomou a iniciativa de elaborar um plano para a integração econômica da Região Amazônica, semelhante, em suas grandes linhas, ao Tratado da Bacia do Prata (1968) assinado pelo Brasil, Argentina, Paraguai, Uruguai e Bolívia. O esquema concebido para a Região Amazônica incluiria projetos conjuntos nos setores de navegação, meteorologia, irrigação, exploração florestal, agricultura, pecuária, pesca, estradas, sistemas combinados de transportes, serviços sanitários, habitação e escolas. Haverá um Conselho de Ministros dos países da Região e grupos e subgrupos técnicos para cada setor específico. Haverá reuniões periódicas dos Ministros das Relações Exteriores, alternadamente em cada país, para assegurar a coordenação do esquema e as decisões serão sempre tomadas na base do consenso, como ocorre na região da Bacia do Prata. Colômbia, Equador, Peru, Bolívia, Guiana, Surinam e Venezuela foram convidadas e aceitaram, em princípio, participar no Pacto Amazônico.

Esse novo interesse do Brasil nos países da Região Amazônica e seus vizinhos, inclusive as antigas Guianas, poderia talvez ser interpretado como mais um exemplo no sentido de aumentar a sua área de influência para incluir a Região do Caribe. [11]

É conveniente mencionar que certas desconfianças foram expressadas a propósito das chamadas "tendências expansionistas" do Brasil. É típico desse tipo de comentário a observação de um estudo recente das relações da Venezuela, América Latina e Argentina, onde foi assinalada a importância, para o Brasil, de manter boas relações com a Venezuela que é "la puerta de entrada al Caribe". [12]

Uma das principais características da participação do Brasil nos assuntos das Nações Unidas foi sua atitude em relação ao desenvolvimento dos "territórios não-autônomos", os quais incluíam, no final da guerra, muitas das ilhas do Caribe, além das Guianas Francesa, Holandesa e Britânica. A situação das possessões do Caribe governadas pelos países europeus foi tratada não somente dentro das Nações Unidas (como parte da análise geral de informações fornecidas pelas "potências administradoras") mas, também, de um ângulo diferente, nas conferências interamericanas.

A primeira vez que o problema das Colônias Européias na América (inclusive, naturalmente, as possessões do Caribe e também das Ilhas Falklands) foi levantado numa conferência interamericana, aconteceu na *2a. Reunião Consultiva de Ministros das Relações Exteriores*, realizada em Havana, em 1940.

A guerra grassava na Europa e havia o receio de que, se a Alemanha ou a Itália conquistassem a França, a Holanda e a Inglaterra, os países do Eixo passariam a administrar as de-

---

11 Depois de se referir ao vasto programa rodoviário do Brasil na região Amazônica adjacente às Guianas, Carlos Martínez Sotomayor acrescentou a seguinte conclusão: "Fácil é imaginar que os propósitos geopolíticos do Brasil incluem, neste caso, as antigas três Guianas como facilidade de acesso, em todo sentido, para chegar ao Caribe e vincular-se ao complexo do Atlântico Norte no Hemisfério Americano. Dentro de poucos anos, a atual geração caribeana observará como duas potências, Canadá e Brasil, que não possuem qualquer laço físico natural com sua zona, assentaram uma sólida presença, cujas projeções futuras são inimagináveis, dentro do Mar Caribe". (*El Nuevo Caribe*, p. 340).

12 Dallanegra Pedrazza, Salvador Luís, "Venezuela, América Latina y Argentina", em *Revista Argentina de Relaciones Internacionales*, ano 2, nº 4, Enero-Abril, 1976, p. 47-56. No mesmo artigo, o autor afirma que a Venezuela deveria olhar em direção a uma maior "afinidade" com os países do Caribe por causa do seu petróleo e de sua riqueza mineral os quais não podem ser explorados de uma forma autônoma e também por causa das "pretensões do Brasil de extender sua hegemonia nesta região." (idem, p. 52). Novamente, entre as razões de afinidade entre Venezuela e Argentina, haveria a "necessidade de lograr uma política de contenção a respeito do Brasil" (idem, p. 54-55).

pendências coloniais daqueles países no hemisfério ocidental. Esta foi a razão pela qual a *Segunda Reunião Consultiva de Ministros das Relações Exteriores das Repúblicas Americanas* adotou a Resolução estabelecendo "uma administração provisória" para aqueles territórios coloniais, caso houvesse uma "transferência de soberania na Europa". A Resolução reconheceu o perigo de que estas possessões pudessem ser transformadas em "centros de agressão estratégica" contra os países do continente americano. Por este motivo, as Repúblicas Americanas, levando em conta não somente as necessidades de segurança do continente, mas também a opinião destas "ilhas ou regiões" previu o estabelecimento de "regimes de administração provisória". A administração seria confiada a um *Comitê de Emergência* e mais tarde a uma *Comissão Interamericana de Administração Territorial*. Uma vez que o estabelecimento do *Comitê de Emergência* e da *Comissão* que ficavam na dependência de um provável lento processo de ratificação pelos vários governos participantes — caso ocorresse uma "emergência", qualquer uma das Repúblicas Americanas, agindo individualmente ou juntamente com outros, tinha o direito de agir de uma forma exigida pela sua própria defesa ou pelos interesses da defesa do Continente. As colônias européias no Caribe poderiam, então, ser ocupadas por um só país ou por um grupo de países, membros do sistema interamericano.

Algumas qualificações foram agregadas a esta extraordinariamente ousada Resolução. Em primeiro lugar, os territórios seriam transformados em Estados autônomos ou voltariam ao seu *status anterior*, tão logo as razões de segurança para o estabelecimento da "administração provisória" tivessem desaparecido. Em segundo lugar, a administração deveria ser conduzida não apenas no interesse da segurança e defesa do Continente, mas também a fim de contribuir para o progresso econômico social e político das colônias. Em terceiro lugar, nenhuma das medidas eram aplicáveis aos territórios sob disputa entre um país americano e países europeus (isto é, Honduras Britânicas e as Ilhas Falklands).

A Convenção que estabeleceu a *Comissão Interamericana de Administração Territorial* entrou em vigor em janeiro de 1942 e o Brasil foi um dos países que ratificou a Convenção.

Imediatamente após Pearl Harbor, outra *Reunião Consultiva de Ministros das Relações Exteriores Americanos* teve lugar no Rio de Janeiro (15-28 de janeiro de 1942). Nessa reunião, outra Resolução foi adotada declarando que a utilização de territórios Americanos como "colônias penais" por potência extra-continental era contrária aos "princípios fundamentais do ideal Pan-Americano".

Quando acabou a Segunda Guerra, a Carta de São Francisco, das Nações Unidas, incluiu 3 Capítulos (XI, XII, XIII) referentes à situação dos antigos territórios sob mandato da Liga das Nações e os "territórios não-autônomos" que incluiam todos os territórios do Caribe administrados pela Inglaterra, França, Ho-

landa e Estados Unidos. A discussão no seio da ONU a respeito do cumprimento, pelas potências coloniais dos seus compromissos para promover o desenvolvimento social, econômico, educacional e político de suas colônias tornou-se uma característica regular da 4a. Comissão da Assembléia Geral.

No *Comité Especial sobre Territórios não-autônomos* (que foi inicialmente criado pela Assembléia Geral em base temporária, e depois tornou-se um órgão permanente), o Brasil e outros vários países latino-americanos (como Cuba e México) tomaram uma posição de destaque nos debates sobre os problemas coloniais. Entretanto, é necessário assinalar que o interesse do Brasil no desenvolvimento econômico e político dos territórios dependentes estava mais voltado para as colônias africanas do que para a área do Caribe.

Nas reuniões Interamericanas, os problemas dos territórios dependentes sempre foram levantados mais pela Argentina e pela Guatemala em razão de suas disputas com a Inglaterra com respeito às Ilhas Falklands (ou Malvinas) e Honduras Britânicas (Belize). Um certo sentimento "anti-colonial" colaborou para aprovar nas reuniões Interamericanas (como a *IX Conferência de Chanceleres em Bogotá*, em 1949), resoluções referentes às aspirações dos povos dependentes e à promoção de auto-governo ou independência dos territórios dependentes.

A posição da delegação do Brasil nestas reuniões (Bogotá, 1949; Washington, 1951), embora, na substância, igual aos ideais básicos apoiados pela Delegação Brasileira na ONU, era entretanto contra à adoção de recomendações específicas, sob o argumento de que problemas envolvendo os interesses dos países não membros da OEA (isto é, Inglaterra, França e Holanda), não deveriam ser discutidos em reuniões puramente Pan-Americanas.[13]

Em Bogotá, o Brasil assumiu uma firme atitude (juntamente com os Estados Unidos, República Dominicana e Chile) recusando-se endossar uma Resolução que declarava que "a justa aspiração das Repúblicas Americanas é que o colonialismo e a ocupação dos territórios Americanos por países extra-continentais deve terminar." Aquela Resolução, aprovada por uma grande maioria, criou um *Comité Americano sobre Territórios Dependentes* para centralizar o estudo do problema e encontrar solução adequada para esta questão.

---

13 Sobre a Conferência de Bogotá, veja "Foreign Relations of the United States" — 1948", Vol. XI, The Western Hemisphere, *U.S. Government Printing Office*, Washington, 1972, 801 p. e a mesma publicação Vol. II, 1049, "The United Nations. The Western Hemisphere", *U.S. Government Printing Office*, Washington, 1975), 827 p.

Os governos Britânico, Francês e Holandês fizeram saber seu "extremo desagrado" pela Resolução aprovada em Bogotá. A posição adotada pela delegação Brasileira foi baseada em argumentos legalistas — o vínculo colonial era assunto para a Assembléia da ONU da qual participavam as potências coloniais — mas aquela atitude foi considerada uma falta de solidariedade da representação do Brasil com a maioria das Delegações Latino-americanas.

Além do argumento jurídico, outra possível explicação era a relação, tão óbvia nas reuniões Interamericanas, entre os debates sobre a situação dos territórios dependentes no Continente Americano e o desejo da Argentina e Guatemala de obterem apoio para suas demandas contra a Inglaterra nos casos das Malvinas e de Belize. Esta talvez seja a razão da aparente falta de consistência nas atitudes brasileiras nas Assembléias das Nações Unidas e nas Conferências Pan-Americanas.

A atitude cautelosa assumida em 1949 e em 1950 mudou em 1953, depois de um discurso decisivo do Presidente Getúlio Vargas (que retornou à Presidência através de eleições democráticas, seis anos após ter sido deposto por um "Golpe de Estado") no qual o Presidente Vargas expressou enfaticamente que os territórios sob administração colonial deveriam ser "liberados de qualquer tutela", para "organizar sua própria existência autônoma", e "com o fim de participar numa base de igualdade e independência da comunidade e das responsabilidades da vida internacional".

Esta declaração, referindo-se especificamente aos territórios dependentes no hemisfério ocidental, se inseria dentro da orientação básica mantida desde 1945 pelas delegações brasileiras nas Assembléias Gerais das Nações Unidas.[14]

Entretanto, por muitos anos ainda as delegações brasileiras nas Nações Unidas, em contradição com os princípios básicos da política brasileira sobre o colonialismo, apoiava a recusa portuguesa de cumprir o Cap. XI da Carta das Nações Unidas. Por muitos anos, baseado no argumento de que Angola, Moçambique, Cabo Verde, Guiné, etc. não eram colônias mas parte do território metropolitano ("províncias ultramarinas"), o governo de Salazar (e seu sucessor Marcelo Caetano) tomou a posição que elas não estavam sujeitas à supervisão das organizações internacionais, posição na qual a delegação portuguesa, quase sempre, foi apoiada somente pelo Brasil e África do Sul. Esta atitude obstinada de Portugal, com o apoio das delegações brasileiras nas organizações internacionais, prejudicou a imagem do Brasil entre os países africanos, asiáticos e outros países do Terceiro Mundo, especialmente para os que emergiam recentemente do *status* colonial.

---

14 Vargas, Getúlio, *Discurso na Embaixada da Espanha*, por ocasião do aniversário do Descobrimento da América (12 de outubro, 1953.

Esta imagem negativa do Brasil foi substancialmente alterada depois de 1975, quando o governo brasileiro resolveu apoiar o processo de liberação dos territórios portugueses na África e estendeu imediato reconhecimento diplomático aos novos países independentes. O reconhecimento, na primeira hora, do governo de Agostinho Neto (MPLA) em Angola, a designação de Embaixadores brasileiros para Moçambique, Angola, Guiné-Bissau e a imediata articulação de programas de cooperação financeira e técnica para os dois últimos países tem sido inspirada pela política pragmática do Itamarati, que pretende corrigir a má impressão deixada depois de 15 anos de apoio à administração colonial portuguesa na África e na Ásia.

Outro fato que causou sentimentos confusos na América Latina — e possivelmente no Caribe — foi a participação brasileira na intervenção Norte-Americana na República Dominicana, em 1965-66.

O episódio é bem conhecido e muito recente, o que torna uma detalhada recapitulação desnecessária. Quando o governo da República Dominicana foi derrubado por uma Junta Militar, em abril de 1965, o governo dos Estados Unidos, receiou que o movimento rebelde significaria que os comunistas ganhariam o controle sobre o Governo — o que representaria uma "nova Cuba" — situação que, por razões de segurança, o Presidente Johnson não poderia tolerar. Após decidir unilateralmente desembarcar "marines" nas ilhas, para deter os rebeldes, o Governo dos Estados Unidos procurou legitimar sua intervenção. Propôs então à *Organização dos Estados Americanos* (OEA) a criação de uma *Força Interamericana de Paz* cuja principal finalidade seria restaurar e manter a ordem da República Dominicana.

Houve forte oposição na OEA, principalmente por parte do México, Venezuela e Chile. O Brasil teve uma participação eficaz na aprovação das resoluções propostas pelos Estados Unidos e foi chamado a contribuir com um contingente para a Força Interamericana de Paz.

A participação brasileira na Força Interamericana de Paz foi igualmente, objeto de considerável debate na imprensa brasileira e no Congresso. Muitos congressistas, inclusive membros do partido que apoiava o Governo Castelo Branco, criticaram a política adotada pelo Ministro das Relações Exteriores, o qual se havia colocado inteiramente a favor da posição do Governo dos Estados Unidos. O Chanceler (Vasco Leitão da Cunha), teve dificuldades em defender, não somente na imprensa, mas nas declarações oficiais, a tese da "interdependência" dos interesses das Nações Americanas que justificariam a intervenção na República Dominicana, sobretudo quando a criação da Força Interamericana de Paz havia sido uma decisão "post facto", precedida pelo desembarque de tropas dos Estados Unidos na Ilha. Além disso, as decisões da OEA (para o que 2/3 da maioria é exigida pelo seu Esta-

tuto) de enviar tropas, foram aprovadas, com o voto do representante da própria Junta Militar Dominicana.

O Comando Geral da Força Interamericana da Paz foi confiado a um general brasileiro. Além das tropas americanas, já na Ilha, uma Brigada latino-americana foi estabelecida, incluindo, principalmente, tropas brasileiras e contingentes simbólicos da Nicarágua, de Honduras e do Paraguai, e ainda um grupo da Polícia Militar da Costa Rica.

O propósito da força militar brasileira no Caribe, foi descrito por seus comandantes como uma missão de paz; as tropas foram mobilizadas para assegurar a ordem, a liberdade e para criar condições necessárias para o povo dominicano escolher livremente seu governo.[15]

A presença dos militares brasileiros (principalmente Exército, mas, também Marinha e Força Aérea) durou até agosto/setembro de 1966, quando regressaram ao país, alguns por via aérea, a maioria em navios da Marinha Brasileira.

Este caso isolado da intervenção militar brasileira no Caribe pode ser explicado como conseqüência da preocupação do governo brasileiro com os problemas da paz e segurança no hemisfério ocidental.[16] Entretanto, são as relações econômicas e comerciais que têm prevalecido na consideração dos interesses brasileiros na área, como foi exemplificado pela visita feita pelo Ministro do Exterior, Mário Gibson Barbosa a Surinam, Guiana e Trinidad, em 1971.

O tema principal discutido durante essa viagem foi o comércio, que é, evidentemente, não muito fácil, devido à ausência de comunicações rodoviárias diretas e o sistema muito precário de transporte aéreo ou marítimo. Com a Guiana, por exemplo, a ligação terá de ser feita através de uma estrada pelo interior e da rede de estradas amazônicas que tem sido empreendida pelos sucessivos governos brasileiros dos últimos dez anos.

É oportuno salientar que as relações entre Brasil e Guiana têm sido cordiais, especialmente em vista da recusa brasileira (muito lamentada pela Venezuela) de apoiar os esforços do Governo Venezuelano de rever a decisão na arbitragem de uma linha demarcatória entre os dois países, tentando solucionar uma velha disputa que havia dado grande área no Essequibo para a Guiana Britânica. A diferença na orientação política do governo brasileiro e do governo socialista da Guiana tem sido explorada, uma

---

15 Estado Maior do Exército. *História do Exército Brasileiro*, Vol. 3, capítulo 4 pp. 875-882.

16 Para uma recente avaliação crítica do presente e futuro papel do Brasil como uma "força política" no hemisfério ocidental, veja Norman Gall, "The Rise of Brazil", em *Commentary* (janeiro, 1977), pp. 45-55.

vez ou outra, por incidentes artificiais de fronteira, logo minimizados por declarações oficiais das autoridades brasileiras e de Georgetown.

As relações comerciais do Brasil com Surinam e Trinidad são vinculadas à disponibilidade de linhas de navegação. Um verdadeiro círculo vicioso bloqueia o desenvolvimento: não há comércio porque não há navios; nenhum navio vai a Trinidad ou Surinam porque o comércio é muito limitado. Com Trinidad, há possibilidades futuras de negócios de exportação para o Brasil de petróleo e produtos petroquímicos (amônia).

Durante a visita do Ministro do Exterior Mário Gibson a Port-of-Spain, um novo *Acordo do Camarão* foi negociado e navios de Trinidad tiveram permissão para continuar a operar em águas adjacentes à costa brasileira, assegurando-se que eles não utilizariam equipamento eletrônico. O acordo de pesca foi renegociado em 1975, por um período de três anos (até o final de 1977) e permitia a presença de 21 barcos na então designada "área do acordo" na costa do Amapá, onde barcos do Surinam, Barbados e dos Estados Unidos têm também permissão de pescar. O Governo Brasileiro estabeleceu uma taxa anual de US$ 1.360 dólares para os barcos dos países em desenvolvimento, um terço da taxa paga pelos barcos de pesca dos Estados Unidos.

No presente momento, estão sendo encaminhadas negociações entre o governo brasileiro e companhias privadas brasileiras, de um lado, e o governo de Trinidad e sua Companhia Nacional de Pesca de outro, tendo em vista a organização de *joint-ventures* para continuar a exploração dos recursos da pesca após o término do presente acordo. Estas *joint-ventures* incluiriam, não somente a pesca do camarão e seu mercado externo, mas, também, o processamento do camarão em instalações industriais no Brasil e Trinidad.

A mais nova expressão da política brasileira no que se refere aos países do Caribe foi a recente declaração do Ministro do Exterior Azeredo da Silveira (na despedida do Embaixador de Trinidad em Brasília) de que há uma "natural afinidade" entre o Brasil e os países do Caribe, uma vez que, aqueles países, como o Brasil, são exemplos de "sociedades multinacionais, inimigas do preconceito e da discriminação." Ele acrescentou que esta "afinidade" tem se expressado nas "políticas externas do Brasil e Trinidad, baseadas nos princípios fundamentais da não-intervenção e auto-determinação". [17]

---

[17] Esses comentários foram escritos em maio de 1977. A partir desta data, as relações entre o Brasil e os países do Caribe continuaram a se intensificar e tudo indica (em 1978) que não haverá alterações no futuro nessa orientação básica do Governo Brasileiro.

BIBLIOGRAFIA

ARCINIEGAS, Germán — *Biografia del Caribe* (Editorial Sudamericana, 8a. Edición, Buenos Aires, 1963).

AZEVEDO, Fernando de — *The Brazilian Culture*, (Mac Millan, New York 1950) p. 562.

AZEVEDO, J. Lúcio de — *Épocas de Portugal Econômico* (Livraria Clássica Editora, Lisboa, 3a. edição, 1973) p. 502.

BOYER, C. R. — *The Dutch in Brazil*: 1624-1654 (Oxford at the Clarendon Press, 1957) p. 327.

COLLART, Yves — "Mentalité collective et fondements de la politique étrangère aux Antilles: le cas des territores anglophones", in "*Relations Internationales*", nº 2 Novembro 1974.

CONN, Stetson and FAIRCHILD, Byron — *The Framework of Hemisphere Defense* (chap. XI e XII), U. S. Department of Army, Washington, D.C., 1960)

COULTHARD, G.R. — "Paralelisms and divergencies betwen Negritude, *and* ...."indigenism" in *Caribbean Studies* (vol. 8 nº 1, April 1968) pp. 31-55.

CRASSWELLER, Robert D. — *The Caribbean Community, changing societies and U.S. Policy* (Praeger, New York, 1972) p. 468.

DALLANEGRA PEDRAZA, Salvador Luis — "Venezuela, America Latina y Argentina", in *Revista Argentina de Relaciones Internacionales*, ano 2, nº 4, Enero-Abril, 1976.

DUARTE, Paulo Queiroz — *Dias de Guerra no Atlântico Sul* (Biblioteca do Exército Editora, Rio de Janeiro, 1968) 368 p.

DOENITZ, Admiral Karl — *Memoirs* (World Publishing Co. New York, 1959) p. 500.

ESTADO MAIOR DO EXÉRCITO — História do Exército Brasileiro, vol. 3, cap 4 (Brasília, 1972).

FOREIGN RELATIONS OF THE UNITED STATES — 1948 — Vol. XI — *The Western Hemisphere* (U.S. Government Printing Office, Washington, 2972) 801 p.

———. — 1949 — Vol. II — *The United Nations; the West Hemisphere* (Gov. Printing Office, Washington, 1975) 827 p.

FRANK, André Gunther — *Capitalism and underdevelopment in Latin America* 1967 (New York, Monthly Review Press, 1967) p. 298.

FURTADO, Celso — *A Economia Latino-Americana: formação histórica e problemas contemporâneos* (Cia. Ed. Nacional, São Paulo, 1976) p. 339.

GAFFAREL, Paul — *Les colonies Françaises* (Libraire Germer Bailliére, Paris, 1880) 423 pp.

GALL, Norman — "The Rise of Brazil", "*Comentary*" (January 1977).

HOLANDA, Sergio Buarque de — Ed. *História Geral da Civilização Brasileira* — Tomo II, Vol. I (Difel, São Paulo — Rio de Janeiro, 1976) "A ocupação de Caiena", por Artur Cesar Ferreira Reis, 410 pp.

LEWIS, Gordon — "*British Imperialism in the West Indies: the political legacy* in *Caribbean Studies* (vo.l 7 nº 1 April 1967) pp. 3-22.

MALDONADO, Denis Manoel — "*Hacia un esbozo de las oligarquias en el Caribe Hispano-parlante*" in *Caribbean Studies* (vol. 7, nº 4, January 1968) pp. 3-10.

MANLEY, Michael — "*Overcoming Insularity in Jamaica*" in *Foreign Affairs* (October 1970).

MARTINEZ SOTOMAYOR, Carlos — *El nuevo Caribe — la independencia de las colonias britanicas*, (Editorial Andres Bello, Chile, 1974) 385 pp.

MECHAM, J. Lloyd — *The United States and Inter-American Security*: 1839-1960 (Austin, University of Texas Press, 1967) 514 pp. (p. 49-55).

MEIRA MATOS, Carlos de — *Dez Anos Depois* (da participação militar brasileira na missão pacificadora da República Dominicana) in *Defesa Nacional* (Ano 63, nº 669, set-out 1976.

Ministério da Marinha — Serviço de Documentação da Marinha. *Subsídios para a História Marítima do Brasil: ações e aspectos da Marinha*: 1939-1945; *Segunda Guerra Mundial*, Vol. V (Imprensa Naval, Rio de Janeiro, 1945) 435 p.

NOEL, Jesse A. — *Trinidad, Provincia de Venezuela* (Caracas: 1972) p. 270

PLANK, John N. — "*The Caribbean intervention, when and how*" in *Foreign Affairs* (October, 1965).

POLÍTICA EXTERNA INDEPENDENTE Nº 2 — *A Invasão da República Dominicana* (Rio de Janeiro, ano I, nº 22) 318 pp.

RIPPY, J. Fred — *The Caribbean Danger Zone* (G. P. Putman's Sons, New York, 1940).

SOARES, Alvaro Teixeira — *História da Formação das Fronteiras do Brasil* (Rio *de Janeiro, Biblioteca do Exército Editora, 1973) 361 pp.*

SZULC, Tad. — *Ed. The United States and the Caribbean* (Prentice Hall, 1971) 212 pp.

——— — *Dominican Diary* (New York, Dell, 1965) 319 pp.

VIANA FILHO, Luis — *O Governo Castelo Branco* (Força de Paz — República Dominicana) (Rio de Janeiro, Ed. José Olympio, 1975) 572 pp.

WILLIAMS, Eric — *From Columbus to Castro — The History of the Caribbean* 1492-1969 (André Deutsch Ltd., London, 1970), p. 576.

———. — *Capitalismo e Escravidão* (CEA, Rio de Janeiro, 1975) 295 pp.

———. — *History of the People of Trinidad and Tobago* (André Deutsch Ltd., London, 1964) 292 pp.

ZAVALA ORTIZ, Miguel Angel — "Politica Exterior argentina en el periodo comprendido entre el 12 de octubre de 1963, y el 27 de junio de 1966" (in *Revista Argentina de Relaciones Internacionales*, ano 2, nº 4, enero-abril 1976 — Seção II — *Malvinas*).

O GRANDE DESTINO IBÉRICO

Por Felipe Herrera *

Nestes últimos 25 anos, por circunstâncias pessoais e profissionais, como latino-americano, coube-me acompanhar as relações do Brasil com seus países-irmãos no continente. Presidente do Banco Central do Chile, na década dos 50, segui de perto as negociações bilaterais, comerciais e de pagamento do Brasil, com meu país e com outras nações, particularmente aquelas do cone sul. Não nos esqueçamos de que na década dos 50 a integração multilateralizada da América ainda era considerada uma aspiração a longo prazo. Neste contexto, é importante lembrar como, na primeira reunião econômica latino-americana, realizada no Quitandinha, em 1954, ficou caracterizado o baixo grau de prioridade que os EUA atribuíam ao desenvolvimento econômico da América Latina, inexpresivo diante da urgência da reconstrução da Europa, e refletido na notória ausência de diálogo entre os países em vias de desenvolvimento do hemisfério. Naquela ocasião, mesmo a idéia de criar um Banco Interamericano de Desenvolvimento sofreu um grande revés.

A partir do segundo semestre de 1958, com a conjunção de posições dos Estados Unidos da América e do Brasil frente à América Latina, o panorama se modifica substancialmente. Diante

---

* Felipe Herrera, foi presidente do Banco Interamericano de Desenvolvimento Gerente Geral do Banco Central do Chile e Ministro das Finanças de seu país.

dos resultados negativos da visita do à época vice-presidente Nixon a algumas de nossas capitais, a administração Eisenhower decidiu reativar as relações hemisféricas em função da cooperação econômica. Coincidente com este ponto de vista surgiu a Operação Pan-Americana (OPA) proposta pelo presidente Kubitschek. Em suma, tratava-se de complementar o interamericanismo político e jurídico com um esquema claramente desenvolvimentista baseado numa nova perspectiva de ajuda dos Estados Unidos da América a seus vizinhos do sul.

Anos mais tarde, o presidente Kubitschek confessou-me que o resultado mais positivo desta preocupação havia sido a criação do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). A participação brasileira foi decisiva para a criação desse órgão de cooperação econômico-técnica regional. Poucos meses depois do início das atividades do Banco, John F. Kennedy assume a presidência dos Estados Unidos da América e coloca em órbita a política de Aliança para o Progresso, cuja inspiração coincidia com as iniciativas discutidas anteriormente.

Se recordamos esses fatos foi apenas para sublinhar a inequívoca adesão brasileira aos enfoques multilaterais, de aceleração de nosso processo de integração econômica. Outro exemplo de firmeza da posição brasileira foi a importância atribuída pelo Brasil à criação da Associação Latino-Americana de Livre Comércio (ALALC), no princípio da década dos 60.

Como sempre acontece em matéria de relações internacionais, os países não adotam posições só por convicções históricas que coincidam com seus próprios interesses mas também pelos resultados pragmáticos que as iniciativas em questão possam produzir. Esse é o caso da influência do BID e da ALALC no desenvolvimento do Brasil. Quando o BID começou a operar neste país, concedendo um empréstimo de 10 milhões de dólares ao Banco do Nordeste, o crédito internacional do Brasil, em relação a sua situação atual, era muito limitado. Além disso, até 1964 havia fontes internacionais de financiamento que se negavam a operar no Brasil por considerá-lo sujeito a uma inflação endêmica, cuja correção era tida, praticamente, como sendo impossível. Recordo, neste período, as sérias restrições que os círculos financeiros internacionais faziam à construção de Brasília, que na oposição de muitos estrangeiros agravava ainda mais a situação já exitente. Portanto, não podemos estranhar que na década dos 60 o BID tenha se transformado na primeira fonte pública internacional de financiamento do Brasil, o qual, por sua vez, foi o primeiro cliente da instituição. Enfatizemos a repercussão que teve esse fato no contexto daquelas relações econômicas externas.

Tal como o multilateralismo financeiro, em uma determinada etapa do processo histórico brasileiro, significou uma importante viga mestra, o mesmo ocorreu com os efeitos da liberalização do

comércio regional por meio da ALALC. Não nos esqueçamos de que, durante um longo período, prevaleceu no Brasil a mentalidade de substituição das importações e que o grande impacto de promoção exportadora industrial surgiu nos últimos anos. Naturalmente, a princípio, é para a América Latina que prioritariamente, se voltam os industriais e os exportadores brasileiros. As cifras o demonstram claramente. Tomando, por exemplo, o período 1968/1977 no contexto da ALALC, observamos que as exportações se multiplicaram por 7 (em números redondos de 200 milhões para 1,400 bilhão de dólares). Por outro lado, as importações crescem em um ritmo similar (de 226 milhões a 1,35 bilhão de dólares no mesmo período). Poder-se-ia objetar que esse *boom* das exportações corresponde a uma tendência geral. No entanto, tenhamos presente que, enquanto no referido período as exportações globais do Brasil se multiplicam por 6, as dos países da ALALC se multiplicam por 7. É interessante destacar que esse crescimento resultou principalmente das novas exportações industriais.

As cifras mostram como em menos de vinte anos a imagem do Brasil se transformou no continente. Antes, para o latino-americano médio, o Brasil era um país provedor de produtos tropicais ou subtropicais, e hoje em dia é a nação de maior desenvolvimento industrial, não só de um ponto de vista quantitativo mas também por seu avanço tecnológico. Assim, a realidade brasileira no contexto hemisférico é ao mesmo tempo causa e efeito do próprio processo de aceleração do crescimento econômico do país. Registremos que, no período 1971/1975, enquanto o produto regional bruto da América Latina aumentava anualmente de 6,6%, no Brasil esse crescimento chegava a 10,9%.

É evidente que as expressões "economicistas" desta nova realidade refletem diretamente no quadro de nossas relações hemisféricas. Há muitos hispano-americanos que vêem com preocupação a intensidade do progresso brasileiro, se comparado com a realidade do resto do continente. No entanto, esse enfoque é totalmente a histórico porque, considerando que a influência brasileira vai além de nossas relações continentais, está subestimando o fato que este país é internacionalmente, uma das nações em vias de desenvolvimento de maior potencialidade econômico-política. O Brasil não só é parte vital de nosso hemisfério como também desempenha um papel decisivo em outros contextos inscritos na realidade mundial. Um exemplo significativo da afirmativa anterior é o caráter especial das relações Brasil-África.

Voltando ao problema de integração da América Latina, não podemos estranhar que o Brasil venha estabelecendo vínculos bilaterais, particularmente com alguns países vizinhos. Como diriam os advogados, trata-se de "um fato pela causa". O Brasil histórica e geograficamente está propenso a ter relações especiais com a Bolívia, o Paraguai, o Uruguai e os outros países da América do

Sul. Além disso, seria artificial pretender que o caminho para a integração de países unidos por laços comuns não tenha expressões bilaterais. Esta situação também é observada nas relações do México, Venezuela e Argentina com outros países latino-americanos. Ao analisarmos a criação da Comunidade Econômica Européia (CEE), veremos que os países maiores também tendem a estabelecer vínculos expressivos de sua própria influência. Mais ainda, na Europa ocidental existe o conceito de que em alguns campos os países desenvolvidos devem cooperar com os mais atrasados ou que tenham problemas emergentes. Lembremos que na década dos 50 o desenvolvimento do sul da Itália não foi só uma realização do governo da Itália mas de todos os países da Comunidade Econômica Européia.

A maior gravitação do Brasil no quadro latino-americano é coetânea do que muitos definem como a crise de nosso processo integracionista. E os que assim argumentam não deixam de ter certa razão. Nos últimos dez anos houve uma estagnação no processo de criação de um quadro institucional mais global da América Latina. Em 1967, na reunião de chefes de Estado realizada em Punta del Este foi assinado um documento postulando a criação de um "Mercado Comum Latino-Americano" em 1980. Bem sabemos o quanto estamos distantes das condições que permitiriam adotar essa recomendação. No entanto, não podemos deixar de reconhecer os grandes avanços que continuam sendo feitos em uma direção comum, em matéria de cooperação e intercâmbio comerciais, financeiros e tecnológicos. Essa tendência foi definida como uma função setorial e representou a convergência de interesses públicos, privados e acadêmicos em torno de objetivos comuns. Não caberia aqui efetuar um inventário do que foi conquistado nessa rápida aproximação. É suficiente visualizar o cenário mais sofisticado entre nossos países, as crescentes e recíprocas inversões financeiras, as transferências de tecnologia a utilização de experiências humanas e intelectuais.

Dessa forma, mesmo que esta nova realidade não tenha produzido uma nova e mais elaborada institucionalização global, manteve a preocupação de criar um mecanismo tipicamente latinoamericano que pudesse expressar e coadjuvar o processo. Em minha opinião, esta é a razão política que levou, em princípio de 1976, à criação do Sistema Econômico Latino-Americano (SELA). O SELA, que resultou de um convênio firmado por todos os países de nosso hemisfério, é a primeira experiência latino-americana da qual participam países de distintos sistemas econômicos e políticos, e de diversos níveis de maturidade histórica. Não se deve esquecer de que todos os países do denominado Novo Caribe participam do SELA.

O Secretariado permanente da nova entidade tem por objetivo promover iniciativas concretas por meio do chamado Comitê

de Ação, tomar a seu cargo tarefas regionais comuns e, em geral, atuar como um instrumento da unidade latino-americana. Creio que é muito sintomático que durante sua visita ao Brasil ,no início de 1978, o presidente da Venezuela, Carlos Andrés Pérez, tenha efetuado com o presidente Geisel o seguinte pronunciamento: "Expressando seu apoio aos objetivos do SELA, como instrumento flexível para completar e fortalecer a coordenação e a cooperação, e reforçar a capacidade de ação conjunta da região em âmbito internacional. Nesse sentido se comprometeram a estimular a participação de seus respectivos países nos mecanismos operativos do Sistema".

Nos últimos anos, o conceito de nossa realidade geográfica adquiriu substância. Diante da revolução tecnológica e dos meios de transportes e comunicação, já não se pode objetar que a geografia é um obstáculo histórico à nossa unidade. Na década passada, o BID aceitou o desafio de financiar os projetos de infraestrutura multinacional. No presente, vários países buscam entendimentos bilaterais para otimizar o uso de recursos comuns. Exemplo disso é a utilização do rio Paraná para a geração de energia hidrelétrica, com os acordos pertinentes do Paraguai com o Brasil, por uma parte, e com a Argentina, por outra parte. E, todavia, também nessa matéria a multilateralização tem grande influência: o Convênio da Bacia do Prata e a nova proposta do Pacto Amazônico, formulada pelo Brasil, atestam essa afirmativas. Acreditamos que a América Latina tem que considerar suas fronteiras não como elementos desagregantes e, sim, como fatores de unidade, e que seus recursos naturais comuns não devem ser o germe de conflitos mas de eemprendimentos positivos que beneficiem dois ou mais países.

Há mais de meio século, o ensaísta uruguaio Rodó intuiu esses vínculos ao escrever no "Mirador de Próspero" (referindo-se ao Rio Amazonas e à Bacia do Prata): "Eu vejo simbolizado no curso dos dois rios colossais, nascidos do coração de nossa América, e que se repartem em toda a extensão do continente, o tributo das águas ao destino histórico dessas duas metades da raça ibérica, que também compartilham entre si a História e o futuro do Novo Mundo: os luso-americanos e os hispano-americanos, os portugueses da América e os espanhóis da América: de origens étnicas contíguas, como as dos dois grandes rios que se aproximam nas nascentes de suas explorações e conquistas, confundindo com freqüência os geógrafos sobre o perfil dos declives de ambas as bacias hidrográficas, convulsos e impetuosos na idade heróica de suas aventuras e proezas, como aquele rios quando se avolumam; e logo serenando majestosamente o ritmo de sua história como serenam os rios reduzindo o ritmo de suas águas, para verter, no oceano imenso do espírito humano, amargo e salgado, com a dor e o esforço dos séculos, seu eterno tributo de

águas doces de um futuro transfigurado pela justiça, pela paz, e pela grande amizade entre os homens".

Os fatores que mencionamos terão, no futuro, grande transcendência nas relações internacionais do Brasil na década dos 80. É difícil ser futurólogo num tempo de aceleração da História, quando o progresso perde suas características retilíneas e se transforma em situações, às vezes, expressiva de profundas contradições. No entanto, em meu modesto entender, há dois fatos que cada vez influenciarão mais nossa realidade hemisférica: de um lado a "civilização planetária", quer dizer, a crescente globalização da "nave espacial chamada Terra" (Adlai Stevenson) na qual se insere qualquer região do mundo. Acreditamos que a regionalização é parte desse todo mais abrangente. Os critérios em relação à Nova Ordem Econômica Internacional, assim o demonstram; em outras palavras, nossa latino-americanização será, em parte, induzida de fora. Em segundo lugar, o homem e a sociedade contemporânea estão questionando cada dia mais o conceito quantitativista do desenvolvimento, em função do que se denomina "a qualidade da vida". Dentro dessa nova perspectiva, os valores culturais são fundamentais. Poucas regiões do mundo estão mais aptas a estabelecer sua vida futura baseada em vivências nesse campo, que corresponde ao melhor desempenho da presença ocidental, integrada à realidade indígena, e posteriormente aos fluxos étnicos e culturais de África. O nosso é um continente mestiço, o que lhe dá enormes vantagens sobre todos os outros povos do mundo.

Nesse contexto, a fronteira entre o lusitano e o hispânico tem cada dia menor vigência. Há um grande destino ibérico com profundos elementos centrípetos que nos fizeram entender que a realidade cultural emanada de Portugal e da Espanha e projetada sobre nosso continente é uma só. Esta realidade continua se enriquecendo, particularmente com a emergência do Novo Caribe e a crescente importância dos povos africanos. Nesta direção, o Brasil constitui um elemento de coesão de todos os nossos países diante dessas novas forças dinâmicas da História.

Artigo publicado na Revista "Veja", 20-09-78

A IMAGEM DO BRASIL NAS CARTAS DE BOLÍVAR

Nestor Santos Lima

"Um homem é aquilo no qual ele pensa todo dia"

Ralph Waldo Emerson

"Es una ideia grandiosa pretender formar de todo el Nuevo Mundo una sola nación con un solo vínculo que una sus partes entre si y con el todo".

Bolivar — Carta de Jamaica 1815

Atitudes Hispano-Americanas sobre o Brasil

Durante os poucos séculos de nossa história americana, as peculiaridades do Brasil no quadro continental, ainda que vagamente pressentidas pelo mundo hispano-americano, formado além das fronteiras da América luso-brasileira, ensejavam entre os latino-americanos de fala hispânica pelo menos três atitudes básicas da compreensão do Brasil, atitudes essas ainda surpreendentemente válidas atualmente, apesar de não mais se conformarem com as múltiplas avenidas abertas para o entendimento recíproco das duas áreas sócio-culturais e políticas do meridiano americano. Assim, na consciência dos líderes e intelectuais sul-americanos não brasileiros, encara-se o Brasil ora suprimindo metodologicamente as peculiaridades da América luso-brasileira, quiçá mesmo sua existência ontológica, como entidade cultural e política no quadro continental, ou experimenta-se uma atitude de superioridade ante esse epifenômeno incômodo da avassaladora realidade hispano-americana dominante no continente ou mostra-se uma pronunciada militância defensiva e potencialmente agressiva contra o país dos bandeirantes, de tradição imperial, logo dita imperialista, que se espraia por 48% da área do nosso sub-continente herdado de espanhóis e portugueses.

A supressão metodológica da idéia desse Brasil teimosamente hispano e ibérico mas não castelhano, como diria Gilberto Freyre e a tradição hispânica de superioridade imperial frente aos lusitanos, respaldada pela precedente relação espanhola-portuguesa na Europa, são formas sofisticadas de encarar o fenômeno brasileiro, por parte da intelectualidade dos países hispano-americanos, sendo essa soberbia imperial fortemente apoiada pelo indiscutível caráter dialetal da língua portuguesa em relação à matriz castelhana, sentimento ainda vivo na alegada dificuldade dos hispanos em aprender o português, no que vai uma pequena ponta de desprezo hoje evanescente. Afinal temos realisticamente que admitir que o espanhol hoje como ontem, hoje mais do que ontem, uma língua de alcance mundial, da qual o português seria uma variante de extremo vigor devido ao seu enriquecimento sem limites com sua irradiação pelos quatro cantos da terra. Assim sendo encarada a língua portuguesa no continente estende-se essa ancilaridade linguística ao campo da cultura, do processo histórico e desempenho social e político, com conseqüentes distorções na exata compreensão do Brasil. Nesse aspecto, a supressão metodológica, o hiato sobre a presença brasileira no continente, por irrealística que o pareça, é a mais tranqüilizadora das atitudes, para quem concebe uma América dita latina, falando uma só língua agindo e pensando pelo código cultural trazido pelos conquistadores espanhóis.

A atitude de militância anti-brasileira predominou naquelas áreas onde se verificaram as pressões populacionais e militares para o ordenamento das fronteiras continentais das duas vertentes ibéricas e hispânicas das quais resultou a atual configuração geográfica e política do continente sul-americano. Como em todas as áreas onde se avizinham fisicamente culturas e etnias, mesmo aparentadas como o são os portugueses e os espanhóis, em sua floração americana, permanecem vivas as memórias de lutas, por materialmente insignificantes que tenham sido, embora em regiões mais adentradas de cada uma das entidades em confronto, essa sensibilidade seja fortemente atenuada e até inexistente.

Assim, ontem, como infelizmente ainda hoje, embora em escala infinitamente menor e forma mais ideológica que real, nas rodas continentais se via e se vê o Brasil, ora como um claro sobre o qual nada se sabe, ou apenas uma sub-cultura ou sub-história de uma América exclusivamente hispânica a ser vista e compreendida exclusivamente dentro dos seus parâmetros específicos de comportamento ou como uma entidade nebulosa e proteiforme de contornos imprecisos e aglutinantes contra cuja peculiar e incompreendida vocação urge defender-se.

Essas constatações, fruto de prolongada vivência e meticulosa observação do mundo latino-americano de fala espanhola, bem como de vivida e extensa apreciação direta do pensamento das elites hispano-americanas e de seus heróis e próceres, parecem

sem dúvidas respaldar o conceito de *Terceira América* esboçado em um Livro que publiquei em 1967, quase como a conclusão inarredável de sua pertinência, uma vez que as atitudes acima descritas jamais se configurariam diante do nada, constituindo elas como a imagem, num mata borrão, da escritura que com ele se casou. Aí ficou no mata borrão o esboço de toda uma realidade contra a qual se roçou o papel absorvente.

Nesse particular, como em muitos aspectos pioneiros da conscientização do nosso continente, a extraordinária obra epistológica desse gigante da ação e da imaginação que foi Simon Bolívar, oferece um dos exemplos mais fascinantes, — posto que da lavra do personagem de maior fascínio na história continental — da pertinência das três atitudes de encarar a América luso-brasileira *postas em ação pela vertente hispânica do continente*, mormente porque em Simon Bolívar elas se encontram ao longo de sua breve e brilhante vida, sucedendo-se em sua prodigiosa mente durante os anos mais férteis de sua heróica gesta libertadora entre 1815 e 1826. Bolívar é, neste particular, como em tantos outros, um pioneiro, um descobridor, um indicador de rumos, um pesquisador inconsciente desse conceito de *Terceira América* cuja pertinência seria testemunhada pela evolução do seu pensamento sobre essa outra pátria americana, o Brasil, cujas grandes linhas estavam sendo esboçadas, não nas jornadas heróicas que conheceria o Libertador, mas nas noites de vigilia cívica vividas por José Bonifácio de Andrade e Silva, alma de estadista em mente de cientista, a serviço de um grande país em acelerada gestação na década de 1820.

O Roteiro do pensamento do Libertador sobre o Brasil

A evolução do pensamento do Libertador Simon Bolívar sobre o Brasil, a julgar pelo testemunho de suas cartas atualmente disponíveis e sem prejuízo de que novas evidências venham a modificar em parte o que seguir se explicitará, se processou ao longo das três atitudes ainda hoje prevalecentes em grande parte da intelectualidade hispano-americana, embora na verdade, em sua visão tática, aquelas atitudes estivessem todas sempre presentes, com a predominância de uma delas em função das necessidades históricas a que era chamado a atender.

De uma maneira esquemática, para fins de melhor compreensão dessa evolução, e baseado nos testemunhos mais salientes que trataremos de colocar mais adiante, o pensamento do Libertador sobre a nebulosa parte oriental da América do Sul, de onde sairia o Brasil, se desdobrou nos seguintes momentos principais: a omissão, deliberada ou não, exemplificada pela *Carta de Jamaica*, de 1815, que o deixou depois despercebido da independência do Brasil em 1822; o tratamento hispânico do Brasil, com consideração das peculiaridades dos luso-brasileiros, como se o Brasil inde-

pendente pudesse estar a serviço da Santa Aliança, até o começo de 1825; daí em diante assume Bolívar a militância contra o Brasil, pela absorção dos conceitos nascidos nas áreas fronteiriças do sul brasileiro, durante os anos de 1825 e 1826; a final, a compreensão realística de um Brasil monárquico, peculiar no quadro sul-americano, de novembro de 1826 a julho de 1828, visão que o Libertador deverá ter levado consigo para a eternidade em 17 de dezembro de 1830.

Antes de prosseguir na exegese do pensamento do Libertador quanto ao desempenho brasileiro nos assuntos latino-americanos, há uma focalização prévia e necessária a fazer da ótica do Libertador quanto aos destinos do continente sul-americano que ele augurava um dia unido sob um só governo, mas reconhecia desde logo as impossibilidades práticas de chegar a esse objetivo, devido às razões alinhadas na *Carta da Jamaica,* embora ali não cogitasse ele do caso brasileiro. Bolívar adotara a ótica da liberação de cada parte do continente sul-americano de expressão espanhola, como o prelúdio para a grande manobra da união desses países para o que ele proporia a reunião de Panamá, mediante sua convocação pela *Carta de Lima,* de 7 de dezembro de 1824, da qual estava conspicuamente eliminado o Brasil por não ser nem república nem antiga colônia espanhola.

Do projeto nacional brasileiro, pouco ou quase nada se sabia na Venezuela daquela época remota; só se percebiam os movimentos de repressão às tendências separatistas, no que se empenharam tanto a Corte, durante a colônia, como o Reino Unido depois de sua institucionalização, e o Império, após a independência. Percorria-se no Brasil o caminho inverso do Bolívar, buscando-se manter unida a América brasileira, como a manobra integracionista mais efetiva que consolidaria posteriormente a atual projeção continental do Brasil. Visto o Brasil sob a ótica bolivariana, percorríamos precisamente o caminho inverso, o da reação contra a liberação de possíveis novas nações de dentro da moldura brasileira. Um tal ponto de vista seria válido se válido fosse para nós, luso-brasileiros, a perspectiva hispânica de exaltação de personalismos caudilhescos e de provincialismos autonomistas herdados de Espanha. Visto na ótica bolivariana, pois, o Brasil era a própria reação contra o liberalismo que Bolívar encarnava. Essa perspectiva permitia erroneamente assimilar os fins nacionais brasileiros aos fins da Santa Aliança, o que foi integralmente aceito por Bolívar, conforme expressou repetidamente em suas cartas, até que Canning o convencera do contrário e solicitara em 1826 sua cooperação para um bom relacionamento com o Imperador do Brasil, ao que acederia finalmente de 1828 em diante, quando mais clara tinha sua visão sobre o papel do Brasil no continente, do qual a área brasileira formava a metade oriental.

Vê-se assim que, de uma visão global sobre a América ibérica da qual fazia falta conspícua o Brasil, Bolívar vai-se formando

uma idéia do Brasil como um epifenômeno da cultura e da política da Espanha, assimila os preconceitos anti-brasileiros que respaldam a atitude militante anti-imperial das áreas fronteiriças de fricção entre lusos e espanhóis, para finalmente convencer-se da individualidade e das peculiaridades do complexo luso-brasileiro no quadro sul-americano que lhe cumpria, como homem de estado, aceitar. Bolívar teria descoberto o conceito de *Terceira América* que ele parecera ignorar em seus primeiros pronunciamentos sobre suas visões americanas. Voltamos agora à documentação desse processo evolutivo no qual o maior dos homens da América hispânica e o de maior projeção na história continental, chegou a uma visão clara da existência diferenciada do complexo luso-brasileiro neste imenso continente de todos nós.

Omissão ou desconhecimento

O Brasil começava a sair das brumas do colonialismo português, com a transferência da corte portuguesa para a colônia em 1808 e a abertura dos portos brasileiros ao comércio internacional, com o que se rompia definitivamente o monopólio do comércio externo até então em mãos de Portugal. Acelerava-se assim o processo político da emancipação que, passando pela elevação do país à condição de Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves em 1813, atravessaria a crise da revolução republicana de 1817 e atingiria a independência em 1822, 14 anos depois da chegada de D. João VI ao país. Todo o povo brasileiro começava a estremecer naquela década, das fronteiras com a Guiana Francesa às terras do Prata, prenunciando a independência, quando Bolívar, depois dos seus primeiros revezes que o levaram à Jamaica, escreve a sua famosa *Contestación de un Americano Meridional a un Caballero de esta Isla,* na qual avança suas idéias sobre o destino de todos os países da América meridional, sem dedicar sequer uma linha ao Brasil, talvez porque em sua visão americana não houvesse mais lugar do que para as já enormes preocupações pela vertente hispânica do continente que lhe dizia mais respeito.

Porque razão parecia Bolívar ignorar os passos que o povo brasileiro ia dando para nossa independência? Por falta de informação, como ele mesmo insinua:

> "... me faltan muchos informes relativos a su estado actual, y a lo que ellos aspiran; deseo infinitamente saber la política de cada provincia, como también su población, si desean repúblicas o monarquias, si formarán una grande república o una grande monarquia? Toda noticia de esta especie que Usted, pueda darme o indicarme las fuentes a que debo ocurrir, la estimaré como un favor muy particular". (*Carta de Jamaica* — 1815).

Ou seria porque Bolívar, sabendo o Brasil assimilado à Coroa portuguesa pela transferência da Côrte para o Rio de Janeiro já o considerava fora do contexto das aspirações autonomistas do Novo Mundo a que se referia naquele magistral documento?

O fato é que, por omissão deliberada ou por falha de suas informações, a *Carta de Jamaica* é um dos exemplos mais esclarecedores de uma das atitudes ainda hoje vigentes na vertente hispânica do continente em relação ao Brasil, isto é, a omissão, o hiato, a supressão metodológica que satisfaz o cartesianismo de alguns para quem o conceito de Hispanoamerica não comporta a excessão volumosa e conspícua de um Brasil peculiar que nem por isso deixa de estar presente e se fazer sentir em todo o continente meridional, como o escreveria Bolívar, dez anos depois, em 1825, quando a realidade brasileira já lhe aparecia em toda sua extensão:

> "Por desgracia, el Brasil linda con todos nuestros estados: por consiguiente, tiene facilidades muchas para hacernos la guerra, con sucesso, como lo quiere la Santa Alianza". (*Carta n.º 840, de Lima*, 23/1/1825).

Se considerarmos o hiato de informação que ainda hoje há entre a Venezuela e o Brasil, cuja causa reside basicamente na existência da barreira amazônica entre nossos centros principais de cultura e na prolongada polarização da Venezuela em direção do seu principal mercado petrolífero, fácil é imaginar como seria tênue o fio de informações sobre o Brasil que se filtraria até Bolívar, enquanto estava ele completamente imerso na tarefa de moldar as nações que estavam nascendo no abrigo de sua sombra gigantesca. Com que freqüência chegariam às mãos do Libertador de tantas nações americanas os ecos dos acontecimentos desenrolados na Côrte de São Cristóvão, a seis mil quilômetros ao sul, como provam hoje os aviões que de Caracas buscam o Rio de Janeiro em seis horas de vôo em linha reta? Considerando que na época as comunicações se faziam por escrito, por portador, ou oralmente, pelos informantes, pode-se imaginar quão destorcidos e simplificados chegariam aos olhos e ouvidos atentos do Libertador os ecos da lutas do Prata, ou as opiniões emitidas na Côrte de São Cristóvão ou em Petrópolis, transmitidas, sabe Deus por que meios, inclusive pela atilada mulher do cientista francês Bompland, que como áia dos filhos do Imperador Pedro I, estava em posição favorável para ouvir a Família Imperial na intimidade, como o assinalou o Libertador em algumas ocasiões. As afirmações daquela francesa, por exemplo, provavelmente contribuiram para Bolívar formar e apurar sua visão do Brasil e dos brasileiros como ele registrou:

"La mujer de Mr. Bompland es muy amiga mia, y está de aya de los hijos del Imperador, y apesar de que habla de mi en términos muy favorables con la familia real, jamás esta família se ha expresado bien con respecto a mi". (*Carta n.º 972* — Potosi, 21/10/1925).

Parece-me portanto válido aceitar as próprias lacunas informativas assinaladas pelo Libertador para explicar a ausência de menção sobre o Brasil na *Carta de Jamaica*, de 1815. A luz desse hiato informativo, que ainda hoje teima em manter desencontrados o Brasil e a Venezuela, apesar de tantas razões para a aproximação mútua, pode-se compreender como muito depois, em 1822, já o Brasil independente de Portugal desle o 7 de setembro daquele ano ,o Libertador ainda se referisse à América luso-brasileira nos seguintes termos de sua carta (n.º 614), de 23 de dezembro de 1822, a Santander:

"A nuestra espalda la ambiciosa Portugal con su inmensa colonia del Brasil"...

Naquele dia, já eram passados 4 meses e 16 dias do Grito do Ipiranga, cujos ecos se vinham perdendo no emaranhado da floresta amazônica até chegarem mais tarde aos ouvidos augustos do Libertador.

Epifenômeno Hispânico

Os acontecimentos na Península Ibérica constituiam objeto da maior atenção da parte do Libertador, através de informações mais freqüentes e minuciosas do que as de suas fontes no Brasil. Pode-se ver, das escassas referências ao Brasil em suas cartas de antes de 1822, que apesar de desde 1808 estar a Côrte portuguesa na Bahia e depois no Rio de Janeiro, Portugal ocupava o cenário como entidade de direito internacional sendo o Brasil apenas um palco onde dominava a personalidade hispânica de Dona Carlota Joaquina, com suas pretensões pessoais de estender sua influência ao Vice-Reinado do Prata, sob os olhares complacentes de D. João, então príncipe regente da Coroa luso-brasileira.

Não seria surpresa pois que, imediatamente após o processo pacífico de independência do Brasil, a América luso-brasileira, nem o Imperador do Brasil, fossem objeto de qualquer referência nas cartas de Bolívar. A nova figura do Imperador Pedro I foi interpretada por Bolívar apenas como a continuação das mesmas políticas de cariz europeu e hispânico que marcaram os 14 anos (1808-1822) do Brasil sob D. João VI e a Rainha Dona Carlota Joaquina, passando inadvertida toda a tradição liberal de que vinha marcado o novo monarca brasileiro, criado no Brasil, longe dos rigores da educação européia, no meio da nova gente que se formava

nas terras brasileiras, fruto do cruzamento de brancos, negros e índios, alheio a outros objetivos do que a continuidade do Brasil que ele conduzira, com brio e desenvoltura, à independência.

Abundam as referências de Bolívar que testemunham essa visão distorcida da figura do Imperador Pedro I, cujas ligações e *preocupações puramente brasileiras não eram levadas* em conta, sendo sua ação interpretada sempre como reflexo dos interesses das Cortes, européias, da Santa Aliança e da continuidade das pretensões dinásticas da Rainha-mãe D. Carlota Joaquina, ao controle da Bacia do Prata nas mesmas mãos que governavam o Reino do Brasil, Portugal e Algarves. Assim se referia o Libertador, em carta de 14 de fevereiro de 1823 a Santander, à notícia da coroação do Imperador Pedro I, ocorrida a 1.º de dezembro de 1822:

> "El Príncipe del Brasil, enemigo de Buenos Aires, se ha coronado Imperador del Brasil y parece que intenta algo contra Buenos Aires; de hecho tiene la Banda Oriental".

Essa visão de um Brasil independente mas completamente submerso na indiosincracia hispânica da qual já nos separamos quando os portugueses se constituiram em nação autonôma na Península Ibérica, quase 700 *anos antes, visão teimosa e* persistente que os séculos passados tornam cada dia mais fora de foco, teria em várias outras oportunidades ainda o exemplo de Bolívar em quem, ao mesmo tempo, crescia a noção das singularidades brasileiras que o levaram a enfatizar, na convocatória do congresso anfictiônico de Panamá, na memorável carta de 7 de dezembro de 1824, o seu desejo de dirigi-las às repúblicas americanas "antes *colonias espanholas" eliminando assim o* Brasil *Império e* antes colônia portuguesa, numa clara demonstração de sua fina sensibilidade ao detectar o peculiar caráter da América luso-brasileira que nos confere um lugar aparte na história continental. Mas a visão hispânica e europeizante do Brasil ainda persistiria por muitos anos na ótica privilegiada do Libertador, como a explicativa em sua *Carta de Lima*, de 20 de janeiro de 1825 a Sucre:

> "Además, por las noticias que vienen de Europa y del Brasil, sabemos que la Santa Alianza trata de favorecer al Emperador del Brasil con tropas para subyugar la América espanhola, por consagrar el principio de la legitimidad y destruir la revolución. También he sabido que los españoles del Peru habian entrado en relaciones con el Emperador del Brasil com la mira de entrar en el gran proyecto de subyugación general, adhiriendo entre si a los principios monárquicos".

E adiante em 9 de fevereiro de 1825, a Santander dizia:

> "Este Emperador del Brasil y la Santa Alianza son uno. Y si nosotros los pueblos libres no formamos otro, somos perdidos". Sobre esto, por mas que hable, no podré decir bastante".

Militancia anti-brasileira

A esta altura, de 1825, como se pode agora ressaltar, o Libertador começava ao mesmo tempo a tomar consciência das singularidades do processo histórico e psicossocial do Brasil, apesar de dar-lhe a tonalidade hispânica que lhe era familiar, mas ao mesmo tempo começava a aceitar uma visão militantemente oposta ao Brasil pela nossa forma monárquica inusitada no continente, cujas características de estrita conformação com os interesses da evolução da América luso-brasileira ele não conseguia captar, devido à distância e à falta de informações. Estava Bolívar à entrada de um novo estágio de sua compreensão do Brasil, quando passaria a incorporar parcialmente a militância anti-brasileira característica das regiões fronteiriças onde se faziam sentir fricções de ordem cultural e política. Essa militância anti-brasileira desenvolveria Bolívar à luz das tendenciosas informações relativas ao caso da controvertida invasão brasileira do território de Chiquitos em 1825 que se revelaria depois ter sido nada mais do que um lamentável mal-entendido histórico de que Bolívar se deu conta a tempo; e também em função das gestões feitas pela missão argentina do General Alvear e do Doutor Diaz Velez, em 1825, pleiteando a intervenção das tropas do Libertador nas questões do Prata, contra o Brasil.

Sobre estes dois pontos é ilustrativa a carta de Bolívar, datada de 28 de maio de 1825, ao Doutor Gregorio Funes, na parte em que diz:

> "Supongo que Usted estará ya informado de la invasión que ha hecho un oficial del Brasil sobre la provincia de Chiquitos en el Alto Peru. Yo no he podido creer que esta medida tan injusta como impolitica haya sido tomada por orden del Emperador del Brasil".

Adiante, em sua carta sobre o mesmo assunto a Santander, escrita de Arequipa, em 30 de maio de 1825 Bolívar expressa sua convicção dominante naquele assunto, opinião que a história comprovou ser exata:

> "Asi es que yo concibo que la invasión de Chiquitos debe ser obra absurda y precipitada del Comadante Araujo".

Em verdade, uma pesquisa recente feita por um estudioso da história americana, Miguel Angel Aloy, deslindou todos os aspectos da falada invasão brasileira de Chiquitos, revelando-a perfeitamente conforme com a opinião antes expressa pelo Libertador, isto é, que efetivamente a decantada invasão fora obra pessoal do Comandante da guarnição de Vila Bella de Mato Grosso a pedido do Governador espanhol de Chiquitos ,sem conhecimento da Côrte de São Cristóvão, no Rio de Janeiro, a mais de dois mil quilômetros a sudeste, por sobre as vastas extensões então desertas do planalto brasileiro. Miguel Angel Aloy fornece uma cronologia do incidente de Chiquitos que vale a pena reproduzir em seguida, retirada do excelente trabalho "Aclaración Histórica sobre el Incidente en la Provncia de Chiquitos", (vol· XXXII número 106 — *Revista de la Sociedade Bolivariana de Venezuela* (segunda etapa) 25/7/1975).

1825 — Marzo 28 — Redacta el Gobernador Ramos el ofrecimiento para colocar la provincia de Chiquitos bajo la protección del Imperio (Brasileño).
1825 — Abril 13 — El Capitán José Maria Velasco, en representación del Gobernador (Cap. Don Sebastian) Ramos, presenta el oficio a la Junta local brasileña (de Villa Bella de Mato Grosso);
1825 — Abril 30 — La Junta comunica al Gobierno imperial en Rio de Janeiro lo resuelto en la reunión del dia 13 de abril. (Parte el emisário a caballo).
1825 — Mayo 13 — La propia junta (de Villa Bella de Mato Grosso) local anula lo resuelto en la reunión de abril 13.
1825 — Agosto 12 — Llega al Emperador (no Rio de Janeiro) el oficio de la Junta de Mato Grosso informando lo resuelto en abril 13.
1825 — Agosto 15 — El Emperador envia orden enérgica desaprobando la resolución de la Junta local y censurando a las autoridades locales. (O portador sai a cavalo).
1825 — Dezembro 25 — En esta fecha, el Presidente de Mato Grosso acusa recibo de la orden imperial desautorisando a la Junta".

A evidência histórica fornecida por Miguel Angel Aloy e retratada na precedente cronologia e respaldada pelo texto da petição do Governador da Província de Chiquitos para que a Província de Mato Grosso assumisse o controle daquela área peruana que seria depois boliviana, não deixa dúvidas que o decantado incidente de Chiquitos não podia ser interpretada como prova de apetites imperialistas da Côrte de São Cristóvão, como ainda hoje se tenta impingir aos leitores inclinados a aceitar versões derrogatórias do

desempenho histórico continental do Brasil. Tão pouco o acreditou Bolívar; entretanto, o Libertador apenas começava a divisar as singularidades do comportamento da América luso-brasileira ao mesmo tempo em que assimilava preconceitos e idéias negativas a respeito do Brasil e do Imperador, como deixou claro em sua carta a Santander, de Arequipa, 30 de maio de 1825:

> "Yo calculo que ese oficial puede haber obrado sin consulta de su Gobierno, y si el Emperador le ha dado semejante orden puede ser una de las tantas locuras que hace al día".

Neste mesmo ano, em 28 de maio, o Libertador já tinha mostrado o quanto estava sendo influenciado negativamente em relação ao Brasil em sua carta a Gregorio Funes, enquanto já contemplava a hipótese de uma guerra contra o Império brasileiro:

> "... nosotros debemos defendernos contra las agresiones atroces de un Gobierno tan inmoral que desprecia absolutamente el derecho de gentes, invadiendo el território amigo y amenazando con un exterminio absoluto a los que resisten".

Passava o Libertador, em 1825, após o incidente de Chiquitos, em nada significativo do desempenho continental do Brasil, a uma nova visão do Brasil e do Império Brasileiro na qual todas as vivencias de áreas fronteiriças contribuiam para atitude militante, maniqueísta, das regiões lindeiras culturalmente conflitivas, nas quais o bom é sempre nós e o mal está sempre de outro lado. Para isso muito contribuiria posteriormente o trabalho subreptício das autoridades do Vice-Reinado do Prata, aliciando o Libertador para jogar todo o seu peso nas questões entre brasileiros e argentinos em busca do equilíbrio regional nas ricas planícies da área temperada do continente sul-americano, manobras essas particularmente exemplificada pela missão de Alvear e Diaz Velez à qual se refere Bolívar em sua carta a Heres, de 29 de julho de 1825:

> "Las Heras me dice que Alvear y Diaz Velez que son los comisionados que vienen, trataran conmigo asuntos de la mayor importancia para la felicidad de América. Yo entiendo que trataran sobre la guerra contra el Brasil, asunto muy espinoso y muy peligroso, porque debe enredarnos con la Santa Alianza".

Persistia portanto na visão de Bolívar a tendência para só olhar o Império Brasileiro como um braço da Santa Aliança, visão obviamente insuficiente para orientar uma política adequada para com a América luso-brasileira sob o Primeiro Império. Mas, com sua vasta experiência no norte do continente e com os padrões

hispânicos de conduta, Bolívar já advinhava precisamente o objeto da missão dos comissários argentinos, do que teria comprovação logo em seguida como comunicava a Santander, em 6 de agosto de 1825:

> "Hoy he recebido comunicaciones de Buenos Aires dirigidas al General Sucre por las cuales sabemos oficialmente que la misión de Buenos Aires del General Alvear y el Dr. Diaz Velez trae, entre otros objetos, la invitación formal y expresa de hacerle la guerra al Brasil de acuerdo con Buenos Aires, que está haciendo esfuerzos por recobrar la Banda Oriental y Montevideo. Como este negócio es gravisimo, no me dejaré arrastar de pronto ni por la gloria ni por las lisonjas".

E adiante, explicitava sua opinião sobre o Imperador do Brasil e a necessidade de auscultar o Governo inglês sobre um eventual conflito com o Brasil:

> "Yo creo que siempre convendrá saber la opinión de la Inglaterra para obrar en consequencia en cualquier caso que el Emperador del Brasil nos incomode, pues es joven, aturdido legitimo y Borbon. Mañana le puede encargar a él la Santa Alianza, en secreto o en público, de hacernos la guerra como herdero de todos los derechos perdidos de todos los Borbones".

Ajustando a Mirada

Por essas alturas do ano de 1825, estimulado pelas versões sobre o Brasil e os brasileiros, que ele recebia de Madame Bompland e dos emissários rioplatense, sob a impressão negativa do episódio de Chiquitos, cuja gravidade e intencionalidade eram destorcidas pela distância e a desinformação, Bolívar atingiu o ponto mais alto de sua etapa de militância contra o Brasil, a cujo povo ele se referia como apenas "portugueses", como consta das cartas de 10 e 12 de outubro de 1825, a Santander e a Heres.

Entretanto, apesar de sua predisposição contra o Brasil, por sermos portugueses e não ortodoxamente hispanos, por sermos uma monarquia e não uma das flamantes repúblicas do continente, por sermos Império encimado por um Bourbon, como ele chamava a D. Pedro I, e ademais subordinado aos fins anti-republicanos da Santa Aliança, como ele o acreditava, Bolívar viu-se na que ele mesmo intitulou de "dolorosa" contingência de negar-se a lançar sua força e seu prestígio ao lado dos platinos contra o Império Brasileiro, recusando-se assim a atender aos propósitos da missão de Velez e Alvear:

"Asi es que yo me veo en la dolorosa necesidad de no poder tratar decididamente con esta comisión, ni prestar mi consentimiento absoluto a sus demandas. Yo les he dicho francamente que haré por el rio de la Plata cuanto me es permitido en mi actual posición y que tomaré el mayor empeño en recomendar con todo mi influjo y con toda mi alma los auxilios, y aún sacrificios que ellos crean necesarios pedir a Colombia y al Peru para asegurar la libertad de su patria". (Carta a Santander, de 10/10/1825).

Qual seria a verdadeira disposição de Bolívar no tocante à missão de Velez e Alvear que ele ficara na "dolorosa" situação de não acolher favoravelmente, dando-lhes a conhecer sua "terrible *respuesta" (Carta a Santander, de 21/10/1825) negativa aos seus* designios anti-brasileiros?

Pela adjetivação de Bolívar sobre sua decisão, "dolorosa e terrível" pode-se intuir honestamente que o Libertador fora levado, pelas circunstâncias de já não poder mandar nos "pueblos peruanos (idem)" e não representar mais "un grano de arena de Colombia" (idem); fora levado, repito, a decidir contra sua própria vontade, que nesse caso, teria sido a de participar com todo o seu peso e prestígio na contenda do Prata, contra o Império do Brasil. Teriam tido papel disuasório em sua disposição em princípio favorável aos argentinos contra o Brasil, as convicções de Santander, que despertaram no Libertador a reação também exposta na carta citada:

"Todo lo que Usted me dice de las buenas disposiciones del Emperador del Brasil hacia Colombia no es muy creible. El Emperador era amigo de estos godos del Peru y tiene tal terror a los republicanos como nosotros a los ciudadanos de Etiopia".

Ademais as convicções bolivarianas de que a Inglaterra protegia o Brasil e que tudo terminaria por se ajustar em paz, por meio dos emissários ingleses, particularmente por intermédio do Embaixador britânico Stewart, teriam também levado Bolívar a não atender à provocadora missão confiada aos plenipotenciários platinos atrás mencionados. Mas entre todas influências moderadoras de atitude de Bolívar para com o Brasil, cabe enfatizar a do Governo da Colômbia, como assinala Bolívar:

"El mismo Santander me dice que no tiene motivos de quejarse como magistrado contra el Emperador y aunque está persuadido de que es enemigo de las republicas, no se debe juzgarlo por lo que se sospecha de sus intenciones sino por lo que manifieste querer hacer contra Colombia y también anade que el paso menos peligroso es el de unirse los esta-

dos americanos para reclamar la restitución de la Banda Oriental interponiendo el influjo de Inglaterra. En una palabra, Santander no quiere que tomemos parte beligerante en la guerra del Brasil y tan lejos de quererlo me dice pensaba nombrar a Heres nuestro ministro en la corte del Brasil". (Carta a Sucre, Lima 28/4/1826).

Compreensão e Realidade

Nessa altura da evolução de pensamento político bolivariano a respeito do Brasil, é possível que as complexidades da fisionomia peculiar do fenômeno brasileiro começassem a aflorar à sensibilidade política do imortal venezuelano. Os preconceitos republicanos e liberais que o preparavam para aceitar quaisquer versões desfavoráveis à conduta americana do Governo Imperial brasileiro já começavam a ser erodidos pelos fatos, que pouco a pouco delineavam a figura de um Brasil brasileiro e não português nem espanhol, interessado em seus problemas internos e na consolidação do seu patrimônio territorial ao longo de uma extensíssima linha de fronteiras onde se escondiam sementes de conflitos deixadas acesas pela interação das ambições geopolíticas de portugueses, espanhóis, franceses, ingleses e holandeses. O Brasil nessa quadra já não era para Bolívar uma entidade imperceptível na paisagem geográfica, humana, política e conjuntural no universo americano. Já o Brasil o ocupava em suas elocubrações políticas e a convivência direta e contígua entre as duas Américas em que se partiu a aventura ibérica no continente, da fronteira com a Colômbia aos pampas do extremo sul, não podia mais ser omitida nem tampouco tomada em pouco caso, porque o Brasil já começava a ser o esboço da grande realidade continental de um século depois. Bolívar já se acostumara então à presença, em suas hostes, e junto de seu alto comando, de um brasileiro do talne de José Ignacio Abreu Lima, que certamente acompanhava, de longe e com nostalgia, a conjuntura brasileira e o fazia ciente da evolução política do Brasil que ele, Abreu Lima, conhecera ainda como colônia portuguesa, condição contra a qual se rebelara ao ponto de ter de refugiar-se na Venezuela libertária, tangida por Bolívar para as glórias americanas que culminariam em Ayacucho.

Já então, a figura do primeiro Imperador do Brasil tinha um perfil mais claro na mente de Bolívar, preocupando-o menos as intrigas de copa de Madame Bompland do que as judiciosas reiteradas advertências a ele feitas por Santander, que levaram o Libertador aquele desabafo terminado pela expressão "Asi, raya al Brasil" em sua queixosa carta ao estadista colombiano de 23 de junho de 1826, escrita de Magdalena. Tampouco, para o Libertador, persistia aquela imagem ainda válida em 1825, de que eram portugueses os habitantes do Brasil, imagem complementar do retardo com que nas suas cartas foram feitas referências à inde-

pendência do Brasil, realizada sem maiores alterações da ordem, *em 1822. Agora, em meados de 1826 (carta de 1.º de julho a Gregorio* Funes) o Libertador usava em cheio a palavra "brasileiros" como os opositores dos rios platenses como que dando aos nacionais do Brasil a sua verdadeira identidade de homens americanos. de origem indo-afro-européia, mas identificados com a nova terra e a nova pátria que vieram a constituir ao sol dos trópicos. Mostrava-se o Libertador bem mais avisado sobre o Brasil e seu povo do que aqueles jornalistas que ainda hoje, depois de meados do século XX, quando o Brasil transferiu sua capital para o planalto de Brasília, referem-se aos cidadãos e instituições do meu país como sendo "cariocas", apodo válido exclusivamente para a cidade do Rio de Janeiro e seus habitantes, derivada que é da designação tupi-guarani para o acampamento dos brancos, do outro lado da baía de Guanabara, oposto a Niterói.

A reconversão do Libertador a uma imagem mais realística do Brasil à base de choques, contrachoques, idéias falsas, preconceitos e contingências políticas iria decantar numa apreciação objetiva das singularidades da nossa América luso-brasileira, que não produz heróis a cavalo e cuja independência foi cavada palmo a palmo por um estadista burocrata, de formação científica e de cérebro de visionário, singularíssimo num continente que produziu carreiras cintilantes e vocações épicas como a do próprio Bolívar, o mais complexo desse tipo de protagonismo de cariz, hispano-americano por excelência. Mas ainda precisava Bolívar de conhecer o pensamento do Governo inglês sobre a alternativa a dar ao seu comportamento em relação ao Brasil e ao seu vasto Império onde ele advinhava existirem ponderáveis forças mobilizáveis contra qualquer novo inimigo, e cujas dilatadas fronteiras continentais ele sabia constituirem desvantagem para eventuais ações coletivas das que ele poderia montar no quadro da política continental sul-americana, caso se decidisse a tomar lados nas guerras paroquiais da zona de encontro entre as áreas culturais portuguesa e hispânica no meridiano continental.

Porque razão Bolívar tanto desejava conhecer o pensamento do Governo de sua Majestade britânica como pré-requisito para a formulação de uma política de longo prazo em relação ao Brasil, país de cujas potencialidades ele tinha uma noção um tanto nebulosa mas tingida dos velhos preconceitos hispânicos sobre a metade portuguesa e então já brasileira do continente americano?

Pela leitura das cartas de Bolívar, cotejada com a situação de que gozava então a Inglaterra — em plena "pax britanica" após a derrota de Napoleão, cujo esforço para fechar o mercado europeu aos produtos ingleses ensinara às elites britânicas o valor dos novos mercados que se entreabriam nas América com o desmoronamento do império colonial espanhol — vê-se o quanto a potência anglo-saxônica se envolvera no processo de independência latino-americana que fatalmente aproveitaria ao país mais po-

deroso sob o ponto de vista comercial, precisamente a nevoenta ilha de além mar da Mancha, emergente de um frutífero comércio para um capitalismo industrial em plena arrancada. Aquela época seria a penúltima vez em que os nórdicos anglo-saxônicos dominariam efetivamente os horizontes do mundo, avantajados que se tinham feito sobre todos os outros povos da terra até a metade do século XX, pelas suas qualidades de audácia, espírito de luta, objetividade na condução do processo econômico e por uma justa e oportuna valorização do conhecimento científico. Naquela época, era bem verdade que "Britannia ruled the waves".

Assim, Bolívar, numa justa e atilada avaliação da importância da posição da primeira potência mundial de então, em relação ao desenvolvimento de sua estratégia americana, insistia em obter, não o endosso britânico para seus passos, que dispensavam qualquer tutela, mas para ajustar sua visão à perspectiva do mais forte no curso do seu relacionamento continental americano, onde ele sabiamente antecipara encontrar a massa ingente da grande monarquia sul-americana sob a égide de D. Pedro I. Daí a expectativa com que Bolívar aguardava conhecer o pensamento de Sua Majestade Britânica sobre uma eventual extensão das guerras do Prata, pela intervenção nelas das tropas a sua disposição, apesar da resposta, em princípio negativa, dada por ele aos emissários rio-platenses que recebera no Potosi, em outubro de 1825.

Desde o episódio de Chiquitos, apesar das suas dúvidas quanto à intencionalidade da Côrte de São Cristóvão em sua execução, Bolívar vinha encarando a possibilidade de uma guerra contra o Brasil, possibilidade em favor da qual militavam os mal-entendidos e os preconceitos correntes na vertente hispânica da América do Sul contra o Império que se afirmava sobre a costa leste do continente. Daí aquela instrução de Bolívar a Gregório Funes, ainda em 28/5/1825:

> "Me parece un paso muy importante el de consultar la opinión del agente britanico en esa capital sobre el modo con que recibiria la Inglaterra una guerra del Brasil con nosotros. Si ese caballero no sabe o no se atreve a responder a la cuestión podria Usted decirle que yo deseo que consulte a su gobierno sobre este negócio".

Posteriormente, pressionado pela gestão da missão Alvear e Velez para apoiar a Argentina nas lutas do Prata, Bolívar insistia em conhecer com antecipação a qualquer iniciativa, o pensamento do Governo de Sua Majestade Britânica sobre essa eventualidade, como o recomendou a Santander, em carta de 6 de agosto de 1825:

> "Desde luego, yo no puedo disponer de las tropas de Colombia, sin consentimiento de su gobierno. Por lo mismo, deseo que Usted consulte al congreso y a los agentes ingleses so-

bre el modo em que la Inglaterra veria una guerra de nuestra parte con el Brasil".

Como é sabido, Santander insistentemente recomendava a Bolívar não envolver-se nas guerras do Prata, a ponto de provocar a irritação epistolar do Libertador:

"Sabe usted que los consejos sobre mi conduta en el Brasil ya me empalagan". (Carta de 23/6/1826 a Santander).

Mas Bolívar continuava sobretudo interessado na opinião oficial do Governo britânico cujas linhas gerais, aquelas alturas de junho de 1826, já estavam a caminho do Libertador nas palavras da carta de George Canning, Secretário de Estado de Assuntos Estrangeiros da Inglaterra, expressando esperada opinião da Inglaterra sobre a paz e a guerra na América do Sul, carta essa datada de 20 de março de 1826, que só atingiria as mãos de Bolívar em novembro daquele ano.

Em linguagem diplomática mas suficientemente expressiva, George Canning louva a atitude moderada de Bolívar no trato do incidente de Chiquitos e expressa sua confiança de que o Libertador se absterá de intervir na contenda do rio da Prata:

"Ministerio de Negocios Extranjeros — Londres Marzo 20 de 1826 — A. S.E. el General Bolívar:
La partida de Mr. Cockburn para su destino me presenta la muy deseada oportunidad de escribir directamente a V.E. y de expresar al Jefe a quien Colombia debe principalmente el rango que ha tomado entre las naciones del Nuevo Mundo, la satisfación que derivo de ser el órgano del reconocimiento que ha hecho mi soberano de la independencia de Colombia.
Me estimo también muy venturoso porque al dirigirme a una persona tan distinguida por sus proezas militares, me dirijo al mismo tiempo a uno que está persuadido de la necesidad de la paz y que es también el más deseoso de asegurar y perpetuar sus beneficios a su propio país y a aquellos que, como Colombia, tienen nuevas instituciones que formar y nueva existencia política que consolidar.
La lenidad manifestada por V.E. en el negocio de Chiquitos, ha dado una señalada prueba de la sinceridad de los pacificos sentimentos de V.E. Emplea el Gobierno Británico toda especie de esfuerzos para inducir a la reconciliación a los del Brasil y Buenos Aires, y para hacer conocer al Gabinete de Rio de Janeiro el riesgo a que expone con la guerra la felicidad de sus vecinós y la seguridade del mismo imperio brasilero. No me atrevo a afirmar si se reciban favorablemente nuestros consejos por alguno o por ambos beligerantes; mas

espero que suceda lo que esperamos. Y no confio menos en la cooperación de V.E. en recomendar el termino de las hostilidades entre las partes contendientes, que en vuestra continua abstención de toda intervención en una contienda cuyo pronto término ha de ser el primero objeto, y el segundo, impedir que se extienda más allá de los límites a que está reducida al presente. Me tomo por último la libertad de recomendar al Señor Cockburn a las bondades de V.E. y la de asegurar a V.E. de los sentimientos de respeto y estimación con que tengo el honor de ser, Señor, de V.E. muy obediente y fiel servidor". (George Canning).

Essa carta de Canning ajuda a Bolivar a dissipar as últimas dúvidas que ainda alimentava sobre o curso de uma política de entendimentos e cooperação com a monarquia brasileira apesar de suas preferências ideológicas pelo modelo republicano, já nessa época bem abalada pelas crescentes dificuldades que os países recém-liberados mostravam para se adaptar ao regime da liberdade dentro da lei. As sementes do caudilhismo latino-americano já despontavam no rastro da epopéia bolivariana antecipando o seu saldo de mazelas que ainda hoje impede o desfrute das liberdades políticas na maioria dos países sul-americanos.

Cumpre assinalar aqui, a bem da verdade, que durante os 11 anos da vida de Bolívar aqui focalizados, entre 1815 e 1826, o libertador viera gradualmente mudando de atitudes em relação ao Brasil, até chegar ao ponto de negar-se a intervir nos negócios do Prata, apesar da insistência dos delegados rioplatenses que o tinham ido buscar no Potosi, em outubro de 1825. Nesse contexto, a carta de Canning vinha a corroborar a justeza do seu juízo quanto às querelas do Prata e abrir curso a toda uma nova política sul-americana, tomando em conta e em termos de paz e de confiança, a monarquia brasileira e o primeiro Imperador do Brasil.

Estava preparado pois Bolívar para superar todos os seus antigos preconceitos anti-brasileiros que o fizeram omitir de suas preocupações libertárias a área luso-brasileira das Américas e que respaldaram os momentos de sua máxima relutância contra o Brasil, pelas alturas dos primeiros meses do ano de 1825, sob a impressão das primeiras notícias maliciosas sobre o episódio de Chiquitos.

A carta de Canning não determina pois o comportamento posterior de Bolívar em relação ao Brasil. Ela constitui um aval de uma chancelaria bem informada para a direção favorável ao Brasil que se ia esboçando em seus atos anteriores, indicativos da evolução que vinha sofrendo sua maneira de compreender o contraditório e imenso país que começava a se esboçar na fronteira sul de sua pátria venezuelana e quase andina. Vale a pena fazer constar em seguida o texto integral da carta de 22 de novembro de 1826, na qual Bolívar acusa recebimento da inspiradora mis-

siva de Canning e promete ajustar sua conduta política às linhas da mesma, tomando o caminho que levou à fraternal convivência até hoje desenvolvida entre o Brasil e os seus vizinhos do extremo norte.

Segue-se o texto da carta de 22/11/1826, de Bolívar a Canning:

"Bogotá, 22 de noviembro de 1826 — Exmo. Señor George Canning. — Señor:
El señor Campbell, encargado de negocios de S.M.B., se ha servido poner en mis manos la carta que V.E. me ha hecho el honor de dirigirme con el ministro plenipotenciario señor Cockburn, que desgraciadamente no hemos podido ver en nuestra capital. Permítame V.E. manifestarle la singular satisfacción que he tenido al recibir las inestimables letras con que V.E. ha querido cumplimentarme por los servicios del ejército de mi patria y por la altura a que se ha elevado Colombia con el hermoso reconocimiento de su independencia de parte de S.M.B. V.E. es el principal acreedor a nuestra eterna estimación por esta medida saludable, de interés común para ambos países. De un modo público he dicho todo mi pensamiento con respecto a la deuda que hemos contraído con el gobierno de S.M.B. Mis palavras han salido de su gratitud.
Son eminentemente sabias las indicaciones que V.E. hace sobre la paz que hemos de conservar cuando la hayamos obtenido, y las buenas relaciones que debemos establecer con nuestros vecinos del Brasil y otros estados. S.M.B., al adoptar sus miras conciliadoras en los negocios beligerantes entre el Brasil y Buenos Aires, ha extendido su bondad entre todos los pueblos de América, porque una guerra interna, en el Nuevo Mundo, pudiera causar trastornos difíciles de evitar. Antes que V.E. confiase en mis sentimientos favorables a la tranquilidad de los nuevos estados, yo habia dado pasos bastante conformes con la política británica. Espero que V.E. haya recibido pruebas de estos sentimientos por el órgano del señor Ricketts, cónsul general en Lima. Con una confianza no comúm me he expresado en los negocios del Brasil y en el Perú, y ciertamente no temía la especie de orden que el gobierno imperial del Brasil ha de procurar a su país, porque la tendencia de una república es hacia la anarquía, que yo considero como la demencia de la tiranía. Así el gobierno de S.M.B. debe estar bien seguro de mi entera conformidad al espíritu que V.E. muestra en su digna carta de 20 de mayo. Séame lícito, señor ministro, congratularme a mi mismo al recibir del tutor de la libertad de Europa un pliego que conservaré en los archivos de mi gloria; y si V.E. quiere continuar estas honras hacia mi, yo las miraré con el respeto y estimación con que tengo el honor de ser de V.E. muy

obediente servidor". (Bolívar). Véase la carta de Canning O'Leary, XII, 263 — El original de esta de Bolívar se halla en el Foreign Office. Colombia 1826, n.º 37, según C.A. Villanueva).

Conseqüente com esse roteiro indicado por Canning e ao qual aderira conscientemente, com aquela visão clara do estadista quando *percebe a via adequada para alcançar os objetivos de sua* grande estrategia, Bolívar esperou pacientemente pelo fim das hostilidades no Prata, confiante na ação mediadora dos ingleses e no bom senso de brasileiros, uruguaios e argentinos cuja influência conjunta **decantaria na almejada** paz assim recebida conforme a carta de 14/10/1827 a Ezeta:

"... se dice que el Brasil ha terminado su guerra con Buenos Aires. Por lo que respecta a Colombia, aseguro a Usted que jamás ha tenido ninguma mira hostil contra el Emperador; por el contrário, ha procurado mantener las relaciones más amigables con aquela corte donde reside actualmente un agente nuestro. Por mi parte también digo que deseo mantener esta misma harmonia y que mientras permanezca a la cabeza de este Gobierno nada se intentará en contra del Brasil..."

Reconciliado com o Brasil, corrigidas suas visões à luz da realidade política e geopolítica continental e mundial, Bolívar tinha completado, pelas alturas de 1828 a evolução completa de sua maneira de encarar a realidade monárquica imperial e democrática do Brasil de D. Pedro I. Longe estava de seu espírito generoso a omissão da *Carta de Jamaica*, a irritação contra o jovem Imperador do Brasil, e a militância anti-brasileira do ano de 1825. Agora Bolívar, em 1828, desejava consolidar a amizade entre os países de sua criação e o Brasil imperial como o expressava então ao General Francisco Carabano, em 9 de julho daquele ano:

"Yo he pensado que, una vez nuestros negocios pueden llamar nuestra atención hacia el sur, debemos tener grato al Emperador del Brasil que no ha dejado de mostrarse bastante favorable hacia nosotros..."

Para completar o caminho que nos trouxe ao longo do pensamento do Libertador em relação ao Brasil, cabe transcrever para inspiração dos condutores da política externa latino-americana, o testemunho do espírito que animava o Libertador em relação ao Brasil já no último ano de sua vida, quando recebeu, em Bogotá, o primeiro enviado diplomático do Imperador Pedro I, o Minis-

tro Louis Souza Diaz, na Capital colombiana, em 30 de março de 1830:

"Contestación del Libertador al Señor Luis Souza Diaz, Enviado Extraordinario y Ministro Plenipotenciario de S.M. El Emperador del Brasil, al ser presentado en Bogotá el 30 de Marzo de 1830.
Señor Ministro:
La misión de que venís encargado de parte de S.M. el emperador del Brasil, cerca del gobierno de Colombia, me llena de satisfacción, porque ella será un vínculo de amistad entre ambas naciones. El imperio del Brasil, recientemente creado por su ilustre monarca, es una de las garantías más poderosas que han recibido las repúblicas de América, en la carrera de su independencia. Dando vuestro soberano el hermoso ejemplo de sujetarse espontaneamente a la constitución más liberal, se ha hecho acreedor al aplauso y a la admiración del mundo.

La estimación que me habéis manifestado de parte de S.M. el Emperador del Brasil, es demasiado lisonjera para mí, y yo faltaría a mi deber si no lo reconociese como un rasgo de su benevolencia, y os ruego, señor Ministro, que os sirváis transmitir a S.M. los sentimientos con que el gobierno de Colombia desea cultivar y estrechar las más amigables relaciones con el Brasil.
Al elegir S.M. un personaje tan distinguido para el encargo de ministro plenipotenciario cerca de nuestra República, nos ha dado la prueba más señalada de la consideración que le merecemos. Por tanto, vuestra residencia aquí será un nuevo gaje que asegurará para siempre la más perfecta amistad entre nuestras naciones, vecinas y hermanas". (*Gaceta de Colombia*, n.º 459, 4 de abril de 1830).

A resposta do Libertador ao Enviado do Imperador do Brasil, vazada no tradicional estilo diplomático, no qual cada palavra conta e as entrelinhas pesam às vezes mais do que o texto, constitui documento definitivo do estágio final da evolução do pensamento de Bolívar sobre o Brasil, tal como viemos acompanhando ao longo da presente exegese. Longe estavam os momentos anteriores durante os quais a nebulosa imagem da América luso-brasileira foi sendo ajustada e corrigida no cérebro privilegiado do grande homem que foi Bolívar, até permitir-lhe expressar-se com justeza e generosidade sobre o Brasil, seu Imperador democrático e liberal e sobre as afinidades fundamentais entre as vertentes hispânica e luso-brasileira da América do Sul que concedem também ao Brasil o caráter de nação vizinha e irmã das outras nações do nosso subcontinente.

O Libertador morreria meses depois, a 17 de dezembro daquele mesmo ano, levando consigo a visão que ao longo dos anos sua poderosa mente elaborara sobre o mais controvertido dos países sul-americanos, o Brasil, pela sua peculiar conformação cultural e histórica no quadro continental. Seu testemunho, que tentamos trazer à colação, em mais num esforço para desfazer os obstáculos imateriais no caminho da integração latino-americana, pode servir de exemplo e guia iluminado para as gerações de líderes políticos continentais que conservam e dignificam a herança do Libertador. Porque também Bolívar ficara perplexo inicialmente com as singularidades do comportamento histórico brasileiro, profundamente influenciado pela tradição do pensar concreta e pragmaticamente, herdada de nossos avós peninsulares, da vertente portuguesa. Mas, honesto como os grandes homens costumam ser, Bolívar jamais se afastou da intenção de compreender cabalmente o papel do Brasil no continente até atingir sua visão final plasmada na sua resposta ao Enviado de Sua Majestade o Imperador do Brasil.

Essa foi a autêntica mensagem do Libertador para iluminar a via por onde devem caminhar brasileiros e venezuelanos, andinos e não andinos, no rumo longínquo da integração, a que não nos será dado escapar.

Nota do Autor: Este trabalho se baseia exclusivamente nas cartas de Bolívar constantes dos três volumes de *Obras Completas* editados pela Libreria Pinango, Caracas.

O CLUBE DE ROMA: AS PROJEÇÕES PARA O FUTURO

Mônica Vilgré La Madrid *

Nilda Beatriz Anglaril **

De muitas formas tem aparecido através da história a sincera preocupação pelo futuro da humanidade. A intenção de enquadrá-la dentro de uma definição científica foi apenas uma das respostas. Como inquietação ou como preocupação coletiva de um ponto de vista pessimista, otimista (quem sabe se realista), sucederam-se os trabalhos e as recomendações dentro de um marco científico. Caracterizadas por alguns como ciência-ficção, definidas por outros como uma posição responsável frente ao mundo, difundiu-se na década de 70, sob forma de debate sobre o crescimento.

Depois da década de 60, quando se admitiu o desenvolvimento como possível panacéia dos males da civilização, ressurgiu agora a discussão sobre os limites ao desenvolvimento e se examinou a questão de determinar se a humanidade não está se aproximando aceleradamente de uma catástrofe sem precedentes.

A partir de Malthus, que marca o nascimento de uma corrente pessimista, apareceram malthusianos e neomaltusianos que exploraram a discussão sobre a conveniência de deter o cresci-

* Diplomada em Sociologia (Universidade Católica Argentina). Docente das Universidade de Buenos Aires, Católica Argentina e de El Salvador. Auxiliar de Investigações do CEINAR.

** Diplomada em Ciência Política e em Relações Internacionais (Universidade Nacional de Rosário). Docente da cadeira de Ciências Políticas na Faculdade de Ciências Sociais na Universidade de El Salvador. Auxiliar de Investigação do CEINAR.

Colaboraram na elaboração do presente estudo a senhorita Maria Mendy e a doutora Griselda Felice.

mento, no momento em que as visões apocalíticas têm encontrado um enorme eco.

Há alguns anos formou-se uma associação de caráter privado, o Clube de Roma, que fez, da discussão sobre as futuras condições de vida do homem e da melhoria das mesmas, sua preocupação principal.

O impacto dos diferentes trabalhos patrocinados pela referida associação, a metodologia utilizada neles, assim como as propostas formuladas e discutidas em círculos não tradicionais, provocaram opiniões desencontradas, que fazem do Clube de Roma um dos temas de maior interesse atual.

Este artigo apresenta um panorama geral sobre o Clube de Roma e sobre os trabalhos por ele promovidos. Foram analisados com mais profundidade aqueles que, sendo modelos, tentaram descrever o mundo futuro através de métodos quantitativos.

1. *A formação do Clube de Roma*

Em 1966 o industrial Aurélio Peccei [1] realizou uma série de reuniões de consulta na Europa e Estados Unidos, propondo a discussão de alguns temas de interesse mundial: uma visão universal do mundo como macrossistema e a necessidade de planejamento mundial a longo prazo, para coordenar os integrantes do mesmo.

Durante os anos de 1967 e 1968, Aurélio Peccei concentrou sua preocupação na obra publicada mais tarde como *The Chasm Ahead* (Diante do Abismo), na qual foram estudados estes temas sob a ótica da expansão da abertura atlântica (Estados Unidos-Europa).

Preocupado com a necessidade de obter apoio em círculos científicos e intelectuais, pôs-se em contato com o Dr. Alexander King, diretor de Assuntos Científicos da OCDE e com Erich Jantsch, astronômo e planejador científico. Um artigo deste último, *"Um marco tentativo para iniciar uma ampla planificação sistemática de alcance mundial"*, foi usado como documento de trabalho numa reunião realizada em Roma, em abril de 1968, na Academia dei Lancei. Patrocinada pela Fundação Giovanni Agnelli, congregou um grupo de trinta pessoas provenientes de dez países, entre as quais havia economistas, planejadores, especialistas em genética, sociólogos, políticos e empresários.

Nessa reunião, diante da coincidência com a preocupação pelo futuro da humanidade, foi constituído o Clube de Roma, como

---

1 Aurelio Peccei, nascido em Turim em 1908, realizou estudos em Ciências Econômicas e Comerciais Foi presidente da Fiat Concord, filial Argentina, desde 1954 até 1974, onde criou o escritório de Estudos para a Cooperação Econômica Internacional (OECEI). Diretor da Italconsult, empresa de estudos de economia e engenharia do grupo Montecantini-Edison.

associação informal. Compõe-se de cerca de 90 membros, de mais de trinta países, que se reúnem aproximadamente uma vez por ano, mas que mantém freqüentes contatos entre si.[2] Assim que foi constituído, o Clube de Roma realizou várias reuniões, algumas entre seus membros, outras congregando industriais (por exemplo, em Jouy-en-Josas, perto de Paris, em 1973), intelectuais (Rio de Janeiro, em 1971) ou representantes governamentais e intergovernamentais (Salzburgo, em 1974; Guanajuato, 1975). A mais recente delas foi celebrada em Argel em outubro do ano passado, onde se reuniram mais de 200 especialistas mundiais para discutir a apresentação de um novo relatório.

O Clube está registrado conforme as leis suíças e conta com um Comitê Executivo que tem a seu cargo o trabalho do mesmo.[3]

As funções do Clube são consideradas por seus membros como catalíticas. Seus objetivos são os seguintes:

1. Estimular a pesquisa e fomentar o desenvolvimento de métodos para elucidar e localizar os elementos e interações que operam dentro da problemática, para entender com maior clareza os mecanismos do mundo como um sistema finito, e sugerir opções alternativas para resolver necessidades críticas.
2. Fomentar o diálogo com altos funcionários públicos, industriais, professores universitários e com muitos grupos, em muitos lugares, para motivar uma avaliação realista da natureza da crise e da necessidade de considerar novas políticas, atitudes e vias de ação para assegurar a continuidade da humanidade e cultivar um novo humanismo que conduza à paz mundial, à justiça social e à auto-satisfação individual.[4]

A preocupação central do Clube de Roma é a "problemática mundial", definida como a situação dos complexos problemas interrelacionados, sem solução individual. Esta situação exige a necessidade de soluções urgentes e a tomada de consciência de que a movimentação do homem está pondo em perigo a sobrevivência da humanidade.

---

[2] Na reunião de Roma nomeou-se um conselho diretor formado por Aurelio Peccei, Erich Jantsch, Alexander King, Max Kohnstamm, Jean Saint-Geours e Hugo Thiemann.

[3] O Comitê Executivo foi formado em 1973 por King (França), Böttcher (Holanda), Okita (Japão), Peccei (Itália), Pestel (República Federal da Alemanha), Thiemann (Suiça), Urquidi (México), e Wilson (Estados Unidos). Não se conseguiu informação sobre a continuação do referido Comitê.

[4] "El Club de Roma Un Nuevo umbral" em *Comércio Exterior, Banco Nacional de Comércio Exterior S.A.*, México — Volume XXIV, nº 2, fevereiro de 1974.

O Clube de Roma está localizado nessa cidade e tem escritório em Genebra e Tóquio. Não tem estrutura formal nem orçamento oficial: sua base financeira é constituída pelas contribuições do Batelle Memorial Institute e de outras instituições italianas. Para o financiamento de estudos concretos recebe doações de entidades como as fundações Volkswagen, Ford, Olivetti, etc. [5]

O Clube apresenta-se como um grupo que não tem idéias políticas pré-concebidas e que não opta por qualquer dos sistemas sócio-econômicos básicos.

A repercussão da associação e dos trabalhos por ele patrocinados produziu, segundo Aurélio Peccei, "uma revisão das tendências (no modo de conduzir as coisas do mundo), já que hoje todos parecem levar em conta a necessidade de adaptar-se à realidade de um planeta limitado". [6]

A concretização desta necessidade foi moldada, em nível governamental, em compromissos assinados com o Japão e Holanda, ambos países industrializados e com graves problemas de densidade de população e recursos naturais limitados.

A repercussão em associações governamentais também deve ser levada em conta. O exemplo mais claro disto é que as Nações Unidas encarregaram o diretor do Programa de Estudos do Meio-Ambiente (UNEP) das análises das limitações para o crescimento.

2. *Os Trabalhos*

Já se mencionou o papel decisivo que representou o livro de Peccei — *Diante do Abismo* [7] para o estabelecimento do Clube de Roma, especialmente através da proposta do "Projeto 1969". Neste livro, sustenta-se a tese de que a abertura tecnológica existente entre Estados Unidos e Europa ampliar-se-á no futuro, propondo-se, como Primeira Grande Chave do Futuro, a unidade compacta do Atlântico. Na superação desta abertura desempenhará um papel importante a solidariedade entre o bloco atlântico e soviético (Segunda Grande Chave do Futuro). Discutem-se macroproblemas que ameaçam a humanidade: recursos alimentares, desenvolvimento sócio-econômico, moradia, educação e poluição. Com o objetivo de obter a possibilidade de que o homem controle o progresso científico-técnico, propõe a execução do "Projeto 1969".

---

5 TAMAMES, Ramón, *La polémica sobre los límites del crecimiento* (Madrid, Alianza Editorial, 1974).

6 Reportagem de Aurelio Peccei em *Panorama*, ano XIV, nº 1, junho de 1976.

7 PECCEI, Aurelio, *Diante do Abismo* (Buenos Aires, Ediciones Macchi, 1972).

Considera-o como uma empresa conjunta, na qual representará um papel decisivo a ação combinada dos Estados Unidos, Europa, União Soviética e Japão, realizando um estudo multidisciplinar com possibilidade para planejar a escala mundial. Este planejamento seria realizado em três etapas: informativa (análises e coletânea de dados), especulativa (predições sobre as possibilidades futuras) e normativa (construção de modelos alternativos). A empresa é considerada como "científica, apolítica, independente e sem orientação militar",[8] porém, teria, sem dúvida, implicações políticas na medida em que estaria dirigida a obter uma mudança no destino da humanidade.

A principal conseqüência deste trabalho, já comentamos. Sua mais importante contribuição é haver promovido um limite de análises da problemática mundial, investigações, reuniões e conferências tendentes a estabelecer uma estratégia mundial para a mudança.

Desde sua fundação, o Clube começou a buscar grupos científicos que se encarregaram de analisar sistemas multivariantes em alto nível. Depois do seminário realizado no Instituto de Tecnologia de Massachussets (MIT) convidou-se o professor Jay Forrester, dessa instituição, para elaborar um modelo mundial baseado em seu método de dinâmica de sistemas. Com o apoio financeiro da Fundação Volkswagen, da República Federal da Alemanha, formou-se uma equipe de investigação dirigida por Dennis Meadows, que elaborou um modelo mundial publicado como *The Limits to Growth*,[9] em março de 1972. A equipe, formada por 17 cientistas, baseou-se no modelo de J. Forrester. No planejamento da experiência, levaram-se em conta três finalidades básicas: (1) o modelo seria experimental e incompleto (poucas variações, não inclusão de fatores sociais); (2) conceber-se-ia o mundo como um todo homogêneo; e (3) não se pretendia um modelo profético, senão indicar tendências e políticas.[10] No referido trabalho chega-se a conclusões tais como: se continuarem as tendências atuais de ritmo de crescimento da população, industrialização, contaminação, produção de alimentos e esgotamento de recursos, se chegaria aos limites de crescimento do nosso planeta nos próximos cem anos. Para tanto, propõem estabelecer condições de estabilidade ecológica e econômica o mais cedo possível. Este trabalho será analisado com maior profundidade mais adiante.

---

8 PECCEI, Aurelio, *op. cit.*, pág. 166.

9 Há versões em castelhano, MEADOWS, Donella, MEADOWS, Dennis e Outros, *Los Limites del crescimiento. Informe al Club de Roma sobre el Predicamento de la Humanidad.* (México, Fundo de Cultura Econômica, 1972).

10 Cf. KING, Alexander, "El Club de Roma — "La Opinion de uno de sus miembros", em *Perspectiva Econômica*, Revista trimestral da economia mundial, 1975, nº 12.

As críticas que suscitou este primeiro relatório foram variadas. Logo nos referiremos às principais objeções que se fizeram. Basta-nos agora considerar que a mais importante controvérsia estabeleceu-se entre economistas, sendo o principal ponto da discussão a possibilidade e conveniência do "crescimento zero." Isto chegou ao nível de envolver autores e grupos como "zegistas" (de ZEG, Zero Economic Growth) partidários do crescimento *Zero* e "antizegistas".

Os autores do trabalho saíram em defesa e explicação de seus pontos de vista, considerando que a maior parte das críticas corresponde a uma leitura errônea do mesmo.

A repercussão de *Os Limites*... pôs o Clube de Roma no cadafalso internacional e o identificou com este projeto. O Clube realçou a necessidade de diferençar que se trata de uma informação *ao* Clube e não *do* Clube.

Em uma reunião celebrada em 1973, discutiu-se este problema e se chegou à conclusão de que a maioria dos membros teria objeções a respeito de alguns aspectos do estudo, estimando-se que as tendências gerais indicadas são basicamente certas, embora possa haver engano na progressão do tempo. O Clube considerou o estudo importante por três razões:

1. porque despertou um debate necessário;
2. porque realçou a nova consciência da interação de tendências e políticas, e
3. porque é a primeira tentativa séria de abrir um novo campo de investigações. [11]

O que é inegável é o êxito que teve o Clube de Roma em função de um de seus principais interesses: levar ao campo da discussão mundial os problemas futuros. [12] Isto foi considerado

---

11 Ibidem.

12 Sobre isto é interessante ver a opinião de Peccei no livro compilado por W. Oltmans, em reportagem na qual afirma: "Quero dizer, além disto, que crítica alguma diminuiu nem um pouco a importância do modelo piloto de simulação do mundo preparado pelo MIT como instrumento para romper uma situação de desesperante estancamento mental. O Clube de Roma concebeu seu projeto como operação de comandos, que seria seguida de um maior desprendimento de atividades. Neste sentido, seu êxito foi inegável (...) Nosso pensamento enriqueceu-se com uma nova dinâmica e novas dimensões, inconcebíveis, digamos, há um ano. O fato que mais esperanças inspira — e algo verdadeiramente assombroso — é o sério e profundo debate sobre a *problematique* do mundo moderno, que suscitou entre as personalidades da mais alta responsabilidade na política, na indústria e na ciência, por exemplo, em seu país, na Holanda, onde, como vocês sabem, o estudo do Clube de Roma representou um papel de importância nas eleições de novembro de 1972." OLTMANS, Willem L., compilador, *Debate sobre el crescimiento* (México, Fundo de Cultura Econômica, 1975).

pelos seus sócios, chegando-se a planejar em 1973, a possibilidade de desaparecimento do Clube, já que haviam conseguido atingir os fins inicialmente buscados, de provocar debates, conseguir alguma compreensão da natureza e da problemática e fomentar o início da investigação sobre o funcionamento do mundo. A resposta à inquietação a respeito da continuidade do Clube, foi seguir funcionando, porém, reformulando, no tempo, a pergunta.

O trabalho do MIT não se esgotou com *Os Limites...*, já que outros livros, de caráter mais técnico, apresentam a totalidade da pesquisa. São eles: "Para um equilíbrio global: Coleção de Estudos" *(Toward global equilibrium. Collected Papers)*, que apresenta os trabalhos parciais baseados na pesquisa e "A dinâmica do crescimento num mundo Finito" *(The Dynamics of Growth in a finite world)*, que apresenta a técnica do modelo "World 3".

O Clube de Roma promoveu outro estudo que teve, também, grande repercussão, dirigido por Mihajlo Mesarovic e Eduard Pestel (este último membro do Clube) e realizado por um grupo interdisciplinário intitulado *A Humanidade na Encruzilhada*. Conhecido também, como *Segundo Relatório*, [13] O projeto foi apoiado pela Fundação Volkswagen.

Neste trabalho deixou-se de lado a premissa já denominada de Primeiro Rélatório, de conceber o mundo como uma totalidade e de desagregá-lo em regiões interdependentes e independentes. Baseado em uma metodologia diferente da técnica da dinâmica de sistemas, opera mediante uma situação casual e outra de decisão, no diálogo homem-computador. Sua intenção é oferecer um instrumento sistemático que contribua para a formação de políticas sociais e econômicas e de soluções adequadas para combater as multivariadas crises que poderão vir. Os autores propõem um "crescimento orgânico" e a alternativa à qual faz referência o título da obra é, "o continuar ao longo de uma trajetória de um crescimento canceroso não diferenciado, ou iniciar-se no caminho do crescimento orgânico." [14] Crescimento orgânico implica diferenciação, com um equilíbrio dinâmico, não estático, com especialização e interdependência funcional entre suas partes constitutivas.

Outro trabalho patrocinado pelo Clube, conhecido também como Terceiro Relatório, é *Reshaping the International Order (Reestruturação da Ordem Internacional)*, o Relatório RIO. [15] Este estudo surgiu como resposta à conferência de Salzburgo (1974), onde se reconheceu a necessidade de recomendar aos homens de

---

13 MESAROVIC. Mihajlo y PESTEL, Eduard. *La Humanidad en la Encrucijada — Segundo Informe al Club de Roma.* (México, Fundo de Cultura Econômica, 1975).

14 Ibidem, pág. 32.

15 TINGERBEN, Jan. *Reshaping the International Order. A Report to the Club of Rome* (New York, E.P. Dutton, 1976).

Estado e aos grupos sociais uma nova ordem internacional, com o fim de conseguir a forma mais realística e prática possível de solucionar as necessidades urgentes da população mundial e das gerações futuras.

Dirigido por Jan Tinberger, a equipe que a elaborou era formada por vinte e um cientistas de todo o mundo, eleitos de tal forma que representassem equitativamente o hemisfério Norte e o hemisfério Sul. Estes cientistas dirigiram, por sua vez, grupos de trabalho reunindo uns duzentos consultores. Não participaram deste trabalho, cientistas da área socialista.

O Relatório não é uma investigação científica quantitativa, mas significa a intenção de traduzir em possíveis passos políticos os cursos de ação que a comunidade internacional poderia eleger a fim de obter uma ordem equitativamente mais humana.

Os autores partem de uma posição de valor; a construção de um mundo melhor implica a aceitação da responsabilidade de assegurar a satisfação das necessidades individuais e coletivas e a criação de sistemas nacionais e internacionais, nos quais as oportunidades e os meios de usar essas responsabilidades estejam mais bem distribuídas na atualidade. Aparece a Nova Ordem Internacional em várias dimensões. A econômica é apenas uma delas, pois também devem ser levadas em conta a política, a social, a cultural e outros aspectos da sociedade.

Sustenta-se que as últimas décadas trouxeram prosperidade a algumas nações e problemas complexos a todas, que provocam a necessidade de questionar muitos valores, idéias e conceitos sobre os quais as relações com e entre as nações foram elaboradas, e que ao mesmo tempo uniram as nações em uma complexa rede de interdependência, da qual nenhuma nação pode — realisticamente — excluir-se. Os acontecimentos dos últimos anos levaram a humanidade ao limiar de novas opções e oportunidades e a expuseram a perigos sem precedentes. O Relatório trata, segundo os autores, de revisar algumas das opções e sugerir caminhos nos quais as novas oportunidades para elaborar novas estruturas internacionais, para benefício de todos, possam e devam ser usadas.

Realiza-se primeiro uma análise do mundo atual e sustenta-se a necessidade de uma Nova Ordem Internacional, analisando algumas das principais áreas-problema. Faz-se uma caracterização dessa ordem. Com esta finalidade desenvolvem-se os pilares sobre os quais se tenciona construir uma ordem social e econômica. Eles constituem a satisfação das necessidades básicas, a erradicação da pobreza, a promoção de um estilo de desenvolvimento pelo esforço próprio baseado nos recursos endógenos, um poder público que assegure a distribuição da segurança social, tão justa como seja possível dentro da ordem social e um eco-desenvolvimento balanceado.

O Relatório RIO realiza, além disto, propostas e recomendações para a ação. Sustentam os autores que a execução, pela co-

munidade internacional, das referidas medidas, ajudará a assegurar o estabelecimento da nova ordem. As medidas apresentadas como uma agenda para a fase da ação internacional estão divididas, de acordo com a importância atribuída, para o médio e longo alcance.

Em conclusão, sustenta-se que provavelmente se discuta o realismo das propostas para as mudanças resumidas no relatório e não sejam elas consideradas suficientemente radicais para o momento atual. Porém, anuncia-se que a finalidade principal do relatório não é aderir aos pessimistas nem aos radicais, senão delinear a classe de evolução nas instituições humanas que poderiam assegurar melhor uma igualdade maior de oportunidades entre os povos e as nações.

Este relatório foi apresentado na Argélia, em outubro do ano passado, diante de duzentos especialistas mundiais. Como conseqüência lógica dos primeiros estudos sobre projetos a longo prazo, este trabalho, com propostas concretas, está começando a ser discutido em círculos acadêmicos.

Há outro trabalho, com características diferentes dos anteriores realizado em nosso país pela Fundação Bariloche. Este surgiu logo depois que o Clube de Roma apresentou o Relatório do MIT a diferentes grupos de intelectuais. Em junho de 1971 realizou-se no Brasil uma reunião patrocinada pelo Clube de Roma e do Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro, da qual participaram diversos especialistas latino-americanos. Houve violentas críticas por parte de alguns deles, que decidiram preparar o seu próprio modelo, utilizando orçamentos diferentes dos do MIT. O Clube de Roma conseguiu para eles fundos doados pelo Instituto de Desenvolvimento Internacional do Canadá. Reuniram-se na Fundação Bariloche, na Argentina. Esta equipe, dirigida por Amilcar Herrera, apresentou o relatório de sua investigação em castelhano e inglês, mimeografado,[16] o qual, até o momento, não foi publicado. O "modelo alternativo", como foi chamado, tem uma base utópica.[17] É conhecido, também, como o *Modelo Mundial Latino-americano* (MML).

---

16 "Catástrofe o nueva sociedad: el Modelo Mundial Latinoamericano", mimeografado.

17 Sobre o assunto, veja a opinião de um de seus autores, Kaplan, que analisando os diferentes modelos que retratam o futuro critica quatro deles: a profecia, a predição, a projeção e previsões de desenvolvimento em conjuntos sistemáticos. Opta, assim, pela utopia, no sentido que "... o presente não pode ser compreendido, criticado e modificado por si mesmo e pelo passado, nem tampouco por um futuro concebido como gama de opções relativamente abertas, entre as quais uma é escolhida. Para captar o real e o possível que ve-se incluir um componente do aparentemente utópico e impossível que possa ser o possível de amanhã." KAPLAN, Marcos, *Modelos mundiales y participación social.* (México, Fundo de Cultura Econômica, 1974), pág. 14-15.

Neste modelo, os autores apresentam os obstáculos ao desenvolvimento da humanidade como sócio-políticos. Planejando uma sociedade ideal, igualitária, não de consumo, sem propriedade de bens, a não ser com gerência dos mesmos e prevendo determinadas mudanças sócio-políticas, tentam demonstrar, através de um modelo matemático, a possibilidade material dessa sociedade proposta. Realizam antes uma análise dos limites físicos do desenvolvimento.

Há, ainda, outra série de trabalhos, além dos já citados, promovidos pelo Clube de Roma. Um deles é o dirigido por Dennis Gabor e Umberto Colombo, subvencionado pelo governo canadense e que reuniu um grupo denominado como de "otimistas tecnológicos." Trata-se, aqui, de valorizar o papel que ocupam na sociedade a ciência e tecnologia e determinar as prioridades que se apresentam na investigação científica. São três os principais problemas analisados: matérias primas, energia e provisão de alimentos.

Outro desses trabalhos realiza-se na Universidade Livre de Amsterdam, sob a direção de Hans Linemann. Este estudo, que não é um modelo, recebe o nome de *Duplicação da População Mundial e seus Problemas* e investiga os meios e maneiras pelos quais se poderá acomodar a população futura e solucionar a provisão de alimentos, de bens e de serviços adequados. Outra publicação, *Growth for Global Societies*, de Erwin Lazio, compila trabalhos sobre a análise dos condicionamentos e desenvolvimentos globais.

A partir do aparecimento do Primeiro Relatório, surgiram associações nacionais que participam dos mesmos ideais do Clube de Roma e que promoveram diversos estudos.

3. *Análises de alguns trabalhos*

Escolhemos, para nossa análise, os trabalhos que versam sobre projetos futuros da humanidade: *"Os Limites do Crescimento"*, *"A humanidade diante da encruzilhada"* e *"Modelo Alternativo"*. É por isto que não nos ocuparemos do Relatório RIO, cujas bases fundamentais já comentamos aqui.

Antes de começar com um estudo mais profundo daqueles trabalhos, é necessário assinalar algumas limitações. Uma delas consiste em que se levou em conta os relatórios apresentados para divulgação geral, nos quais não aparece, em sua totalidade, a metodologia utilizada. Por ser esta, além disto, demasiadamente complexa e considerando que sua análise excederia os propósitos deste trabalho, esboçaremos apenas as linhas mais gerais, necessárias para a compreensão dos mesmos.

É conveniente expor, aqui, um ponto central de dicussão comum aos três trabalhos analisados e que está realicionado com os modelos. Um modelo é um instrumento que simplifica a reali-

dade do estudo e tenta isolar determinadas variações, seja para analisar, em determinado momento, a estrutura do objeto em estudo, seja tentar realizar uma representação dinâmica do mesmo. Embora ainda não esteja em discussão o uso de modelos em ciências sociais, o problema da seleção das variáveis e indicadores e as relações causais e funcionais que entre eles se estabeleçam apresentam-se como os principais pontos de interesse para determinar o grau de adaptação do modelo à realidade a ser analisada. Nós nos movemos diariamente com modelos e o grau de complexidade dos mesmos depende tanto dos esquemas mentais que utilizemos como da mesma realidade do objeto em estudo.

No caso dos trabalhos analisados, o objeto de estudo é de uma complexidade tão grande como poucos, em ciências sociais: a humanidade e seu futuro. Analisar a estrutura da mesma e sua dinâmica é uma obra hercúlea, não somente pela multiplicidade das variáveis que entram em jogo, devendo ser escolhidas as consideradas mais relevantes, apesar de que há variáveis e relações pouco conhecidas. É por isto que estes trabalhos não são senão aproximações parciais, nos quais o objeto de estudo vai-se elucidando através de sucessivas aproximações e que, como tais, têm erros e se tornam demasiadamente simplificados. Para uma leitura correta, deve-se levar em conta esta primeira limitação do trabalho.

3.1 *O Relatório do MIT*

A metodologia deste trabalho é realizada em função do World 2, criado por Jay Forrester e conhecido como *dinâmica de sistemas*. Esta metodologia está-se desenvolvendo no MIT desde 1956. Surgiu de três linhas de trabalho: o enfoque clássico ou descritivo dos sistemas sociais, a teoria das estruturas de ação anterior e conduta dinâmica e o desenvolvimento de computadores. A dinâmica de sistemas permite alinhar um conjunto de informação superior ao do enfoque clássico, podendo-se ordenar e estruturar a mencionada informação através da teoria de retroalimentação. Com o auxílio da computação analisam-se as conseqüências das observações estruturais, relativas aos sistemas sociais.

Forrester baseia-se na análise dos níveis (cinco ao todo) que constituem a base de um sub-sistema. O conjunto de sub-sistemas integra o sistema global: cada sub-sistema estabelece relações e aumenta ou diminui em função destas relações e da intensidade das mesmas. A rede de conexões entre níveis, as relações e as intensidades se formalizam através de um sistema de 45 equações básicas. No modelo da equipe de Meadows os níveis são também cinco, porém, a estrutura de equações básicas alcança 77.

O Modelo Mundial planejado pela equipe de Meadows tenta reunir as relações de causa e efeito que se estabelecem entre estes cinco níveis: população, capital, alimentos, recursos não-renováveis

e poluição. A estrutura principal das relações estabelecidas entre estas cinco variáveis (além de outras que se incorporam à análise) expressa-se em termos de circuitos de retroalimentação enlaçados, sejam positivos (geram crescimento galopante) ou negativos (tendem a regulamentar o crescimento e manter o sistema estável). O objetivo do modelo é determinar o *modo de comportamento* mais característico do sistema mundial, à medida que, devido ao crescimento exponencial que apresentam alguns setores, se aproxima de seus próprios limites. Por conseguinte, ao modelo interessa unicamente planejar estes modos de comportamento e não formular predições exatas, senão determinar a exatidão da estrutura do circuito.

O modelo do MIT não realiza uma desagregação ao nível de regiões; considera o mundo globalmente. Quanto ao horizonte temporal do modelo, parece que o critério foi não determiná-lo "a priori", senão prolongar tendências face ao futuro, para analisar, assim, o possível encontro do sistema com seus limites. A maioria das análises foi realizada até o ano 2000, levando-se em conta que, dentro da análise, apresentar-se-ia uma crise global antes desse ano.

Realizam-se principalmente dois tipos de leituras. A leitura *standard* tenta vislumbrar o que acontecerá no futuro se não houver grandes mudanças nos valores humanos e no funcionamento do sistema global. Realiza-se, além desta, outra série de leituras que pretende demonstrar os resultados segundo outras hipóteses.

O autores fazem a análise das diferentes variáveis do modelo mostrando que as duas que apresentam curvas de crescimento com expoente positivo são a população e o capital industrial. A variável determinante que provoca o colapso do sistema depois de um crescimento exponencial é o nível de poluição. Na leitura *standard*, o resultado é que o crescimento industrial e o demográfico se deterão, o mais tardar, no transcurso do próximo século.

Nas leituras *alternativas* que se apresentam no livro, utilizam-se diferentes hipóteses relativas à escassez de recursos, ao controle da poluição, à aplicação de novas tecnologias, etc.. Chega-se à conclusão de que o *modelo básico de comportamento* do sistema mundial consiste no crescimento exponencial da população e do capital, seguido de um colapso, em todas as hipóteses prováveis.

As conclusões a que se chegam são, em definitivo, que, a manterem-se as atuais tendências das cinco variáveis centrais, se chegará aos limites do planeta nos próximos cem anos. Para evitar isto, os autores propõem alterar as tendências de crescimento e estabelecer uma condição de estabilidade ecológica e econômica que possa manter-se durante longo tempo. O equilíbrio global consistem em que a população e o capital sejam essencialmente estáveis e as forças que tendem a aumentá-los ou diminuí-los mantenham um equilíbrio cuidadosamente controlado.

O equilíbrio global que os autores propõem somente será alcançado se introduzirem as seguintes políticas corretivas:

1. estabilização da população através da igualdade de taxas de natalidade e de mortalidade em 1975 e do capital industrial, igualando as taxas de inversão e amortização em 1990;
2. redução do consumo de recursos por unidade de produto industrial a um quarto do seu valor em 1970;
3. orientação da economia face aos serviços (por exemplo, educação e saúde) e não em face da produção de bens materiais;
4. redução da poluição a um quarto do seu valor em 1970;
5. promoção prioritária da produção de alimentos suficientes para *toda* a população, ainda que resulte "anti-econômico";
6. modificação do capital agrícola para dar prioridade ao enriquecimento e conservação do solo;
7. aumento da média de vida do capital na indústria, melhorando a estrutura do mesmo.

Os autores afirmam que para escolher o caminho do equilíbrio global (ainda que a aproximação do mesmo seja gradual), quanto mais rápido se imponham medidas, maiores serão as probabilidades de êxito.

Por último, os requisitos mínimos que exige o estado de equilíbrio global são:

1. que o tamanho da base do capital e da população sejam constantes;
2. que todas as taxas de insumos e produtos — natalidade, mortalidade, inversão e depreciação — se mantenham num nível mínimo;
3. que os níveis de capital e população e a relação entre ambos se fixem de acordo com os valores da sociedade.

Entre as críticas que podemos fazer ao relatório do MIT, a primeira é sobre o caráter global do modelo. Esta auto-limitação dos autores foi uma das suposições de que se partiu ao realizar o trabalho. Não obstante, a observação mostra o fato de que as conclusões a que se chegam estão distorcidas por se apresentarem relacionadas à representatividade da realidade de estudo. A existência de diferenças em nosso mundo heterogêneo é tal, que basta apenas citar algumas diferenças de níveis de poluição, de distribuição de recursos naturais, do uso destes últimos, de crescimento demográfico, de tecnologia, etc.. Todavia, o mais importante é que as conclusões e recomendações se baseiam nesta visão

homogênea do mundo, esquecendo a grande diferença que há entre países desenvolvidos e em desenvolvimento.

Por outro lado, algumas das variáveis foram tratadas de forma pouco precisa ou estão baseadas em suposições não estabelecidas cientificamente.

Assim, por exemplo, quando se trata da taxa de crescimento da população, em forma exponencial, não se levam em conta as recentes tendências demográficas de redução dos níveis de fertilidade. Se bem que esta crítica não invalida a existência de limitação da humanidade, o encontro com esses limites poderia ser posterior ao previsto.

Algumas das variáveis são baseadas em dados pouco precisos ou em suposições, não se apresentando como realistas. Este é o caso dos recursos naturais. Mahbub ul Haq sustenta que as estimativas sobre as riquezas não-renováveis, que de forma otimista o MIT considera que se quintuplicariam nos próximos cem anos, constituem uma visão em realidade "extremamente conservadora" e até pessimista, porque "o conceito mesmo de recursos é dinâmico: muitas coisas se transformam em recursos com o tempo". Os dados que se utilizam para calcular esses recursos baseiam-se, na sua maioria, no setor de Minas dos Estados Unidos, dados em que 80% tem um nível de acerto de menos de 65%, segundo adverte o mesmo setor. Muitos deles são incompletos ou antigos, sobretudo os dos países socialistas. [18] Tampouco se leva em conta a possibilidade de substituição dos recursos.

A variável alimento não leva em conta o aproveitamento de um recurso até agora pouco explorado, como são as riquezas marinhas. Não é lógico supor que nossa lista deve permanecer igual nem pensar que não existam fontes não-convencionais de alimentos. No que diz respeito à análise feita pelos autores sobre o rendimento da terra, considerou-se que a mesma não é válida, seja porque o custo calculado é considerado exagerado, ou, como sustenta o grupo de Sussex, porque não é lícito supor um crescimento contínuo da indústria e ao mesmo tempo, rendimentos decrescentes na agricultura e recursos naturais.

A análise da poluição apresenta-se particularmente importante, dado o papel catastrófico que representa em todas as leituras. O escasso conhecimento existente sobre este tema [19] faz suas perspectivas pouco confiantes.

Cabe aqui uma reflexão sobre a tecnologia. Se bem seja falso que *Os Limites...* não tratam deste tema, é correto perceber os custos da mesma e o esgotamento dos insumos que ela utiliza,

---

18 UL HAQ, Mahbub, "Naciones en desarrollo y visiones de catástrofe", em *Facetas*, vol. 6, nº 1, 1973.

19 Cf. as opiniões a respeito de Isenman (*Perspectivas Económicas*, nº 1) e a de Heibroner e Ul Haq (*Facetas*, vol. 6, nº 1, 1973).

não se leva em conta que a tecnologia possa chegar a resolver estes problemas em parte, já que a humanidade demonstrou, no passado, uma grande capacidade de mudanças. Estas reflexões incidem não só no que se refere aos dados que se introduzem no modelo, mas no modo de comportamento do mesmo.

Passemos agora à análise das propostas dos autores.

O ponto principal de discussão deste tema se resume em se é possível e desejável o crescimento zero. A percepção do mundo como unidade, não lhes permite ver que o crescimento industrial e demográfico está desigualmente distribuído. Esta diferente distribuição faz-se tão necessária (dadas as formas culturais tão diversas) que tanto a análise como as propostas devem ser em função delas.

Faltaria considerar a variável política para ver de que modo se implantaria o crescimento zero. Se o crescimento zero fosse uma solução para a humanidade — o que ainda é discutível — nas atuais condições de desigualdade do mundo, seria catastrófica sua implantação. A possibilidade de superar estas desigualdades — primeiro passo para a adoção de uma política de crescimento zero — torna-se difícil de realizar-se (a experiência em muitos organismos internacionais o demonstra) e seria sumamente negativo aplicarem-se medidas tendentes a encaminhar-se na rota do crescimento zero sem levar isto em conta.

Não obstante as críticas formuladas, é necessário reconhecer o lado positivo do trabalho, levando-se em conta que é a primeira tentativa de realizar, de maneira científica e sistemática, uma análise sobre o futuro da humanidade e previnir-nos sobre os possíveis problemas que deveremos enfrentar.

A propósito, é importante destacar o mérito do trabalho, fazendo notar que o mundo é um sistema e que todos formamos parte dele que, além disto, é um sistema finito, que tem limites que, embora não conheçamos, é necessário levá-los em consideração. Que o crescimento tem um custo e que devemos considerá-lo. E que nossa relação com a natureza deve ser racional e solidária com a humanidade.

3.2 *A humanidade na encruzilhada*

Os autores deste trabalho tentaram utilizar uma metodologia mais adequada para a análise das projeções do futuro da humanidade. Esta metodologia não pretende predizer, mas sim avaliar os desenvolvimentos futuros alternativos. Denomina-se "análise de cenários"; um cenário é uma seqüência de acontecimentos possíveis e preferências sócio-políticas.

A estrutura do enfoque de que tratamos aqui possui três características principais:

1. o sistema mundial é representado por subsistemas interdependentes, chamados regiões;
2. os sistemas de desenvolvimento regional são representados por um conjunto de descrições dos processos essenciais, que determinam sua evolução;
3. leva-se em conta a capacidade aparente do sistema para mudar.

O conjunto multidisciplinar de descrições dos processos de desenvolvimento regional está estruturado na forma de uma hierarquia de níveis denominados "extratos". Estes são do meio ambiente, de tecnologia, demo-econômico, de grupo e individual.

Além disto, o modelo foi realizado em duas formas, que podem usar-se conjunta ou separadamente. Os extratos individuais e de grupo são essencialmente sistemas intencionais, mais que processos mecânicos de causa-efeito. Programaram-se, no computador, alguns processos de decisão, que constituem o sistema intencional e as normas que regem os processos de decisão ou seleção. A outra forma é que, na análise de cenários, os valores futuros e os parâmetros são determinados pelo período completo de tempo. Realiza-se uma "análise conversacional" na qual o analista está envolvido ativamente durante a evolução do sistema.

No modelo incluem-se relações qualitativas e lógicas, a par de outras técnicas. As variáveis analisadas não se incluem no texto. O modelo se estende por cinqüenta anos. Inicia-se em 1975 e completa-se no ano 2025. Os autores consideram que quanto mais longe esteja o horizonte temporal do modelo, mais imprevisível é o futuro.

Na tentativa de superar a concepção do mundo como um todo homogêneo, que orientou os autores do MIT, nesta investigação resolveu-se o problema de desagregação geográfica, dividindo o mundo em dez regiões interrelacionadas: (1) América do Norte, (2) Europa Ocidental, (3) Japão, (4) Austrália, Sul da África e o resto dos países desenvolvidos de economia de mercado, (5) Europa Oriental, incluída a União Soviética, (6) América Latina, (7) Norte da África e Oriente Médio, (8) África Tropical, (9) Sul e Sudeste da Ásia e, (10) China. Esta regionalização não é rígida, já que, segundo os assuntos de que trata, utilizam-se agregações maiores ou menores. As principais conclusões a que chegaram, são que poderiam ocorrer catástrofes a nível regional antes da primeira metade do próximo século e que as demoras em idealizar estratégias não são somente prejudiciais e custosas, senão, também mortais. A proposta dos autores é clara: a solução só poderá estabelecer-se por meio de um crescimento equilibrado e diferenciado, análogo ao crescimento orgânico baseado em um con-contexto global e por ações globais adequadas.

Estas posições se fundamentam através de diferentes análises. Em função de sua metodologia de projetar tendências e rea-

lizar a análise de vários cenários alternativos, a proposta se resume em uma: quanto antes, melhor; por meio da cooperação, não da confrontação; com um enfoque global e não tomando aspectos isolados.

A análise dos diferentes cenários de ajuda externa para reduzir a brecha entre as diferentes regiões do mundo (primeiro passo para alcançar um crescimento orgânico) comprova, no cenário padrão (prevalece o padrão histórico do desenvolvimento) que se vai aumentando a brecha tanto em taxas como em limites absolutos, enquanto que o cenário que melhores resultados apresenta é aquele em que se estimulava ajuda imediata num período de 25 anos, de tal forma que não se necessita de ajuda posterior.

No plano demográfico, o cenário que obtém resultados mais positivos é o de aplicação de uma política de população totalmente efetiva em 1975. As projeções do cenário padrão são consideradas pelos autores de tal importância que rechaçam a possibilidade de que os padrões históricos prevaleçam, já que a problemática se concentraria na análise de, se é preferível, uma política de população ou de controles malthusianos.

A análise dos recursos limitados realiza-se mediante o exemplo do petróleo. Através da aplicação de diversos cenários alternativos (de pressão, represália e cooperação) chega-se à conclusão da necessidade da cooperação como meio para superar os conflitos. A análise do setor mais problemático, o da alimentação, utiliza cenários alternativos, os quais representam, de maneira diferente, diversas hipóteses, com variáveis mais ou menos otimistas, sobretudo no que se refere ao Sul da Ásia. O único cenário que evita um desastre sem precedentes nesta zona requer prover esta região de investimento estrangeiro de todo o mundo desenvolvido, para resolver a falta de disponibilidade de alimentos e o déficit comercial. A análise desta alternativa trás como corolário o surgimento de uma nova ordem econômica global, como única possibilidade de evitar o desastre.

Realiza-se, também, um estudo sobre a tecnologia, especialmente, no que se refere ao problema energético, advertindo-se sobre a necessidade de considerar o problema globalmente, com considerações a curto, médio e longo prazo. A análise do setor tecnológico — levada a cabo sobretudo como solução ao problema energético — apresenta como mais atraente o cenário que a curto prazo, admite a cooperação entre produtores e consumidores de petróleo; a médio prazo complementam as fontes de energia primária com carvão, gás e carvão líquido; e a longo prazo baseia-se na energia solar.

A proposta dos autores baseia-se em uma análise das mudanças que aparecem como necessárias ao nível da sociedade: aceitar a necessidade de considerar os problemas a longo prazo, apreciar o fato de que os problemas globais só podem resolver-se através de uma ação global, desenvolver um marco internacional de onde

surja a cooperação das partes face ao crescimento orgânico, e. aceitar a importância das crises do desenvolvimento global.

Formulam-se, também, os esboços de uma nova ética mundial implícita nos requisitos anteriormente citados.

Analisando-se os principais problemas do relatório do MIT vemos que *"A Humanidade..."* representa um importante avanço no que diz respeito ao mesmo. A desagregação geográfica que os autores utilizam é suficientemente ampla e representa mais fielmente a realidade.

A metodologia utilizada aparece como mais adequada que a do relatório anterior. O planejamento de cenários alternativos e a análise conversacional tornam mais dinâmico o estudo.

Como *Os Limites...*, este trabalho não explica claramente a totalidade de sua metodologia e há uma série de suposições científico-metodológicas que não se discutem. Isto se percebe claramente a respeito de pontos sobre os quais há pouco conhecimento da realidade ou de teorias contrapostas. Um exemplo disto é a análise da mudança climática. A respeito desta questão, existem duas teorias em oposição: uma prevê um aumento da temperatura do globo e a outra prevê a diminuição da mesma. As previsões sobre alimentação variam segundo ocorra uma ou outra das teorias.

Tampouco se destaca no texto a inclusão da variável poluição, fundamental no trabalho do MIT.

Por outro lado, há algumas omissões que limitam a análise. A mais importante delas é a que faz referência ao aspecto político. Se bem que os autores dividam o mundo em regiões interrelacionadas, aparentemente não há um tratamento dos comportamentos das variáveis em função dos diferentes sistemas sociais e da incidências destes em uma projeção face ao futuro. Este tema só é analisado em função de uma confrontação ideológica e militar que conduziria à destruição da humanidade. Perceber o aspecto político referente a uma possível confrontação e não incluí-lo nos outros níveis de análise é algo sumamente limitado.

Também falta senso político com relação à possível execução futura do trabalho. Todos podemos tomar consciência do ponto crucial das crises que podem sacudir o mundo. Também se pode recomendar a urgência de colocar estas questões como tema central nas agendas dos governos. Porém, fica ainda sem responder a forma de reverter as tendências atuais, de estabelecer possíveis soluções.

3.3 *O modelo alternativo*

Neste trabalho os autores utilizam o modelo em dois sentidos. Em primeiro lugar, considerando-o como projeto de socie-

dade, o qual admite que os principais problemas que o mundo moderno enfrenta são sócio-políticos. A premissa em que se baseiam é a de que, só mudanças radicais na organização social e internacional do mundo, poderiam liberar o homem do atraso e da opressão.

O segundo sentido em que se usa o termo é referente ao modelo matemático, que pretende encontrar a viabilidade material dessa sociedade proposta.

Para a elaboração do modelo como projeto de sociedade os autores partem de um questionamento da sociedade atual e logo optam, na escala de valores, por uma nova sociedade. Esta proposta se baseia em uma série de premissas (cinco no total), em função das quais se propõe um modelo de sociedade organizada sobre três suposições básicas. Estas suposições ão:

1. uma sociedade igualitária, tanto social como internacionalmente;
2. uma sociedade não de consumo; e
3. uma sociedade na qual se substitua o conceito de propriedade pelo do uso de bens de produção.

A função do modelo matemático é tentar demonstrar a viabilidade da sociedade proposta, porém, admitindo-se, de antemão, mudanças sócio-políticas.

O modelo matemático pretende demonstrar como e em que prazo poderiam ser satisfeitas necessidades básicas; por isto, a metodologia pela qual se optou é a de um sistema produtivo. A função da produção utilizada é do tipo Cobb-Douglas; para cada setor produtivo, com uma quantidade determinada de capital e de trabalho, estabelecem-se níveis de produção determinados pela produtividade dos referidos setores.

Os setores econômicos do modelo estão relacionados com as necessidades básicas, que são, por sua vez, os setores que os autores analisam: alimentação, moradia, educação, outros serviços e bens de consumo e de capital. Quando o modelo funciona, o sistema econômico assinala capital e mão-de-obra aos cinco setores com ótima distribuição. Esta se mede através de mecanismos matemáticos que tornam otimista a esperança de vida ao nascer.

Os autores crêem necessário, para demonstrar que a sociedade proposta é materialmente viável, analisar primeiro a possível existência de limites físicos insuperáveis.

Quanto à agregação geográfica, optaram por dividir o mundo em quatro blocos, com indicadores econômicos relativamente homogêneos e, dentro do possível, com contiguidade geográfica. São eles: (1) Países desenvolvidos, Europa, Líbano, Israel, Estados Unidos, União Soviética e Japão; (2) América Latina e Caribe; (3) todos os países da África; (4) Ásia, Oceania e Turquia (exclui União Soviética).

Para a ciclagem do modelo tomou-se como ano inicial o de 1960. O horizonte temporal foi fixado no ano de 2060.

A análise do setor demográfico e de saúde realizou-se através do sub-modelo de população, o qual trata de relevar os fatores específicos do desenvolvimento econômico e analisar como influem na evolução demográfica da sociedade. Relacionam-se três variáveis demográficas (esperança de vida ao nascer, nascimento e tamanho médio da família), que se explicam em função de sete variáveis sócio-econômicas (população ocupada em setor secundário, matrícula, moradia por família, calorias, proteínas, população empregada em agricultura e urbanização). As relações não são causuais, senão funcionais.

Com respeito à saúde, utilizam-se dois indicadores: a esperança de vida ao nascer e a taxa de mortalidade infantil, dependendo dos fatores sócio-econômicos do modelo.

O setor alimentação analisa três subsistemas: agricultura, produção animal e produção pesqueira. Não se leva em conta a produção não-convencional de alimentos.

No caso da moradia, consideram-se as necessidades em função do crescimento da população, a necessidade de superar as deficiências atuais e a reposição de unidades. Supõe-se um custo de moradia inferior ao atual e à construção agrupada. No modelo matemático, o setor educação está representado apenas pela educação básica, que atinge a toda população entre 7 e 18 anos.

Realizou-se uma leitura básica ou padrão para verificar a viabilidade material da sociedade proposta. A partir destes resultados realizar-se-ão outras leituras, modificando algumas variáveis. Os resultados da leitura básica são discriminados segundo a desagregação geográfica.

As principais conclusões a que se chega é que, aplicando-se as políticas propostas e de acordo com as variáveis escolhidas, toda a humanidade poderia alcançar níveis adequados de bem estar num prazo de mais de uma geração. O único problema de limitação que aparece, de caráter local, é o esgotamento da terra cultivada na Ásia, em meados do próximo século.

Também se demonstra que o crescimento da população pode ser controlado até alcançar o estado de equilíbrio, mediante a elevação geral das condições de vida. Este equilíbrio poderia ser conseguido antes que ficasse saturada a capacidade de produzir alimentos.

Os autores afirmam que as metas que propõem são alcançadas, não através de um crescimento desmedido da economia, mas mediante a redução do consumo ao indispensável, o incremento da inversão, a eliminação das barreiras sócio-econômicas que impedem o uso racional da terra, a distribuição igualitária dos bens e serviços básicos produzidos, e, nos países subdesenvolvidos, a implantação de uma política de eliminação de saldos negativos no Comércio Internacional.

São muitas as reflexões que esses trabalhos suscitam. Deixaremos totalmente de lado a escala de valores da sociedade pela qual os autores optaram e que, de todas as formas, é pouco definida e imensamente vaga. O problema principal é do da escolha de uma metodologia baseada em uma utopia. Uma coisa é um modelo dinâmico, com projeção, de previsão exploratória, donde se estendem ao futuro certas tendências. Não podemos considerar este modelo tampouco como um modelo operacional propriamente dito, no qual, em função de uma meta escolhida entre as possíveis, considerada viável, materialmente realizável, se elabora um modelo onde se marca, passo a passo, o caminho a percorrer até chegar à meta. Este tipo de metodologia recebeu numerosas críticas, porém, seu uso ampliou-se nos últimos anos. Mas a metodologia utilizada no MML está sujeita, ainda mais, ao cepticismo, já que se baseia (diferente dos trabalhos analisados anteriormente) em uma análise que pressupõe certas mudanças sócio-políticas. A viabilidade de uma sociedade proposta está, asim, condicionada à viabilidade de certas mudanças prévias, mudanças cuja possibilidade de realização, o tempo que levariam, os conflitos que suscitariam, não se manifestam. É por isto que, apesar de ser mais otimista que os outros relatórios, o MML provoca mais pessimismo. Não convence sobre "um mundo liberado do atraso e da miséria" uma análise que renega a realidade, a esquece e a supõe diferente.

Além disto, devem-se levar em conta outros problemas, tais como o desconhecimento dos relatórios parcias que foram realizados para este trabalho e a escolha das variáveis. Aparece, a respeito deste último ponto, a discussão anteriormente ventilada da complexidade do mundo e da artificialidade que implica a sua simplificação. De qualquer forma, parece que a análise não deveria ser realizada somente em função das necessidades humanas, consideradas básicas, mas, também, de outras necesidades, que oferecem o substrato indispensável à satisfação detas necessidades, inclusive para a simples sobrevivência da raça humana.

O MML apresenta como positivo o fato de haver acentuado fatores além dos puramente materiais e a necessidade de perceber, na análise mundial, que a opção humana pode representar um papel importante na determinação de seu futuro.

4. *Observações Finais*

Já fizemos algumas reflexões a respeito dos trabalhos. Só resta agora concluir, com certas considerações gerais. Os modelos constituem um bom propósito de introduzir, no debate mundial, os problemas mais cruciantes que ameaçam a sobrevivência do homem na terra. Não podemos considerá-los como simples ficção científica. Seria injusto, já que em sua elaboração aplicam-se métodos científicos e se elaboram metodologias para tentar com-

preender a dinâmica de uma realidade complexa. Porém, seria também exagerado considerá-los como a panacéia universal para todos os problemas. A intenção de introduzir os referidos temas é, por si, louvável. Representa os primeiros passos em um caminho longo, no qual, apurando a metodologia e em sucessivas aproximações, estamos em condições de. pelo menos, compreender a dimensão real dos problemas que requeiram soluções urgentes.

Constituem, sem dúvida, um enfoque interessante. Porém, somos principiantes nos prolegômenos desta nova maneira de encarar os problemas e suas soluções, e dentro deste contexto devem ser julgados. Pode ser interessante discutir estes temas em centros acadêmicos, porém, definitivamente o eixo passa pelo debate e posterior aceitação das propostas por parte dos distintos governos. Neste ponto os trabalhos apresentam-se ainda como utópicos.

Por último, se de algum modo se justifica a realização de investigações deste tipo, é somente em função de seu estabelecimento futuro, que deverá passar — inexoravelmente — pela decisão política.

A COMPETIÇÃO PELOS RECURSOS DOS FUNDOS MARINHOS: UM ASPECTO DO CONFRONTO NORTE-SUL

Christian Guy Caubert *

A 6a. sessão da *IIIa. Conferência das Nações Unidas Sobre o Direito do Mar* foi realizada em julho de 1977, em Nova Iorque. Os debates permitiram definir um consenso razoável, entre os numerosos participantes, sobre diversas questões do Direito do Mar, como: águas territoriais, zonas econômicas exclusivas dos Estados ribeirinhos, passagem nos estreitos internacionais, estatuto da plataforma continental, pesquisa científica e poluição no limite de 200 milhas adjacentes as costas dos Estados. Negativo, porém, foi o resultado no que concerne à exploração dos recursos dos grandes fundos marinhos, os que começam ao pé da plataforma continental geográfica de todos os países donos de uma fachada marítima. A 8a. sessão da conferência, que terminou recentemente em Nova Iorque, ainda procurou definir as modalidades de exploração de recursos que se revestem de uma importância econômica, e política, fundamental para o futuro da humanidade.

Não se pode deixar de citar alguns dados numéricos, para melhor entendimento do problema evocado.

Os oceanos cobrem 362 milhões de km² da superfície de nosso planeta, ou seja: 70,2%. A plataforma continental submarina de todos os países tem 72 milhões de km², o que representa 1/5 da superfície dos oceanos. Em 1975, 400 milhões de toneladas de óleo bruto foram extraídas das jazidas petrolíferas marítimas, perfazendo 16% da produção mundial. Em 1977, essa proporção devia ascender a 20% sendo prevista uma proporção de 33% para 1980. Dos 16 milhões de km² da superfície da plataforma continental que oferecem indícios de existência de petróleo (são terrenos sedimentares), 5 milhões são favoráveis, e um milhão muito favoráveis, à presença de petróleo ou de gás natural. "As reservas com-

* Mestre em Direito — Prof. de Direito da *Universidade Federal de Santa Catarina*.

provadas são estimadas em 27 bilhões de toneladas, e as reservas possíveis (são avaliadas em 68 bilhões de toneladas".[1] Também há reservas importantes de petróleo no fundo do alto mar, mas as possibilidades de aproveitamento são, neste caso, muito remotas.

O segundo interesse mais importante, quanto à exploração dos fundos dos mares, se constitui nos *nódulos polimetálicos*. Estes depósitos minerais têm a forma e o tamanho de batatas, com um diâmetro entre 0,5 e 25 centímetros, e jazem no leito dos oceanos, entre 1500 e 5500 metros de profundidade. As mais diversas avaliações foram feitas, quanto à sua importância (e seu valor), que pode ser de 600 bilhões de toneladas. Eles contém, em proporções diversas: manganês (57,1%), ferro (39,5%), cobre (2,9%), cobalto (2,9%), níquel (2,4%), titânio, chumbo, ... No momento, conhece-se apenas uma área que oferece condições interessantes de aproveitamento. Situada ao noroeste do Pacífico, entre os paralelos 5.º e 20.º Norte, e os meridianos 110.º e 160.º Oeste, ela tem 7 milhões de km², a uma profundidade entre 4500 e 5500 metros. Nas melhores condições possíveis, esta área poderia fornecer 7 bilhões de toneladas de nódulos (secos), com as seguintes proporções de minerais aproveitáveis (em milhões de toneladas): níquel (85), cobre (65), cobalto (16), manganês (1600). Além do ferro que, atualmente, não interessa a ninguém.

O aproveitamento intensivo dos nódulos não pode se tornar efetivo num futuro imediato (antes de uma década?), mas suas conseqüências já preocupam diversos países produtores de matérias primas, cujas exportações dependem essencialmente de minerais metálicos: Zâmbia: 98% (cobre), Chile: 86% (cobre), Zaire: 72% (cobre e cobalto), Gabão e Brasil (manganês), Nova Caledônia (níquel). Quanto aos países importadores desses metais, eles têm muito interesse em explorar os recursos marítimos, que lhes dariam a ocasião de livrar-se da instabilidade de diversos países produtores (com as ameaças que isto representa para os investimentos estrangeiros), bem como do problema dos cartéis de produtores.

Finalmente, existem as chamadas lamas metalíferas, do tipo que foram descobertas em 1964 no Mar Vermelho pelo navio oceanográfico britânico "Discovery". Nelas haveria alguns milhões de toneladas de zinco, cobre, prata, câdmio e ouro, além de ferro e manganês. As fossas do Mar Vermelho, nas quais foi feita a descoberta, têm uma profundidade de 2000 a 2200 metros. Hoje em dia, conhece-se dezoito fossas análogas.

---

[1] Esses dados numéricos e técnicos foram encontrados no jornal "*Le Monde*" *Sélection Hebdomadaire*, n.ºs 1490 (p. 8), 1492 (p. 10), de maio-junho 1977; na revista *O Correio* (publicação da Unesco), especialmente dedicada ao estudo do meio marítimo, nº 3, Ano 5, março de 1977, 34 pág.; e na *Revista Brasileira de Política Internacional*, Ano XII, nº 47/48 (SET.-DEZ. 1969).

Todas essas riquezas, aproveitáveis ou não num futuro próximo, constituem-se em poderosas motivações e incitações à apropriação. Sobretudo se se levar em conta que, em função das teorias jurídicas clássicas, é fácil aplicar-lhes a etiqueta de *res nullius*. Considerados como "coisa de ninguém", os recursos oceânicos pertenceriam logicamente ao primeiro que deles pudesse se apoderar; como acontece, aliás, em relação aos recursos vivos do mar (peixes, crustáceos, cetáceos, ...). Isto faria com que os recursos do leito e do subsolo dos oceanos fossem explorados pelos países donos dos capitais e da tecnologia necessários, ou seja: os países industrialmente desenvolvidos, também chamados de "países do centro", em relação aos "periféricos", que são os em desenvolvimento.

Existe hoje em dia uma possibilidade teórica de evitar que a apropriação dos recursos se faça unicamente em benefício dos Estados desenvolvidos. Essa possibilidade se concretizou em 1967, quando o representante de Malta na ONU propôs que os oceanos fossem considerados "patrimônio comum da humanidade. Em 17/12/1970, a Assembléia Geral da ONU baixava sua Resolução n.º 2749 (XXV): "Declaração de Princípios sobre o fundo dos mares e dos oceanos, bem como seu subsolo, além dos limites da jurisdição nacional", pela qual afirmava notadamente que:

artigo 1.º "O fundo dos mares e dos oceanos, bem como seu subsolo, além dos limites da jurisdição nacional (doravante chamados de zona), bem como os recursos da zona, são patrimônio comum da humanidade".

artigo 2.º "A zona não pode, seja como for, ser objeto de apropriação por Estados ou pessoas físicas ou jurídicas, e nenhum Estado pode reivindicar ou exercer a soberania ou direitos soberanos sobre parte alguma dela."

Aparentemente, esses dois artigos fornecem uma solução jurídica quanto à questão de saber a quem pertencem as riquezas do solo dos oceanos: o proprietário é o conjunto dos habitantes do planeta, a humanidade.

Entretanto, não é suficiente registrar essa declaração tranqüilizadora e pensar que o problema já foi equacionado. Para ter certeza de que a solução efetiva será a promoção de um patrimônio comum da humanidade, faz-se mister analisar a possibilidade de adequação dessa solução às realidades da vida internacional. Ora, se confrontarmos o ideal de patrimônio comum da humanidade com as realidades, teremos logo certas dúvidas a respeito de sua viabilidade.

Procuraremos caracterizar essas dúvidas pela análise do *environment* em que surgiu o conceito de patrimônio comum, e, por outro lado, pelo exame de determinadas práticas atuais dos Estados.

I. *O mar como Patrimônio comum da humanidade.*

A iniciativa de *Malta na Assembléia Geral da O.N.U.*, em 01/03/1967, no sentido de propor que o oceano seja considerado uma coisa comum de todas as nações, apanhou de surpresa a maioria dos membros da organização. Mas alguns deles identificaram logo a proposta maltêsa como o resultado de pressões exercidas por interesses científicos, políticos e mineiros de diversos países industrializados, que visavam uma espécie de internacionalização de uma zona, a mais ampla possível, em prejuízo das jurisdições nacionais.[2]

Com efeito, em 1967 tratava-se essencialmente de acabar com as pretensões julgadas intoleráveis de diversos países subdesenvolvidos, sobre as águas adjacentes às suas costas e/ou sobre os fundos marinhos litorâneos.

Desde 1945, certos Estados haviam promulgado sua soberania, ou certos direitos específicos, sobre a faixa d'água junto às suas costas. Para citar apenas reivindicações mais abrangentes, tomemos o exemplo dos países que anexaram simultaneamente a plataforma continental e as águas sobrejacentes.[3] A lista inclui: em 1946: Argentina e Panamá; 1949: Costa Rica; 1950: Nicarágua e El Salvador; 1952: Coréia do Sul e os signatários da Declaração de Santiago (Chile, Equador e Peru); 1957: Camboja.

As proclamações unilaterais desses Estados, ao promulgar sua soberania sobre as águas litorais e a plataforma subjacente, diminuíam correlativamente os espaços internacionais definidos como alto mar pelo Direito Internacional Público, e restringiam à liberdade de movimento das grandes potências marítimas, bem como as áreas em que elas podiam pesquisar e explorar os recursos marítimos sem prestar contas a quem quer que seja. Basta dizer que atualmente, se considerarmos todas as proclamações dos Estado anexando áreas marítimas, constataremos que apenas 60% da superfície total dos oceanos poderia fazer parte do patrimônio comum; os 40% restantes já foram apropriados por Estados ribeirinhos de todos os mares. E como as melhores oportunidades e facilidades de pesquia e exploração se encontram perto das costas, onde a profundidade das águas é menor, os países industrializados consideram que as proclamações dos subdesenvolvidos "roubam" as áreas mais aproveitáveis. Nesse contexto, a proposta

---

2 Essa explicação, que nos parece inteiramente fundada, se encontra in: FERNANDES, Javier Illanes. *El derecho del mar y sus problemas actuales*. Buenos Aires, Editorial Universitária de Buenos Aires, 1974, p. 106-7.

3 Uma lista completa poderá ser encontrada em: MOUTON, N.W. *The Continental Shelf*. in: *Recueil des Cours de l'Académie de droit international*, 1945, Vol. 85. pág. 347-65; e FERRON, Olivier de. *Le droit international de la mer*. Genève, Librairie E. Droz, 1960. T. II. p. 153-67.

de Malta toma uma conotação específica: é o meio encontrado para deter o movimento expansionista dos Estados ribeirinhos do mar, ou até para repelir este movimento, em nome dos interesses superiores de toda a humanidade. Simultaneamente, a área "internacionalizada" (que viesse a ser criada nessas condições) ofereceria excelentes oportunidades aos países desenvolvidos, que passariam a controlar politicamente a organização gestora dos fundos marinhos, como já controlam organizações como a O.N.U., o G.A.T.T., o F.M.I., o B.I.R.D., etc....

Essa fatalidade do controle da Autoridade pelos países desenvolvidos não se origina em alguma convicção "pessimista" indemonstrável. Ela se depreende da análise de diversos textos jurídicos, oferecidos por alguns países[4] como esboços de tratados internacionais para reger o estatuto dos fundos marinhos.

Os diversos projetos analisados apresentam características comuns, desde a sua filosofia até a estrutura imaginada para a Autoridade internacional gestora dos fundos marinhos. A estrutura não inova em relação aos moldes tradicionais desse tipo de organização; prevêem-se: Uma Assembléia Geral, integrada por todos os Estados, um Conselho incumbido do poder executivo, um Secretariado, e diversas Comissões Técnicas especializadas (Exploração de recursos, Finanças, Perícias, Pesca, ...); muitas vezes, acrescenta-se a criação de um Tribunal competente para conhecer dos litígios oriundos da aplicação do tratado.

Pretendemos insistir sobre o projeto maltês, que fornece uma solução institucional para todos os problemas do Direito do Mar, e que acabaria transformando este mar em patrimônio comum dos Estados industrializados. A análise desse projeto particular se justifica pelo fato de cristalizar a essência das tendências e aspirações dos países industrializados, apresentando soluções que, sob pretexto de objetividade, acabam perpetuando as estruturas e relações desiguais já existentes.

Os Estados membros da sociedade internacional são divididos em três categorias: A, B, e C, definidas pelo art. 111 do Projeto.

Categoria A: 1) Estados costeiros cuja população ultrapasse 90 milhões de habitantes.

2) Estados costeiros que, tendo menos de 90 milhões de habitantes, possuem mais de 45 milhões, e ainda sejam donos de tec-

---

[4] Vide Documentos da O.N.U. relativos à *IIa. Conferência das N.U. sobre o Direito do Mar*. Os textos analisados, e suas referências, são os seguintes: *USA*, documento A/AC. 138/25, de 03.08.1970; *França*: A/AC. 138/27, de 05.08.1070; *URSS*: A/AC. 138/43, de 22.07.1971; *Reino Unido*: A/AC. 138/46, de 30.07.1971; *Canadá*: A/AC. 138/59, de 24.08.1971; *Japão*: A/AC. 138/63, de 23.11.971; *Malta*: A/AC 138/53, de 23.08.1971.

nologia adiantada, de frota mercante importante, e/ou sejam produtores de minerais e hidrocarbonetos extraídos do mar.

Categoria B: os Estados costeiros que não pertençam à categoria A.

Categoria C: os Estados não-costeiros.

Concretamente, pertenceriam à Categoria A os seguintes Estados: 1) em função do primeiro critério (mais de 90 milhões de habitantes): Brasil, China, Índia, Indonésia, Japão, URSS e USA; 2) em função do segundo critério: Canadá, França, Reino Unido, e possivelmente Itália e República Federal Alemã.

Considerando-se como países em desenvolvimento os quatro primeiros indicados, é óbvio que na categoria A o poder de decisão pertence aos países industrializados, seja como uma confortável maioria, seja até com a maioria de 2/3. Em todos os casos, funcionando os critérios de riqueza e de posse de tecnologia como reguladores em favor dos países do Centro, haveria uma tendência irreversível ao crescimento de sua influência.

O fato de pertencer a uma ou outra categoria é de suma importância para participar da tomada de decisões dentro da Autoridade. Com efeito, esta se compõe de: uma Assembléia Geral, um Conselho, um Secretariado, três Comissões técnicas, e uma Corte de Justiça. Se é aparentemente a A.G. que toma as decisões, na realidade ela só tem um poder de recomendação, dependendo das iniciativas do Conselho para se pronunciar sobre os assuntos mais importantes, como: *) as convenções a serem firmadas (art. 101) sobre:

a) o problema dos estreitos internacionais

b) a delimitação dos espaços marítimos ao redor das ilhas pertencentes aos Estados-membros

*) o voto do orçamento da Autoridade (art. 103)

*) as questões importantes (art. 106) como: sobrevôo; navegação; segurança; comunicações; administração e desenvolvimento dos recursos naturais; instalações marítimas e as sobre o fundo do mar; pesquisa científica; poluição; e harmonização dos usos dos oceanos suscetíveis de gerar antagonismos.

Já que a influência maior é a do Conelho, cabe indagar quais são os membros que o integram. O art. 122 determina que pertencem ao Conselho:

a) *todos os membros da categoria A*
b) um número igual de Estados pertencentes à categoria B
c) cinco membros da categoria C.

Acontece que os Estados "B" do Conselho são eleitos pelos membros da própria categoria em função dos critérios supra enunciados (os do art. 111) e também em função do critério de repartição geográfica, cujo uso é comum nas organizações internacionais políticas. Isto ainda reforça o poder dos países industrializados, que se encontram em posição de força no Conselho, o qual está incumbido (art. 125) da (...) "responsabilidade primeira pela harmonização das ações das nações e a manutenção da lei e da ordem no espaço oceânico, a manutenção da integridade ecológica, territorial e jurisdicional, e a administração nacional e o desenvolvimento ordenado do Espaço Oceânico Internacional e de seus recursos naturais."

Cabe pois ao Conselho uma competência de princípios para tudo que diz respeito à organização e à gestão, no mais amplo sentido, do patrimônio comum, enquanto que a A.G. apenas dispõe de uma competência de atribuição.

Pelo sofisticado mecanismo de votação que estabelece, o projeto maltês possibilita que os países do Centro imponham suas soluções nos órgãos deliberativos da Autoridade, fazendo da A.G. um elemento "fixador" das controvérsias políticas, enquanto que a realidade do poder de decisão se encontra em outros órgãos (Conselho e Comissões Técnicas a ele vinculadas). Pela extensão de seus poderes, e pela sua concentração, a Autoridade assim estruturada seria um novo exemplo de Diretório econômico-político internacional, do tipo da Santa Aliança européia após as guerras napoleônicas, ou da O.N.U. antes da fase de contestação pelos Estados oriundos da descolonização.

Hoje em dia, a IIIa. Conferência das Nações Unidas sobre o Direito do Mar conseguiu estabelecer um certo consenso sobre determinados problemas marítimos, chegando à elaboração de um *Texte de Négociation Composite Officieux* (T.N.C.O.) [5] em julho de 1977. Entretanto permanecem acirradas as discussões em torno do problema das atribuições de competências ao Conselho e à A.G. da Autoridade, bem como da determinação do número de Estados que deveriam integrar o Conselho, e dos critérios de sua escolha. O Presidente do Grupo de Negociações 3, encarregado de examinar esses problemas na 7a. sessão da Conferência (em Genebra, entre 28/3 e 19/05/1978), observou que o seu grupo havia identificado três focos de tensão entre os participantes, questões essenciais "sobre as quais é evidente que não existe acordo fundamental algum." (...) "Esses problemas exigem decisões políticas e não há como não reconhecer que as partes interessadas

---

5 *Nações Unidas. Troisène Conférence des Nations sur le droit de la mer.* Documents officiels. Volume VIII. Texte de Négociation Composite Officieux (Documents A/Conf. 62-WP. 10 et ADD. 1) Sixème session: New York, 23 mai-16 juillet 1977.

não manifestaram resolução comum nem vontade política de chegar a um acordo." [6] Esses problemas envolvem:

— a composição do Conselho,
— o sistema de votação que o mesmo utilizaria e
— as relações entre os poderes e funções respectivos da A.G. e do Conselho.

Quanto ao sistema de votação, que faz parte do mérito do problema, foram resumidas assim as posições respectivas dos países do Centro e dos periféricos: "Os países ocidentais industrializados exigem uma "proteção adequada" que, de fato, implica num voto permitindo bloquear a decisão", enquanto que: "Na opinião dos países em desenvolvimento, esse sistema pouco se afasta do veto coletivo ou voto ponderado." [7]

Enquanto prosseguem os trabalhos da Conferência sobre o Direito do Mar, diversos países preparam separadamente uma legislação específica para que suas empresas possam iniciar a exploração e as operações de mineração no patrimônio comum da humanidade. Isto nos leva a estudar agora alguns comportamentos que parecem incompatíveis com a afirmação do mar-patrimônio comum.

II. Práticas atuais dos Estados.

Na área da pesquisa científica, tradicionalmente apresentada como a mais neutra, ou a menos politizada, faz-se mister citar a existência dos S.A.D.O. (*Sistemas de Aquisição de Dados Oceanográficos*). Constituem-se estes em diversos instrumentos de informação a distância, instalados em bóias fixas ou móveis, ou em determinados lugares ou navios. Eles recolhem e transmitem automaticamente informações sobre correntes marítimas (direção, temperatura, velocidade), cardumes, ou mesmo passagem de navios. *Os países que dispõem de tecnologia adiantada e que criaram os* S.A.D.O. (Estados Unidos e os da Europa ocidental) reivindicam o direito de instalá-los onde quer que queiram, no alto mar e nas águas territoriais, em nome da liberdade de pesquisa científica. Mas, evidentemente, não concordam em publicar as informações recolhidas pelos S.A.D.O., para que todos delas pos-

---

6 Vide: *Nações Unidas. Troisème Conférence sur le droit de la mer.* Rapports des Commissions et des Groupes de Négociation sur les négociations qui ont eu lieu à la septième session, groupés en un seul document aux fins de récapitulation et pour la commodité des délégations. Septième session. Genève, 28 mars — 19 mai 1978. Original: Anglais et Espagnol. GE 78-35881. p. 65. Tradução Ch. C.

7 Idem, p. 71.

sam se beneficiar. Obviamente, o valor dessas informações, referentes ao patrimônio "comum", reforça a primazia comercial e militar dos donos dos S.A.D.O., e não da coletividade dos Estados.

No domínio puramente militar, e apesar de diversas Resoluções da O.N.U.[8] proibindo o uso dos fundos dos mares para fins militares, o esquecimento do patrimônio comum é maior ainda. Nem é preciso frizar demoradamente que a promoção de experiências para testar artefatos nucleares implica na privatização temporária de vastas áreas e acarreta prejuízos para a navegação internacional, em espaços definidos como alto mar pelo Direito Internacional Público, nem que as explosões nucleares provocam uma poluição considerável, cujas conseqüências são desastrosas para os ecosistemas marinhos.

Ao estudar diversas probabilidades de aplicação da informática no domínio militar, ressaltava Phil Stanford:

> "A Marinha (norte-americana) tem seu SOSUS (sound surveillance under seas). Constitui-se numa ampla rede de hidrofones colocados em balisas flutuantes, em aviões, no oceano, e destinados a detectar a passagem de submarinos. Os sons registrados pelos hidrofones desembocam, via Noruega, Islândia e Canadá, num centro de controle em Norfolk (Virgínia). São estudados para determinar a natureza da embarcação que os geraram, sua situação e seu percurso. Embora as indicações assim obtidas não forneçam uma informação imediata, elas permitem aos Estados Unidos controlar de maneira geral os movimentos de submarinos."[9]

O problema levantado por este tipo de fiscalização, ainda perfectível, é o da implantação de uma rede de informações (espionagem?) para o uso particular num meio que supostamente seria patrimônio de todos. Pode o Estado proprietário desses instrumentos pretender à sua instalação e manutenção? O princípio da liberdade dos mares não implicaria na faculdade, para quem quer que seja, de destruir esses "mexeriqueiros"? Em nome de que princípios pode-se obrigar os usuários dos mares a respeitá-los? Em nome da livre pesquisa científica?[10]

---

8 Resoluções: nº 2340 (XXII): 18/12/1967; nº 2467 (XXIII): 21/12/1968; nº 2881 (XVI): 21/12/1971; Essas resoluções, em termos praticamente idênticos, reservam "o leito do mar, seu solo e subsolo, exclusivamente para fins pacíficos."

9 "L'arsenal de la guerre automatique". In *L'Express*, nº 1239, 7/13 avril 1075. Ver também o artigo de Drew MIDDLETON: "Novas armas na guerra anti-submarina", in *Correio do Povo*", 08-07-1977, p. 3.

10 Ou, como geralmente se justifica, em nome das necessidades da defesa e segurança nacionais? Mas então quais são os limites geográficos dessas necessidades?

Mas as possibilidades da técnica vão muito além da instalação de uma rede de hidrofone. P. Stanford explica que:

> "Paralelamente, outras armas automáticas estão praticamente prontas. A última delas, o Captor, meio torpedo, meio mina, é uma espécie de torpedo "guiado" a ser utilizado nas águas oceânicas profundas. Detectores lhe permitirão diferenciar os submarinos das outras embarcações que passarem na sua órbita. Ele atacará os submarinos com um torpedo. As minas do Captor, que podem carregar artefatos nucleares, seriam eventualmente utilizadas em caso de guerra para "tapar" o estreito que se acha entre a Islândia e a Europa do Norte, estreito pelo qual devem transitar os submarinos *soviéticos para passar no alto mar."* [11]

É óbvio que é apenas subjetivamente que se pode afirmar que tal sistema se destina a determinado país. Ele constitui uma ameaça para todos os usuários do mar, já pelo simples fato de se encontrar totalmente nas mãos de uma única potência marítima. E ainda há a multiplicação das possibilidades de acidentes, sendo que esses aparelhos devem ser submersos, e sofrer influências físicas que podem deteriorá-los, ou fazer com que eles venham a escapar de qualquer controle. O que será desses instrumentos após duas ou três décadas de imersão? Potencialmente, eles constituem o meio de selecionar os navios que teriam o direito de trilhar as rotas marítimas, em função das decisões discriminatórias do(s) detentor(es) do extraordinário poder que eles proporcionam. Nem nos é possível aludir aqui aos prejuízos sofridos pelo patrimônio comum, pois essas disposições estratégicas são sua própria negação. Apenas cabe frizar que o conceito de patrimônio comum da humanidade só seria viável em tempo de paz, e ainda fazendo-se abstração dessas sofisticadas redes de instrumentos eletrônicos, que funcionam em tempo integral.

Não é precio insistir novamente sobre a apropriação da plataforma continental, cuja prática tanto se vincula ao passado recente, quanto ao tempo atual. Sublinharemos apenas que essa apropriação apresenta ainda mais o caráter de fato consumado, e irreversível, nos chamados mares "fechados" ou "mediterrâneos": Mar do Norte, Báltico, Adriático, Golfo Pérsico. Nesses casos, a apropriação recebe o reforço constituído pela posição conjunta de dois ou mais Estados, cujo número confere uma espécie de legitimidade suplementar à apropriação.

Pouco a pouco, as reivindicações vão se alastrando, e privatizando elementos outrora considerados de domínio comum. (Acentuou-se essa tendência com as recentes proclamações dos Estados Unidos, União Soviética e Comunidade Econômica Euro-

---

11 Vide Nota anterior.

péia, estabelecendo direitos exclusivos de pesca numa faixa de 200 milhas a partir de suas costas.[12]

Esse perigo de extensão contínua das reivindicações estatais (já existente na declaração Truman de 1945) foram claramente percebido por Georges Scelle, que observava:

> "Da propriedade das jazidas passa-se à soberania sobre o território submarino; desta soberania territorial à soberania das águas "sobrejacentes"; da soberania das águas sobrejacentes à pura e simples extensão do regime do mar territorial até uma distância de 200 milhas marinhas".[13]

E notava ainda que, na aplicação da tese da zona contínua, poder-se-ia justificar operações de polícia além da extensão geográfica da plataforma.

Mesmo que as apropriações constituam atualmente apenas um trunfo diplomático forjado pelos diferentes Estados a fim de manobrar nas conferências internacionais — essa é a posição implícita de diversos países, e explícita da URSS e do Japão, por exemplo, essas apropriações tendem a se tornar, com o simples correr do tempo, posições históricas cada vez menos contestáveis. Seu número, além da própria existência, tende a lhes conferir a legitimidade que outrora não possuiam.

III. Considerações Finais.

Constatamos que o comportamento prático dos diversos Estados, antiga e atualmente, ignora o conceito de patrimônio comum da humanidade. Na melhor das hipóteses, apenas se registram algumas convenções com objeto determinado, limitadas no espaço, e tendendo à partilha de certas riquezas entre Estados-partes. Esse é tipicamente o resultado de diversos tratados a respeito de pescarias que, sob pretexto de proteção dos cardumes e de racionalização de sua exploração, implicam na atribuição de determinadas quotas de pesca aos signatários, e no fato deles se comportarem como proprietários dos recursos assim compartilhados.[14]

---

12 Ver: *Le Monde*, Sélection Hebdomadaire, nº 1462, p. 8. "Les Neuf ont mis au point les principes d'une politique extérieure de la pêche. Une zone communautaire de 200 miles será créé le 1er janvier" e idem, nº 1467, p. 8: "L'Union Soviétique porte à 200 milles sa zone de pêche." (decreto publicado em 10/12/1976, e válido até a Conferência sobre o direito do mar encontrar uma solução). Quanto aos USA, eles se reservam os direitos de pesca nas 200 milhas a partir de 01/03/1977.

13 Vide: "Plateau continental et droit international", in *Revue Générale de Droit International Public*, JAN/MAR, 1955, nº 1, p. 9.

14 Vide VIGNE, Jacques. "Le rôle des intérêts économiques dans l'évolution du driot de la mer", avec référence spéciale à la pêche côtière. Geneve, *Institut Universitaire des Hautes Etudes Internationales*, 1971, p. 30.

Quanto à Autoridade gestora do patrimônio comum, ela aparece para diversos autores, entre os quais nós nos incluímos, como

> "(...) a coordenação das apropriações... para evitar os conflitos de soberania, sendo que a gestão propriamente dita em prol da humanidade só representaria o "sub-produto", sempre invocado, de uma situação de força típica da sociedade relacional." [15]

Essas observações nos permitem entender melhor a posição do Brasil em relação às regras do Direito do Mar e tecer algumas considerações sôbre a política do mar territorial de 200 milhas.

Pensamos que não se deve privilegiar o exame dessas questões de um ponto de vista estritamente jurídico, e sim procurar a raízes político-econômicas das normas de Direito Internacional Público, *frisando seu aspecto de imposição cultural e o caráter* de subsidiariedade do direito em relação às premissas que o determinam. A legitimidade das normas independe da força com a qual *elas estão afirmadas; ela se encontra na adesão e no consenso* daqueles aos quais elas se destinam. Nesse sentido, as necessidades de desenvolvimento econômico dos países do Terceiro-*Mundo fornecem credenciais para legitimar medidas contrárias* às normas de Direito Internacional Público, que visam resguardar os interesses dos países industrializados e são por eles consideradas *intocáveis em razão de sua antigüidade.* Deve-se relativizar o conteúdo do Direito Internacional Público vigente quando ele se constitue num obstáculo aos interesses e necessidades básicas *dos países periféricos.*

> "A extensão do mar territorial brasileiro em 200 milhas *não significa, portanto, pura e simplesmente uma questão* de Direito Internacional nos seus termos clássicos. Trata-se evidentemente, além de um ato de soberania do governo brasileiro, *da criação de uma legítima área de influência* econômica, com a incorporação de recursos para acelerar o processo de desenvolvimento brasileiro." [16]

Isto explica a posição diplomática brasileira no que tange aos vários aspectos da problemática marítima. A soberania, neste particular, se analisa como um conceito tridimensional, em função dos elementos aos quais se aplica: subsolo e solo da pla-

---

15 DUPUY, René-Jean e PIQUEMAL, Alain. "Les appropriations nationales des espaces maritimes"; in *Colloque de Montpellier*, 1973, p. 136.

16 VIANNA, Marcelo. "Mar Territorial". *Revista da Faculdade de Direito do Oeste de Minas.* 3 (3); p. 107.

taforma continental; águas sobrejacentes; espaço aéreo. Certos aspectos são considerados essenciais, outros importantes, e alguns simplesmente acessórios.

No que tange aos problemas essenciais, não há possibilidade de concessões, pois estas constituiriam ameaça à segurança nacional. Os assuntos considerados indiscutíveis envolvem:

a) a soberania do País sobre os recursos minerais da plataforma e sobre os recursos vivos de seu leito e acima do leito.
b) o controle rigoroso de toda pesquisa científica empreendida nas águas brasileiras, bem como no solo e subsolo da plataforma.
c) o controle de poluições de toda espécie, pois pela destruição dos equilíbrios ecológicos, elas constituem uma ameaça contra os elementos do patrimônio nacional.

A política brasileira consiste logo em pleitear uma zona econômica exclusiva "forte", em que os direitos dos países costeiros seriam garantidos de maneira absoluta. Quanto aos demais problemas, são passíveis de maior flexibilidade, desde que os diversos tópicos em debate recebam a garantia de um instrumento jurídico universal.

A diplomacia brasileira se empenha logo em conseguir um instrumento convencional o mais abrangente possível, tanto do ponto de vista do número do signatários quanto dos assuntos tratados. Considerando-se a fase histórica atual e seu estágio de desenvolvimento, o Brasil pode adotar atitude conciliatória sobre vários temas que estão na pauta da *Conferência das Nações Unidas sobre o Direito do Mar*, mas, acima de tudo, permanece a necessidade de atender ao interesse nacional.

I — *LIVROS E REVISTAS*

1. CAUBET, Christian Guy. *Fundamentos politico-economômicos da apropriação dos fundos marinhos.* Tese. 231 fls. Florianópolis. *Universidade Federal de Santa Catarina,* 1978. (Não editada).
2. COLLOQUE DE LA SOCIÉTÉ FRANÇAISE POUR LE DROIT INTERNATIONAL, 6., Montpellier, 1972. *Actualités du droit de la mer.* Paris, Ed. A. Pedone, c. 1973. 296 p.
3. FERNÁNDEZ, Javier Iilanes. *El derecho del mar y sus problemas actuales* Buenos Aires, Editorial Universitaria de Buenos Aires, 1074. 200p.
4. FERRON, Olivier de. *Le droit international de la mer.* Genève, Librairie E. Droz; Paris, Librairie Minard, 1958, t. I. 238p.
5. ———, *Le droit international de la mer.* Genève, Librairie E. Droz; Paris. Librairie Minard, 1960. t. 2, 254 p.
6. GARAICOA, Teodoro Alvarado. "Plataforma submarina e mar territorial." *Revista Brasileira de Política Internacional,* Rio de Janeiro, 2 (8): 41-59, dez. 1959.
7. MIDDLETON, Drew. "Novas armas na guerra submarina". *Correio do Povo* Porto Alegre, 8 jul. 1972, p. 3.
8. MOUTON, M. W. Le plateau continental. In: *RECADI*. 1954. t. 85, p. 347-465.
9. O CORREIO DA UNESCO; "A quem pretence o oceano?" Rio de Janeiro, F. G.V., v. 5, n. 3, mar. 1977. Ed. brasileira. Número especial.
10. REBEYOL, Yvonne. "La mer d'empoigne". *Le Monde;* sélection hebdomadaire, nº 1490, Paris, 19/25 MAI 1977. p. 8.
11. ———. "La mer d'empoigne". *Le Monde*; sélection hebdomadaire, nº 1491, Paris, 26 mai/1 juin 1977. p. 9.
    Paris, 26 mai/1 juin 1977. p. 9.
12. ———. Après la conférence sur le droit de la mer; les ressources de l'Antactique feront-elles partie du patrimoine commum de l'humanité?" *Le Monde;* sélection hebdomadaire nº 1500, Paris, 28 juil./3 aout 1977. p. 5.
13. SCELLE, Georges. "Plateau continental et droit international". *Revue générale de Droit International Public, Paris* (1): 5-62, jan./mars 1955.
14. VIANNA, Marcelo. "Mar territorial". *Revista da Faculdade de Direito do Oeste de Minas,* Divinópolis, 3(3): 98-107, 1971.
15. VIGNE, Jacques. "Le rôle des intérêts économiques dans l'evolution du droit de la mer"; avec référence spéciale à la pêche côtiyre. Gennève, *Institut Universitaire des Hautes Études Internationales,* 1971. 144 p.

II — *DOCUMENTOS DA ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS*

1. A/AC. 138/25 (03/08/1970). The United States of America: Draft United Nations Convention on the International Seabed Area (August 1970).
2. A/AC. 138/26 (05/08/1970). The United Kingdom: Working Paper on International Regime (August 1970).

3. A/AC. 138/27 (05/08/1970). France Draft Proposal (August 1970).
4. A/AC. 138/33 (29/03/1971). The United Republic of Tanzania: Draft Statute for an International Sea-bed Authority (March 1971).
5. A/AC. 183/43 (22/07/1971). The Union of Soviet Socialist Republics: Provisional Draft Articles of a Treaty on the Sea-Bed for Peaceful Purposes (July 1971).
6. A/AC. (138/44) (28/07/1971). Poland: Working Paper concerning an International Organization to be Established to Deal With the Problems of the International Area of Sea-Bed and the Ocean Floor, and the Subsoil Thereof the Limits of which are to be Determined (July 1971).
7. A/AC. 138/46 (30/07/1971). The United Kingdom: International Sea Bed Regime — Proposals for Elements of a Convention (July 1971).
8. A/AC. 138/49 (04/08/1971). Chile, Colombia, Equador, El Salvador, Guatemala, Guyana, Jamaica, México, Panamá, Peru, Trinidad and Tobago, Uruguay and Venezuela: Working Paper on the Regime for the Sea Bed and Ocean Floor and its Subsoil Beyond the Limits of National Jurisdiction (August 1971).
9. A/AC. 138/53 (23/08/1971). Malta: Draft Ocean Space Treaty (August 1971).
10. A/AC. 138/55 (19/08/1971). Afghanistran, Austria, Belgium, Hungary, Nepal, Netherlands and Singapore: Preliminary working Paper for International Sea-Bed Convention (August 1971).
11. A/AC. 138/59 (24/08/1971). Canada: International Sea-Bed and Machinery Working Paper (August 1971).
12. A/AC. 138/63 (23/11/1971). Japan: Outline of a Convention on the International Sea-Bed Regime and Machinery (November 1971).
13. NAÇÕES UNIDAS. *Troisième Conférence des Nations Unies sur le droit de la mer*. Documents officiels. Volume III. Texte de Négociation Composite Officieux (Documents A/Conf. 62/WP. 10 et ADD. 1) Sixième session: New-York, 23 mai/15 juillet 1977. 73p.
14. NAÇÕES UNIDAS. Troisième Conférence sur le droit de la mer. Rapports des Commissions et des Groupes de Négociation sur les négociations qui ont eu lieu à la septième session, groupés en un seul document aux fins de récapitulation et pour la comodité des délégations. Septième session. Genève, 28 mars — 19 mai 1978. Original: Anglais et Espagnol. GE 78-85881. 114 p.

Lo Spettatore Internazionale

published quarterly by the
Istituto Affari Internazionali
Rome

Assistant Editor: Richard Walker

Editor: Cesare Merlini

Editorial Office: Viale Mazzini 88 - 00195 Rome (Ital
Tel. 354.456 - 315.892

Lo Spettatore Internazionale publishes articles and research by Italian and foreign authors and research centers. Each issue also contains a regular survey of Italy's position in international politics and trade. The editor will consider manuscripts submitted but assumes no responsibility to publish. The opinions expressed in the signed articles are not necessarily those of the journal.

The price of each issue is Lit. 2,500.
An annual subscription (four quarterly issues) costs Lit. 10,000 for
Italy and Lit. 12,000 for foreign countries.

For orders and subscriptions write directly to:

Società editrice "il Mulino"
Via S. Stefano 6
40125 Bologna (Italy)

Spedizione in abbonamento postale, grupo IV
Pubblicità inferiore al 70%

O PROBLEMA DA ALIMENTAÇÃO NO MUNDO SUBDESENVOLVIDO: TENDÊNCIAS E PERSPECTIVAS

Pompeu Accioly Borges *

Após milênios de civilização o homem não encontrou ainda os meios de satisfazer integralmente uma das necessidades mais elementares da vida: a alimentação. A despeito dos prodigiosos avanços da ciência e da tecnologia, uma espantosa crise alimentar afeta 1,7 bilhão de pessoas, mantendo-as famintas ou subnutridas.

A visão macroscópica dessa catástrofe assume contornos ainda mais dramáticos quando se atenta para as disparidades enormes e chocantes entre o que ocorre no meio rural em certas regiões privilegiadas, o chamado mundo desenvolvido, e o que se passa nas regiões subdesenvolvidas, onde se concentram dois terços da população mundial. Estas últimas só dispõem de um terço da produção mundial de alimentos e sua exígua renda per capita, que raramente excede 100 dólares anuais, não lhes permite adquiri-los nos países ricos, que se vêem a braços, muitas vezes, com crises *de superprodução agrícola, chegando ao absurdo de destruir alimentos*.

Nas regiões desenvolvidas o homem logrou libertar-se da prolongada servidão rural. Baniu instituições e estruturas caducas e levou a água, a máquina, o adubo e a eletricidade às fainas do campo, tornando-as menos penosas e mais lucrativas. Nas regiões subdesenvolvidas, porém, ele continua preso à terra, trabalhando-a quase exclusivamente com seu esforço muscular e sem saber como aproveitá-lo devidamente.

Nas primeiras, os canais de ascensão social no campo foram desobstruídos e camadas sociais novas e progressistas forjam seu próprio destino. Nas outras, uma estrutura agrária anacrônica freia o desenvolvimento e deploráveis estereótipos vão-se cristalizando nas mentes atrasadas das populações escravas do latifún-

* Economista, ex-Diretor Regional da FAO, de 1962 a 1971.

dio. Naquela, um contínuo e ascendente processo de mudança; nestas, o imobilismo rural, agitado, é verdade, por intermitentes sopros de renovação. Enquanto as regiões desenvolvidas conseguem reduzir progressivamente seus efeitos demográficos no campo (menos de 5% do total em alguns países) e, mantendo uma área cultivada constante, proporcionar mais e melhores alimentos às suas populações, graças a um vigoroso incremento de seus rendimentos por hectare, nas regiões subdesenvolvidas a maior parte da população ainda vive na exclusiva dependência da terra. Ali os lavradores são forçados a trabalhar exaustivamente para ampliar a área cultivada, e, não obstante fornecem *per capita* menos alimentos à coletividade, pois o vagaroso aumento da produtividade agrícola não permite acompanhar o veloz crescimento das populações. Segundo a FAO, nas regiões desenvolvidas um reduzido contingente de 100 milhões de pessoas (cerca de 8% da população total) consegue produzir 2/3 dos alimentos do mundo inteiro, porque sua produtividade é 20 vezes maior que a do bilhão de pessoas que trabalha na agricultura das regiões subdesenvolvidas.

Paradoxalmente nas regiões onde os alimentos são abundantes e mais nutritivo, os homens tratam de ter menos filhos, ao passo que nas áreas subdesenvolvidas, de escassez alimentar, dá-se ao contrário. Nas primeiras, o coeficiente de crescimento demográfico raramente atinge 1,5% ao ano, com tendência declinante; nas segundas ele excede a 2,5% não raro a 3%, e, ano após ano, graças ao espetacular declínio das taxas de mortalidade, possibilitado pelo emprego maciço de antibióticos e inseticidas, tais coeficientes se incrementam.

DIAGNÓSTICO DA CRISE

A Organização de Alimentação e Agricultura das Nações Unidas (FAO) tem investigado atentamente de que forma se alimenta a população mundial. Em 1963, a III pesquisa alimentar mundial, revelou ser de todo insuficiente não apenas a quantidade mas também a qualidade do que come o grosso da população nos países subdesenvolvidos. A conclusão é dramática: metade da população mundial passa fome ou padece de subnutrição, ou sofre por ambas as causas. Dessa metade (1,5 bilhão de seres humanos na época da pesquisa) de 300 milhões a 500 milhões podiam ser classificados de famintos.

A pesquisa, que abrangeu 95% da população do mundo, mostrou que no Extremo Oriente, onde se encontra mais da metade dela, seus habitantes só dispõem da quarta parte da produção mundial de alimentos e nela apenas 19% de produtos de origem animal. Tais cifras contrastam fortemente com as correspondentes da Europa, Oceania, e América do Norte, que, com a terça parte aproximadamente da população mundial, obtêm quase 60%

dos alimentos disponíveis, os quais incluem 70% de derivados da carne.

A diferença impressionante de situações alimentares reflete, em última análise, a que se observa nos níveis de renda. Estima-se que os 70% da população mundial que vivem nas regiões subdesenvolvidas auferem menos de 20% do total de rendimentos do mundo inteiro. Na maioria dos países do Extremo Oriente a renda per capita se mantinha inferior a 100 dólares; na maioria dos países do Oriente Médio entre 100 e 200; e em quase todos os países da América Latina, entre 100 e 250. Em contraposição a renda per capita atingia de 750 a 1 000 dólares nos países da Europa Ocidental, 1 000 na Oceania e de 1 500 a 2 000 na América do Norte. Hoje em dia esses desníveis são ainda mais acentuados.

Segundo aquela pesquisa, a quantidade de alimentos por pessoa, conquanto maior que nos primeiros anos do após guerra, só excedia ligeiramente o nível do pré-guerra.

Os progressos se haviam verificado principalmente nos países desenvolvidos. Na época, os povos das regiões subdesenvolvidas consumiam de 2.000 a 2.500 calorias por pessoa e por dia, contra um total de 3 mil calorias diárias nos países desenvolvidos.

METAS DAS NECESSIDADES

Para que melhorasse a alimentação da humanidade num mínimo razoável, a pesquisa assinalou que seria mister aumentar a produção mundial de alimentos em 50% até 1975. Os países subdesenvolvidos, cujo número de habitantes teria aumentado em 150%, segundo se previa, precisariam produzir quatro vezes mais alimentos que em 1963, data da pesquisa, enquanto a produção total do mundo teria que triplicar.

A disponibilidade de produtos de origem animal teria de ser seis vezes maior que em 1963 nas regiões menos desenvolvidas, se se pretendesse dar às suas populações o mínimo indispensável de proteínas animais, cujo consumo era então apenas 9 gramas diários por pessoa, isto é, a quinta parte do que se consumia por pessoa nos países mais adiantados.

A falta de conhecimento, de máquinas, de fertilizantes, de sementes e de inseticidas, assim como a escassez de capital necessário para melhorar os sistemas agrícolas — que em seu conjunto são o compreensível corolário de uma abominável e anacrônica estrutura agrária —, reduzem consideravelmente a produtividade dos agricultores nas regiões subdesenvolvidas. Estima-se, por exemplo, que uma família rural africana do tipo médio, depois de atender às suas próprias necessidades, não chega a produzir sequer o bastante para alimentar outra família-típica que não se dedique à agricultura. Nos países adiantados a família rural média produz o suficiente para alimentar-se e dar de comer de 10 a 20 famílias não-agrícolas.

A gravidade da crise alimentar nos dias de hoje é ainda maior do que na época (1963) da pesquisa realizada pela FAO, por terem desaparecido quase por completo os excedentes alimentares de alguns dos principais países produtores, aos quais se podia recorrer para atender ao abatecimento das regiões mais deficitárias ou às necessidades imprevistas.

Conforme denunciou a Conferência Mundial de Alimentação realizada pela FAO em novembro de 1974, nota-se um inquietante declínio na taxa de crescimento da produção mundial de alimentos, que de 3,3% ao ano na década dos 50, caiu a 2,6% na dos 60, tornando-se nula, em termos per capita, em 24 dos 71 países subdesenvolvidos. Enquanto isso, a demanda de alimentos deverá crescer ao ritmo de 3,7% nos países subdesenvolvidos e de 1,6% nos países desenvolvidos, o que fará aumentar ainda mais o "gap" alimentar dos primeiros. Estima-se que, nestes, somente em cereais o déficit anual ter-se-á elevado daqui a 10 anos a 70 milhões de toneladas (5,4 vezes maior que o observado no período de 1969 a 1974). A importação de alimentos para cobri-lo exigirá US$ 16 bilhões por ano aos preços atuais, carga financeira que tais países não têm absolutamente condições de absorver.

O PROBLEMA NO BRASIL

O Brasil é um país privilegiado no mundo subdesenvolvido. Tem ele ainda grande disponibilidade de áreas potencialmente agricultáveis, representadas, em primeiro lugar, por milhões de hectares de terra arável, que, a despeito da sua adequação para o plantio, permanecem inexplorados nos estabelecimentos agrícolas; em segundo lugar, por quase 200 milhões de hectares de cerrados em regiões próximas de importantes centros de consumo, de mecanização relativamente fácil e de pluviosidade favorável, que, não obstante a pobreza dos solos, se prestam à lavoura, se aplicados os fertilizantes mais indicados; e, finalmente, pelas enormes extensões de terras virgens de propriedade do governo ou de particulares que as adquiriram com fins meramente especulativos ou que não dispõem de recursos para explorá-las.

Possui ainda imensas áreas cobertas de pastos naturais (as maiores na região do Pantanal Matogrossensse), capazes de alimentar rebanho três vezes mais numeroso que o atual, sem falar nos vastos recursos de terras tropicais e subtropicais propícias às culturas de pastos perenes de grande potencialidade para a alimentação e a criação de raças bovinas.

Também importantes são os recursos representados pelas plantas nativas, muitas das quais podem fornecer óleos comestíveis. Rios caudalosos que acumulam um potencial da ordem de 23 milhões de HP têm condições de suprir as áreas rurais de eletricidade e irrigação em larga escala e a baixo custo.

No tocante aos recursos humanos, se bem que o nível de qualificações dos 13 milhões de habitantes economicamente ativos no setor rural seja dos mais baixos em virtude da alta percentagem de analfabetos, há um fato encorajante: a notável versatilidade do agricultor brasileiro, que não hesita em mudar seus métodos agrícolas, em substituir culturas e usar recursos naturais ainda inaproveitados, sempre que se criam novos estímulos e o mercado oferece boas condições de comercialização.

Infelizmente o uso racional desses extraordinários recursos é dificultado por sérios obstáculos institucionais e pelos seguintes fatores limitantes de índole estrutural ou conjuntural: — estrutura agrária defeituosa e obsoleta, caracterizada pelo latifúndio em certas áreas (o Cadastro de Imóveis Rurais provou que um grupo privilegiado de 83 proprietários de áreas superiores a 100 mil hectares possuem uma superfície total de 16,5 milhões de hectares, ou seja, mais do que as superfícies somadas do Rio Grande do Norte, Paraíba, Sergipe, Alagoas, Guanabara e Distrito Federal) e pelo minifúndio em outras, bem como pela prevalência de escorchantes bases de arrendamento das terras e relações de trabalho deploráveis, de tudo se originando uma distribuição da renda agrícola injusta e desestimulante;

— Baixa taxa de capitalização da agricultura no contexto das atividades econômicas;

— Emprego de inadequada e primitiva tecnologia em muitas regiões do País;

— Condições tropicais e semitropicais predominantes em quase todo o território brasileiro, que, além de agravar o processo de deterioração dos solos, especialmente quando não se adotam práticas conservacionistas, como é o nosso caso, favorecem a ocorrência de pragas, enfermidadas e parasitas;

— Acidez generalizada dos solos em muitas regiões;

— Topografia irregular da terra nas áreas mais férteis, que facilita a erosão e torna difícil a mecanização em larga escala;

— falta de infraestrutura sólida com respeito a transporte, facilidades portuárias e armazenagem;

— precárias condições sanitárias do gado bovino, vítima de numerosas doenças, notadamente a febre aftosa, a brucelose, a raiva e verminoses;

— Distribuição desfavorável dos recursos pesqueiros ao longo da costa, fazendo com que o peixe mais fino seja encontrado junto às regiões cujas populações têm baixo poder aquisitivo;

— Insuficiência da assistência técnica;

— escassez e má distribuição do crédito agrícola;

— Altíssimo preço dos insumos agrícolas, que não são usados pela grande maioria dos agricultores devido à sua insuficiência, ao fato de que muitos ignoram sua existência ou — o que é mais comum — à falta de meios para adquiri-los;

— Deficiências da política de preços mínimos, que, embora melhorada nos últimos anos, ainda não inclui todos os principais produtos agrícolas;

— Defeituoso mecanismo de comercialização, que dá surgimento a elevado número de intermediários e a oligopólios nocivos;

— Longo período inflacionário de que o Brasil não conseguiu ainda libertar-se.

A todos esses fatores agregam-se outros de natureza externa, como a baixa contínua dos preços internacionais de alguns produtos de exportação de suma importância, (açúcar, soja, etc...), além da expansão das indústrias de sintéticos nos países importadores de matérias-primas.

Em meio a tão intrincado complexo de fatores, em que se contrapõem recursos valiosos, óbices ingentes e marcantes diferenças ecológicas, é que se terá de definir uma estratégia de desenvolvimento agrícola capaz de suprir de alimentos, na escala desejável, uma população que já é hoje superior a 100 milhões de habitantes, e que deverá atingir 219 milhões no ano 2.000.

Até agora a grande reserva de terras agricultáveis tem permitido abrir novas frentes pioneiras e assim expandir a área cultivada, graças a que o desenvolvimento agrícola se vem processando a um ritmo satisfatório, quando comparado ao da maioria dos países latino-americanos. Mas é inegável que essa agricultura itinerante e predatória, associada a uma pecuária extensiva em que o gado é lançado aos pastos naturais sem trato nem defesa, além de representar enorme desperdício de recursos, acarreta o esgotamento dos solos e nem sempre é capaz de atender as necessidades alimentares das regiões mais pobres do país, originando área extensas de subnutrição e às vezes de fome.

Os balanços alimentares que a FAO tem realizado à luz de dados oficiais devidamente elaborados e criticados mostram grave distorção qualitativa no padrão alimentar do povo brasileiro. É certo que o consumo médio de calorias aumentou de 21% desde os anos anteriores à última grande guerra mas isso se deu exclusivamente pelo maior consumo de cereais, raízes feculentas e açúcar, enquanto caía em quase... 40% o consumo de carne por habitante no mesmo período. O brasileiro absorve atualmente a média diária de 19 gramas de proteínas animais, contra 28 antes da guerra.

Na citada Conferência Mundial de Alimentação de 1974 as preocupações internacionais com o problema da fome se voltaram também para o Nordeste brasileiro — única área da América Latina clasificada na mesma categoria dos países da África Central e do Sul da Ásia ameaçados pela fome, e considerada pelo Seminário do IPEA, de 20 de junho do ano passado, o maior e mais resistente bolsão de pobreza e de atraso relativo do País, talvez mesmo de toda a América Latina. Tal situação se reflete nos índices de mortalidade infantil, que atinge 178 por mil nas-

cidos vivos em Recife (na Suécia é de apenas 12, nos Estados Unidos 19 e na URSS 23) e no de mortalidade por distúrbios digestivos, que chega a 374 por mil habitantes em Natal, 206 em Salvador, 181 em Recife (contra 3 nos Estados Unidos, 15 na Argentina, 51 no Rio de Janeiro, 92 no México).

Várias entidades brasileiras, entre as quais a Fundação Getúlio Vargas, se têm preocupado em elaborar projeções da oferta e da demanda de alimentos no país segundo critérios metodológicos diversos.

Um balanço crítico e comparativo das estimativas da FAO e de entidades brasileiras revela sensível discrepância entre os resultados obtidos. Isto se deve menos à diversidade de critérios metodológicos e as épocas distintas de realização das pesquisas do que à notória imprecisão e deficiência das estatísticas agrícolas do Brasil, aliás da quase totalidade das nações latino-americanas. A técnica de amostragem, amplamente utilizada em muitos países, só é usada, no Brasil, para efeito de estimativa de safras, no Estado de São Paulo.

Dessa maneira parece inócua qualquer tentativa de projeções de necessidades alimentares do Brasil a mais longo prazo, salvo como indicação muito grosseira da sua ordem de grandeza.

O QUE NOS ESPERA ATÉ O ANO 2000

Tão rápido é o progresso nos domínios da técnica e da ciência, de tal forma vêm crescendo as forças produtivas da sociedade contemporânea neste limiar da era atômica, que parece temeridade tentar-se a visualização do que provavelmente estará sucedendo no fim desse século. Muitos dos que no passado se aventuravam a fazer profecias sobre o futuro da humanidade erraram redondamente porque se apegavam a uma concepção mecanicista do universo e a um suposto nexo causal entre os fenômenos sociais. Hoje o risco é maior para quem agir com o mesmo critério, pela simples razão de que vivemos numa época de tremendas contradições. A principal é, de um lado, o enorme descompasso entre o desenvolvimento prodigioso da ciência e da técnica, a descoberta de novas formas de energia e de equipamentos capazes de multiplicar a produtividade do homem e, de outro, a existência de imensos recursos naturais subutilizados, a estagnação de enormes segmentos da sociedade no chamado mundo em desenvolvimento, ainda atrelados a técnicas primitivas, a formas de produção anacrônicas etc.

É quase impossível dizer se essas estruturas e obstáculos institucionais poderão subsistir até o ano 2000 e, em caso contrário, quando, onde e como serão varridos.

Na primeira hipótese, isto é, na prevalência das estruturas anacrônicas, tenderá a agravar-se o sombrio quadro agrícola e alimentar de nossos dias e a fome se alastrará inevitavelmente, com

todo o seu cortejo de misérias e males sociais. Se, porém, a coletividade, consciente dos perigos que a ameaçam, conseguir, a curto prazo, a transformação das estruturas viciosas, a abolição das instituições caducas, a extinção ou pelo menos a sensível redução dos gastos armamentistas, o controle dos trustes e monopólios e a ampliação da assistência técnica internacional, estarão então criadas as condições para atenuar os chocantes desníveis que ora separam o mundo desenvolvido do mundo em desenvolvimento, no tocante à renda, gráu de conforto e padrões alimentares.

Supondo que os países subdesenvolvidos logrem superar os obstáculos institucionais e remover aqueles fatores limitantes, com que possibilidade contam eles para enfrentar a crise alimentar? Elas poderiam ser assim esquematizadas: expansão da superfície cultivada; aumento da produtividade; exploração das reservas alimentares do mar; e produção de alimentos de fontes não convencionais.

EXPANSÃO DA ÁREA CULTIVADA

A extensão total de terras no mundo é de 15,5 bilhões de hectares, dos quais nem um décimo se acha explorado. Ela poderá ser teoricamente triplicada, segundo afirma Fritz Baade, ex-técnico da FAO, em seu livro *A Corrida para o Ano 2000*, à custa das pastagens e pradarias que representam quase o dobro da extensão arada (mais ou menos 2,4 bilhões de hectares). Como, porém, a maioria se encontra em zonas áridas, sua incorporação para fins de plantio não apenas demandará consideráveis investimentos, nem sempre fáceis de realizar nas regiões subdesenvolvidas, mas também só em parte — talvez um oitavo, segundo o autor — será factível devido ao perigo de forte erosão.

Mas ainda há outras possibilidades bem maiores. De acordo com a FAO, há em todo o mundo 400 milhões de hectares de terras inexploradas, embora agricultáveis, assim como reservas de 4 bilhões de hectares de selvas tropicais, cuja metade poderia ser transformada em culturas.

Tudo somado, ter-se-ia área potencialmente utilizável de 2,7 bilhões de hectares, ou seja, o dobro aproximadamente da atual superfície arável do globo. E, em caso de extrema necessidade a derrubada total das florestas tropicais triplicaria tal número.

AUMENTO DA PRODUTIVIDADE

Acredita-se que a produtividade agrícola poderá ser elevada tão espetacularmente, que talvez só se necessite sacrificar pequena porção da superfície florestal. Seu incremento será obtido através de medidas clássicas: novas técnicas de trabalho do solo, nutrição adequada das plantas, combate a pragas e moléstias, aperfeiçoamento das espécies de irrigação.

Há muito o que fazer nesse domínio, devido ao incrível atraso da agricultura na maioria das regiões subdesenvolvidas. Estima-se em 350 milhões o número de famílias que vivem exclusivamente da terra. Dessas, cerca de 250 milhões isto é, mais de 70%, só trabalham com enxada ou, quando muito, com arado de madeira; e uns 90 milhões empregam arado metálico de tração animal.

A generalização do uso do trator permitiria formidável economia de pastos e forragem e outros produtos agrícolas indispensáveis à manutenção dos 100 milhões de equinos e muares existentes. O exemplo americano, citado por Baade, é dos mais eloqüentes: nos Estados Unidos a utilização crescente de tratores, já que somam 5,2 milhões, permitiu baixar o número de tais animais de 25 milhões (em 1916) para menos de 3 milhões, liberando para a cultura de alimentos uma área equivalente a toda a superfície arável dos quatro países escandinavos, três do Benelux e Grã-Bretanha.

Não menos eloqüente é o caso da Índia, cujos 520 milhões de habitantes têm a sustentar um rebanho de 200 milhões de vacas e búfalos considerados animais sagrados. O relatório da Fundação Ford de 1958 prova que, abatendo-se um terço dêsse total, seria possível alimentar bem o resto do rebanho e aumentar substancialmente a produção leiteira, dando a cada indiano meio litro de leite por dia. A transformação da agricultura de tração animal em agricultura motorizada dará alimentos talvez para mais 1 bilhão de pessoas, combinando produtividade com economia de forragens.

Há outros fatores que, devidamente explorados, poderão contribuir para aumentar consideravelmente os índices de produtividade.

NUTRIÇÃO DAS PLANTAS — Durante milênios o homem cultivou o solo, aproveitando apenas sua fertilidade natural: só há 150 anos ele descobriu, pela química, a forma de devolver à terra os materiais dela extraídos através de culturas agrícolas. O técnicos da FAO estimam que a difusão dos fertilizantes químicos terá potencialmente capacidade de triplicar a atual superfície cultivada do planeta.

COMBATE ÀS PRAGAS — A FAO se mostra alarmada com os prejuízos que os insetos vêm ocasionando à lavoura e para cujo extermínio a química moderna já dispõe de produtos eficientes. Em certos países, mais de 30% dos cereais se perdem por causa disso, o que dá conta do extraordinário aumento potencial da produção quando a eliminação das pragas se processar em escala mundial.

SELEÇÃO DE SEMENTES — Dentre os avanços prodigiosos que a ciência agronômica vêm conseguindo no que se refere à seleção de sementes, a mais espetacular talvez haja sido o do milho hí-

brido, que permitiu, por exemplo, dobrar em 25 anos a colheita por hectare nos Estados Unidos. Nos países em desenvolvimento só nos últimos anos começou a ser introduzido o milho híbrido. Outra novidade que nos vem agora do Canadá é a do tratamento da sementes pelo som na sua fase de germinação, o qual, segundo experiências bem controladas de laboratório, é capaz de tornar quatro vezes mais rápido o crescimento da planta. O equipamento utilizado é barato (ao que parece apenas 300 dólares), permitindo assim generalizar seu emprego. Na Índia se está experimentando o chamado ADT-27, arroz que, tratado quimicamente, se torna três a quatro vezes mais alimentício e tem sua velocidade de crescimento duplicada. Não seria despropositado admitir que a seleção de sementes, conjugada com o emprego de fertilizantes, poderá aumentar seis a dez vezes o rendimento por hectare nas regiões subdesenvolvidas que ainda desconhecem tais práticas.

IRRIGAÇÃO — Avalia-se em 27 bilhões de metros cúbicos o volume total de água que corre para os rios ou é absorvido pela terra em fontes subterrâneas. Desse imenso potencial nem 6% são atualmente aproveitados. É de se crer que até o fim do século rios caudalosos como o Nilo, o Eufrates, o Tigre, o Ganges, o São Francisco e tantos mais, todos localizados em regiões subdesenvolvidas, estarão transformados em consideráveis fontes adicionais de lavouras irrigadas e de energia elétrica para as atividades de campo.

AS RESERVAS DO MAR

Em nenhum outro setor é tão desconcertante a subutilização de recursos como no da pesca, que não explora sequer 10% dessa fabulosa e sempre olvidada reserva potencial de alimentos, constituída pelos mares, que, como se sabe, recobrem sete oitavos da superfície terrestre. Mesmo assim, o Departamento de Pesca da FAO afirma que o progresso nos últimos trinta anos foi maior que tudo o que o homem fez nesse domínio em três milênios.

Mas o que poderá alcançar nos próximos vinte e cinco anos deixará bem longe tudo o que foi realizado até agora, graças aos notáveis avanços da ciência e da tecnologia.

No Congresso Mundial de Alimentação promovido pela FAO em 1962, o professor Bover (Prêmio Nobel) disse que cerca de vinte espécies diferentes de algas marinhas já estavam sendo utilizadas na cozinha japonesa, atingindo seu consumo perto de 340 mil t, que representam naquele país uns 5% do volume total dos produtos do mar. Adiantou ainda que o interesse pela cultura de algas deriva do elevado teor de fotossíntese das plantas (25% contra 1% dos vegetais) e do seu rendimento em peso — 7.200 kg/ha — que, considerando o índice de proteínas que fornece, poderia atingir um nível 25 vezes superior ao da forragem (2.500

kg/ha). Nos Estados Unidos, onde os laboratórios estudam há alguns anos uma variedade de alga, a clorela, já se obtiveram em 1 ha dessa cultura 20 t de proteínas e 2 t de gordura.

No momento, os tecnologistas estão empenhados em fazer instalar grandes fábricas de concentrado de proteína de peixe, que poderia suprir de proteínas animais suplementares as necessidades de 1 bilhão de pessoas durante trezentos dias a um custo de meio centavo de dólar por pessoa.

Tudo isso sem falar nas novas técnicas de congelamento (deep-freezing), que permitem ir buscar o pescado bem longe das costas nos grandes navios-usina combinados, verdadeiras fábricas flutuantes. A bordo, o pescado é cortado, eviscerado, congelado, e suas sobras e a pesca miúda transformadas em farinha e óleo de peixe através de operações totalmente automáticas. Sabendo-se que no Hemisfério Sul, onde se concentra a maior parte das regiões subdesenvolvidas, só se pesca reduzida proporção do total mundial, é de imaginar as possibilidades imensas de obter alimentos adicionais, de alto valor protéico, para as populações do mundo subdesenvolvido.

FONTES NAO CONVENCIONAIS

Outra presença surge no mundo da tecnologia alimentar que, como no passado, tenderá a firmar-se à medida que se tornarem mais prementes as necessidades de abastecimento. Trata-se do esforço, já parcialmente coroados de êxito, de se obterem, alimentos de fontes não convencionais. O homem está agora em condições de inventar sabores, texturas e alimentos totalmente novos, assim como imitações aceitáveis de alimentos convencionais oriundos de fontes não convencionais.

Um exemplo é a proteína de soja, isolada e convertida em filamentos cujo tamanho e resistência podem variar à vontade.

Tais filamentos, que são 97% de proteína, podem ser usados para fazer uma série de produtos alimentícios com a textura de diversos tipos de carne. Os falsos bacons, presuntos, galinhas, peixes, etc. são surpreendentemente aceitáveis. O material pode ser usado também para produzir alimentos com sabores e texturas que jamais conhecemos.

Esses produtos são sumamente caros como fontes de proteínas para populações de baixos rendimentos. Mas se a demanda em larga escala persistir e as pesquisas se desenvolverem, os custos se tornarão competitivos com outros alimentos ricos em proteínas de uso corrente. A longo prazo os alimentos feitos de proteínas isoladas se converterão na maneira mais viável de aproveitar sementes oleaginosos como fontes importantes de proteínas nas dietas humanas.

Outra experiência notável abrindo um mundo de perspectivas está sendo realizada nos laboratórios da Refinaria de Lavera, na

França, onde um grupo de pesquisadores descobriu em 1959 ser possível produzir proteínas concentradas a partir das desparafinações microbiológicas do gasóleo. Em alguns anos mais, bem antes mesmo do ano 2000, estaremos comendo carne derivada de petróleo. As próprias viagens interplanetárias darão novo alento às pesquisas científicas nessa matéria, em face das dificuldades de criar plantas e animais sob as condições prevalecente no espaço exterior.

Antecipando-se à imensa demanda alimentar no futuro próximo, os cientistas estão dedicando atenção especial às dietas totalmente sintéticas. Como se sabe, as necessidades nutritivas do corpo humano se reduzem a substâncias quimicamente conhecidas e todas elas podem ser sintetizadas ou extraídas de produtos naturais. Sua incorporação em alimentos sintéticos de sabor agradável é mera questão de tempo, tecnologia e recursos. Nos domínios da agronomia e da química há duas indagações cruciais.

— Poderão os países ora a braços com as carências alimentares, subnutrição e fome absorver até o ano 2000 os conhecimentos, métodos e processos da admirável ciência moderna?

— Poderão eles nesse prazo encontrar recursos com que explorar suas enormes reservas potenciais e superar os obstáculos institucionais, econômicos, tecnológicos e mesmo humanos que se antepõem a tal exploração? Se a reposta for negativa, então assistirá razão aos neo-malthusianos e o único meio de enfrentar a crise alimentar será o mais absoluto controle da natalidade nesses países.

Pessoalmente estamos profundamente convencidos de que, tendo já consciência das proporções da crise alimentar atual, das ameaças futuras e dos óbices a vencer, os povos dos países subdesenvolvidos não hesitarão em adotar medidas corajosas e sábias para desempedir os caminhos que o levarão à conquista do seu bem-estar no campo da alimentação. Na verdade, a história já provou que os homens encontram sempre a solução para seus problemas mais angustiosos, ainda que por vezes à custa de imensos sacrifícios.

ACORDO DE ASSISTÊNCIA MILITAR BRASIL-ESTADOS UNIDOS: 1952-1977

Um marco importante na política externa do Brasil foi o cancelamento, pelo Governo Brasileiro, do Acordo Militar que havia sido assinado em 1952. São os seguintes os documentos oficiais divulgados na ocasião:

NOTA DO ITAMARATY

A Presidência da República entregou ontem ao Governo dos Estados Unidos, através do Embaixador John Hugh Crimmins, a seguinte nota, assinada pelo Chanceler Azeredo da Silveira:

"Senhor Embaixador,

Em aditamento à nota N.DCS/132, de 4 do corrente (nota pela qual o Brasil recusou a ajuda financeira militar norte-americana, devolvendo simultaneamente o relatório sobre a situação de direitos humanos no país) tenho a honra de levar ao conhecimento de V. Exa. que, pela presente nota, o Governo brasileiro denuncia o Acordo de Assistência Militar, celebrado entre o Brasil e os Estados Unidos da América, no Rio de Janeiro, em 15 de março de 1952.

Tal denúncia é feita nos termos do Inciso 1.º do Artigo XII do referido Acordo.

Ao tomar essa decisão, o Governo brasileiro tem presentes as alterações introduzidas na legislação norte-americana, as quais consubstanciam modificação inaceitável nas condições de prestação de assistência militar.

Aproveito a oportunidade para renovar a Vossa Excelência os protestos de minha mais alta consideração. a) A. F. Azeredo da Silveira."

DECRETO N.º 79376 DO PODER EXECUTIVO

"O Presidente da República Federativa do Brasil torna público que o Governo brasileiro denunciou, nesta data, o Acordo de Assistência Militar celebrado entre o Brasil e os Estados Unidos da América, em 15 de março de 1952, e que o referido Acordo, de conformidade com seu Artigo XII, deixará de vigorar a partir de 11 de março de 1978.

A nota de denúncia dirigida pelo Ministro das Relações Exteriores à Embaixada dos Estados Unidos da América é apensa, por cópia, ao presente decreto.

Brasília, 11 de março de 1977, 156.º da Independência e 89.º da República.

(ass.) Ernesto Geisel — Antonio Azeredo da Silveira."

NOTA DO ITAMARATI PARA A IMPRENSA

O Ministério das Relações Exteriores divulgou a respeito esta nota oficial:

"Em conseqüência da introdução de alterações na legislação norte-americana que modificaram, de forma inaceitável, as condições em que se vinha processando a cooperação militar entre os dois países, sob égide de Acordo firmado no Rio de Janeiro, em 15 de março de 1952, o Governo brasileiro comunicou ao Governo dos Estados Unidos da América, por nota desta data, sua decisão de denunciar o referido acordo.

Esta atitude é um desdobramento, pelos mesmos motivos, da recusa de aceitar qualquer assistência no campo militar que dependa, direta ou indiretamente, de exame por órgãos de Governo estrangeiro de matérias que, por sua natureza, são de exclusiva competência do Governo brasileiro."

NOTA DA EMBAIXADA DOS ESTADOS UNIDOS

Uma nota do Embaixador Crimmins, que após receber o comunicado do Governo brasileiro se reuniu com o seu *staff* político, foi divulgada pelo porta-voz da Embaixada, John de Witt:

"O Embaixador dos EUA, John Hugh Crimmins, foi chamado hoje, às 10h15m ao Itamarati, onde lhe foi entregue uma nota pelo secretário-geral Ramiro Saraiva Guerreiro. O Embaixador informou ao secretário Guerreiro que transmitiria a nota ao Governo dos Estados Unidos, e assim o fez.

A decisão foi tomada pelo Governo brasileiro de conformidade com os termos do Acordo Mútuo de Defesa, assinado em 1952. A Embaixada nada tem a comentar."

CANCELAMENTO DO ACORDO

Clóvis Brigagão *

O Governo Brasileiro denunciou o Acordo de Assistência Militar firmado com os Estados Unidos em 15 de março de 1952, como reação imediata às condições impostas pelo Congresso americano à abertura de uma linha de crédito de ordem de US$ 50 milhões (assistência militar para equipamentos), condicionando-a a um Relatório sobre violação dos direitos humanos no Brasil.

A Nota do Itamarati (transcrita acima) informou ao Embaixador americano John Crimmins que a decisão do Governo Brasileiro, foi tomada pelas mesmas razões que determinaram a recusa a qualquer assistência no campo militar "que depende, direta ou indiretamente, de exame por órgão de Governo estrangeiro, de matérias que, por sua natureza, são de exclusiva competência do Governo Brasileiro." [1]

O Acordo de Assistência Militar continuou vigorando até março de 1978, devido à cláusula (art. XII) que determina que, mesmo após a denúncia unilateral, seus termos continuariam válidos por mais um ano.

A reação no Congresso Nacional por parte da ARENA à decisão do Governo Geisel de denunciar o Acordo, foi a de minimizar a importância do rompimento de cooperação militar, pois o debate desviaria as atenções do principal problema nas relações entre os dois países, ou seja, o Acordo Nuclear Brasil-Alemanha. Tanto o líder da ARENA na Câmara, deputado José Bonifácio, como o Presidente do Congresso, Senador Petrônio Portela, foram lacônicos, apenas salientando que a decisão do Governo Brasileiro fo-

---

1 Ver o O Globo, 1977, 12 de março.

* O autor tem o Mestrado em Ciência Política pelo IUPERJ e prepara tese de Doutoramento pela Universidade de Chicago Tem escrito ensaios e artigos sobre relações internacionais nas áreas da política externa brasileira e do armamentismo.

ra decorrência natural de fatos precedentes. Também o Presidente da Comissão de Relações Exteriores, Deputado Joaquim Coutinho (ARENA), apenas fez referência sobre a "interferência de qualquer Nação em nossos assuntos internos."

Com relação à oposição (MDB), o seu próprio líder no Senado, Franco Montoro, deu apoio imediato à decisão do Governo enquanto o líder do MDB na Câmara, deputado Alencar Furtado, disse que a denúncia do Acordo "tem para nós razões presuntivas, não deu à luz justificativas de seu ato." Também o Vice-Líder do MDB, Senador Danton Jobim, observou que o Acordo era um instrumento obsoleto que estava quase em desuso e que a atitude do Governo Brasileiro em denunciá-lo teve um efeito puramente moral.

A reação do setor empresarial também se faria ouvir, através do Presidente da ENGESA, a maior indústria privada brasileira de tanques e veículos blindados. Segundo José Luis Whitaker "a decisão foi muito lucrativa para a indústria nacional. O acordo era muito bom para os que forneciam material de guerra e recebiam dólares, mas não para os que necessitam criar tecnologia, a fim de assegurar a independência no setor. Através do Acordo Militar, nos era dado um montão de lixo sem a transferência da tecnologia." [2]

Do lado americano, a única reação ao cancelamento do Acordo foi a declaração do então Embaixador dos Estados Unidos do Brasil, John Crimmins dizendo que a decisão do Governo Brasileiro, pôs fim à estrutura formal da cooperação militar entre os dois países. Em Washington nenhuma resposta oficial foi registrada, quer da Casa Branca, do Departamento de Estado ou do Pentágono. Extra-oficialmente, soube-se que diplomatas e militares norte-americanos analisaram a extensão dos fatos ocorridos em Brasília. A impressão foi a de que tanto o treinamento militar como a transferência de equipamentos seriam imediatamente eliminados e que se esperava pela desativação do Acordo já há algum tempo. [3]

A denúncia do Acordo previa a desativação da Comissão Mista Brasil-Estados Unidos e de todos os cursos administrados nos Estados Unidos a militares brasileiros. Esses cursos destinavam-

---

[2] Ver o *O Globo*, 1979, 24 de maio.

[3] Em 1976 o então Presidente da Comissão do Senado das Forças Armadas, Stuart Symington, propunha sanções contra o Brasil, embora consideradas praticamente inócuas. Mais ainda, a ajuda militar dos Estados Unidos ao Brasil era tida como simbólica. O projeto do Senador Symington pedia que Washington suspendesse a ajuda militar e econômica aos países que importavam equipamentos nucleares. Na época o projeto foi aprovado na Comissão de Relações Exteriores do Senado Americano, tendo como alvo provável o Acordo Nuclear Brasil-Alemanha, cf. *O Estado de São Paulo*, 1976, 16 de maio

se à *formação de militares brasileiros dentro dos padrões tecnológicos* dos equipamentos americanos cedidos conforme os termos do Acordo. O custo desse treinamento ocorria por conta do Brasil; exceto o custo da Escola, todas as despesas de moradia e remuneração eram feitos com base na lei de Remuneração Militar Brasileira,[4]

Com desdobramento da denúncia do Acordo, certamente haveria a paralização do funcionamento da Comissão de Compras das Forças Armadas brasileiras em Washington, sendo provável o regresso imediato ao Brasil desses militares, principalmente nos casos mais diretamente ligados com a transferência de equipamento e assistência técnica.

O ACORDO DE 1952: CONTEXTO HISTÓRICO

A cooperação militar dos Estados Unidos com o Brasil foi formalizada em 1942 pelo Tratado que serviu de base para sua ulterior entrada com os Aliados, na Segunda Guerra Mundial. Como o Acordo de 1942 tinha como pano de fundo a Segunda Guerra, o Acordo de 1952 foi inspirado pela guerra da Coréia, episódio marcante da "Guerra Fria" entre os EUA e URSS, que haviam sido aliados na Segunda Guerra.

Do ponto de vista militar e de segurança hemisférica, os Estados Unidos inauguram uma nova estratégia com o Military Assistance Program (MAP) e especificamente no quadro da América Latina, a justificativa para o programa de assistência militar era *a de que os países do hemisfério encontravam-se vulneráveis diante de uma crescente ameaça externa.* Daí os objetivos do novo Programa de Assistência Militar, no sentido de fortalecer os laços militares e de segurança regional contra agressões externas e possibilitar aos Estados Unidos uma posição dominante na América Latina, através do controle no fornecimento de armas, créditos e treinamento às Forças Armadas latino-americanas.

De acordo com a política do MAP, um país qualificava-se para receber os recursos disponíveis depois de ratificar um Acordo

---

4 Entre 1970-1975, 8 mil 448 militares brasileiros foram treinados nos Estados Unidos, dos quais 7 mil 544 com cursos em Universidades e instituições militares americanas, além de treinamento na Escola da Zona do Canal do Panamá. Apenas 904 militares brasileiros faziam cursos em outros diferentes países, cf. *US Department of Defense*, Foreign Trainees at US Military Schools, 1950-1975. Eram 3 mil e 200 os militares nos Estados Unidos na época do cancelamento do Acordo de Assistência Militar. O Exército mantinha 730, (dos quais 388 praças, sargentos e tenentes). Na Escola da Zona do Panamá e no War College em Washington, estavam 342 capitães e majores. A Força Aérea 124, a maioria, em cursos de operação dos jatos de combate F-5 e a Marinha 185 oficiais em cursos de equipamentos. Cf. *Jornal do Brasil*, 1977, 12 de março.

bilateral de assistência mútua (com base no Mutual Security Act, 1951, da legislação americana) com o Governo dos Estados Unidos. Como parte de sua contribuição nos esforços de defesa continental, o MAP estabelecia que os países recebedores da ajuda militar, deveriam fornecer aos Estados Unidos minerais e outras matérias primas estratégicas (ver art. VIII do Acordo).

Os propósitos do Acordo Militar de 1952 foram apresentados como desdobramentos naturais dos compromisos que o Brasil havia assumido com o Tratado Interamericano de Assistência Recíproca (TIAR) e na Reunião de Consultas dos Ministros das Relações Exteriores dos Estados Americanos de março de 1951 (Washington). Na ocasião, poucos meses após a posse de Getúlio Vargas no Governo, o então chefe do Estado Maior das Forças Armadas (EMFA), General Góes Monteiro, o principal negociador brasileiro do Acordo, negou que havia qualquer obrigação por parte do Brasil de participar com tropas no conflito da Coréia. Essa afirmação do General Góes Monteiro foi interpretada como uma resposta à "Nota" da Organização das Nações Unidas, na qual o Secretário Geral Trygve Lie solicitava ao Governo Brasileiro providências no sentido de que o país contribuisse com tropas ao "esforço coletivo" na Guerra da Coréia, com base na Resolução aprovada pela Assembléia Geral da ONU.

Após uma primeira fase de negociações no final de 1951 em Washington com o General Góes Monteiro, as negociações prosseguiram no início de 1952 no Rio de Janeiro sob a direção do Embaixador norte-americano no Brasil Herschel Johnson. A delegação brasileira era presidida pelo Ministro das Relações Exteriores, João Neves da Fontoura, tendo como Conselheiro principal o General Góes Monteiro e ainda como membros os três Chefes do Estado Maior do Exército, da Aeronáutica e da Marinha, além de assessores do Itamarti.

As referências contidas no Acordo a assuntos ligados ao comércio de matérias primas constituíam num dos pontos de desconfiança e de pressão por parte de setores militares e políticos. O temor de que fossem exportados minerais radioativos e matérias primas estratégicas proporcionou um ambiente de restrições ao Acordo. Além disso, havia a referência contida no Art. 4.º, § 1.º do Acordo de que o Brasil iria se comprometer a cumprir uma lei americana (Mutual Security Act, 1951) sem determinação dos limites e conseqüências desse ato.

Apesar de fortes reações ao Acordo por parte de militares — como no caso do Ministro da Guerra Estilac Leal que se exonerou — e de uma parte importante do Congresso, o Acordo Militar foi assinado em 15 de março de 1952 e finalmente aprovado pelo Congresso Nacional em 1953.

O propósito do Acordo, dentro da política do Programa Mútuo Norte-Americano de Assistência era o de modernizar as for-

ças armadas brasileiras. Entretanto, razões de ordem econômica e política foram levadas em conta pelos Estados Unidos. A partir do Acordo de Assistência Militar passa a vincular mais estreitamente as forças armadas brasileiras à política norte-americana, criando mecanismos que o Departamento de Defesa aproveitava para obter uma maior influência junto às instituições e militares brasileiros. Simultaneamente, os Estados Unidos impediram que outros países concorrentes (principalmente os da Europa) participassem substancialmente no suprimento de equipamentos militares e cooperação técnica ao Brasil. Os vínculos criados pelo Acordo foram muito proveitosos para promover vendas de equipamentos e serviços militares ao Brasil.

Essas funções político-econômicas ficaram a cargo da Comissão Militar Mista (como parte da estrutura americana dos Military Assistance Advisory Groups, MAAG) que supervisionava o programa no seu conjunto e fornecia instrução aos militares que operariam os equipamentos fornecidos pelo Acordo. A Comissão Militar funcionava também como um canal de informação para o Departamento de Defesa dos Estados Unidos, fornecendo dados sobre a capacidade do país, seus recursos e necessidades, e atuava como uma agência intermediária no processamento e implementação de vendas de armas das indústrias americanas ao Brasil.

Em contrapartida, o Acordo de 1952 não estabelecia uma política séria de transferência de tecnologia militar para o Brasil. Havia simplesmente fornecimentos de equipamentos e materiais por parte dos Estados Unidos — em grande parte material usado pelas forças armadas americanas — a fim de serem operados por militares brasileiros treinados em escolas americanas. Por esse motivo, os militares brasileiros eram treinados de acordo com os padrões da tecnologia militar americana de modo que, em caso de guerra, o fornecimento norte-americano não fosse interrompido por falta de militares familiarizados com os equipamentos cedidos. Com o tempo, o material fornecido pelos Estados Unidos passava a cair em desuso e o ciclo vicioso continuava, levando às Forças Armadas brasileiras a uma forma específica de dependência técnico-militar. Com a sofisticação cada vez maior do material de guerra produzido pelos Estados Unidos, era impossível para o Brasil substituir as peças sobressalentes, quando se sabe que a vida útil de equipamento militares é de curtíssima duração. Além de que encargos financeiros extras teriam que ser pagos pelo Brasil para a reposição de peças. Até o final da década dos 50 e início dos 60, praticamente todo o material utilizado pelas forças armadas brasileiras era fornecido em virtude do Acor-

do, salvo o armamento leve e munições fabricados localmente no Brasil, embora, utilizando, muitas vezes, tecnologia importada.[5]

Entretanto, pouco a pouco, o próprio Programa de Assistência Militar que era a pedra angular do sistema de ajuda militar dos Estados Unidos a partir da II Guerra vai sendo substituído pelo Foreign Military Sales (FMS). Dentro do Congresso Americano o esvaziamento do MAP é progressivo, não só em função da Guerra do Vietnam, como em virtude das divergências na condução da política externa norte-americana da assistência militar. O MAP, que em 1967 tinha um total de US$ 1.2 bilhões, passa em 1974 a US$ 885 milhões. No caso dos países latino-americanos, incluído o Brasil, o sub-secretário de Estado para Assistência de Segurança, Carlyle Maw, apoiado pelos Bureaus Latino-americanos do Departamento de Estado e pelo Conselho de Segurança Nacional) recomendava que toda a ajuda militar deveria cessar a partir dos anos 1975/1976.

A única oposição a esta recomendação foi apresentada pelo Pentágono, arguindo que o MAP era importante para manter estreitas relações com os militares latino-americanos.[6]

Apesar das restrições de venda de armas aos países latino-americanos impostas pelo Congresso dos Estado Unidos, as vendas de armamento nos anos 60 chegam a uma média de US$ 30 milhões; em 1971 as vendas sobem para US$ 72 milhões; em 1974 para US$ 118 e em 1976 para US$ 180 milhões.[7]

É dentro desse contexto que a partir de 1967 o Brasil passa a dar ênfase à produção nacional de armamentos, através do programa das forças armadas de "reequipamento de seu material." Oficialmente, foi declarado que o programa de re-equipamento ou modernização das forças armadas capacitaria o Brasil a ser menos vulnerável num mundo de crise e de se tornar menos dependente em relação ao fornecimento militar por parte dos Estados Unidos. Por outro lado, o progresso tecnológico alcançado pelo país e as novas tendências geopolíticas brasileiras conduzem à política de fortalecer a indústria nacional de equipamento militar, inclusive utilizando produtos da indústria civil para equipamentos militares. O crescimento da indústria manufatureira, particularmente de veículos motorizados e setores da mecânica, metalurgia,

---

5 Algumas tentativas foram feitas por setores ligados ao desenvolvimento tecnológico do Exérdito, no sentido de executar um programa de substituição, adaptação e reciclagem dos equipamentos fornecidos pelo Acordo às condições brasileiras. Entretanto, pelas dificuldades encontradas e problemas de ordem tecnológica e econômcia, o programa foi abandonado.

6 Cf. *International Herald Tribune*, 1975, janeiro 14.

7 Cf. Klare, Michael, "Arms and Power: The Politics of US Arms Sales to Latin America", *Nacla's Latin America Report*, 1975, Vol. IX, nº 2, março.

eletrônica, etc., foram incrementados para abastecer uma ampla gama de equipamentos terrestres, incluindo caminhões militares, tanques e veículos blindados. Ao mesmo tempo, essa estrutura bélica vinculada a centros e institutos de pesquisa e desenvolvimento no campo militar, inclusive Universidade, de modo a assegurar continuidade e atingir novos níveis de sofisticação, tanto nas áreas do Exército, Aeronáutica e Marinha.

Toda essa política de modernização, iniciada em 1967, desdobra-se com maior vigor a partir de 1975 com a criação da IMBEL (Indústria do Material Bélico do Brasil). A IMBEL foi concebida como uma "holding" vinculada a centenas de indústrias privadas que operam hoje na produção de armamentos. Um de seus objetivos é tornar o Brasil auto-suficiente em armamentos e com capacidade para exportar. Sua política foi traçada no sentido de incentivar a competição do mercado nacional de armas e, mais tarde, lançar-se na competição do mercado internacional, o que vai ocorrer principalmente a partir de 1978. Nos planos da IMBEL previa-se uma maior participação do capital privado no desenvolvimento da indústria militar, mas para que isso tivesse uma capacidade de reprodução, a IMBEL requeria que as fábricas e as facilidades de capitais estrangeiros interessados em estabelecer linhas de produção no Brasil deveriam trazer além da tecnologia e capital, os próprios clientes internacionais. Dessa forma, a IMBEL e a rede de empresas e núcleos de pesquisa e desenvolvimento a ela vinculadas pretende adquirir um maior controle sobre direitos de patentes e sobre os elementos mais sofisticados da tecnoolgia (software), com o máximo de controle sobre as participações eventuais de capital estrangeiro. Prevê-se uma nova expansão em setores industriais anteriormente marginalizados e avançar com novas áreas na eletrônica, comunicação e sistemas avançados de informação.

Sem dúvida é prematuro fazer interpretações conclusivas sobre as implicações do cancelamento do Acordo de Assistência Militar que havia sido assinado entre Brasil-Estados Unidos num contexto da Guerra da Coréia e da Guerra Fria. Há um novo cenário nacional e internacional, dentro do qual a expansão da produção doméstica de armamentos ,hoje comandado pela IMBEL em associação — sob forma de co-produção e *joint-ventures* — com empresas privadas nacionais e multinacionais levanta uma série de questões de caráter militar, tecnológico, político, econômico e diplomático. Na medida em que o Brasil passa a ser um exportador de armas — considerado o principal exportador do III Mundo e um dos dez maiores do Mundo — de uma forma ou de outra esse fato provavelmente iria afetar o tradicional relacionamento militar com os EUA. Com o cancelamento do Acordo Militar de 1952, desaparece a estrutura formal de cooperação militar entre o Brasil e os Estados Unidos.

Lo Spettatore Internazionale

a quarterly journal of the
Instituto Affari Internazionali
Rome

Rome



composto e impresso por
EDITORA GRÁFICA LUNA LTDA.
Rua Barão de São Félix, 129
Tel.: 243-9217 Rio – RJ